

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho
Graduação em Administração Pública

Daniel Valladares Póvoa Guerra

A construção do Centro Administrativo de Minas Gerais:
Uma análise das concepções urbanas e seus impactos

Belo Horizonte
2009

Daniel Valladares Póvoa Guerra

**A construção do Centro Administrativo de Minas Gerais:
Uma análise das concepções urbanas e seus impactos**

**Monografia apresentada a Escola de
Governos Professor Paulo Neves de
Carvalho como requisito parcial para
Bacharel em Administração, com
habilitação em Administração Pública.**

Orientadora: Flávia Brasil

**Belo Horizonte
Escola de Governos Paulo Neves de Carvalho
2009**

Folha de Aprovação

Daniel Valladares Póvoa Guerra

A construção do Centro Administrativo de Minas Gerais:

Seus impactos e concepções urbanas

Monografia apresentada ao Curso Superior de administração Pública (CSAP), habilitação em Administração Pública, promovida pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro (FJP).

Aprovada na Banca Examinadora

Flávia de Paula Duque Brasil, orientadora, Fundação João Pinheiro

Elieth Amélia de Souza, avaliador, Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte

Junho de 2009

AGRADECIMENTOS

Em especial a professora orientadora Flávia Brasil pela orientação, incentivo e confiança depositada para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Juarez Augusto pelo acompanhamento atento deste estudo.

Ao Alexandre Guimarães por me mostrar o caminho das pedras.

A Raquel Guerra pelo apoio e incentivo nos momentos de desânimo.

*A minha mãe que não está mais entre nós,
mas que foi peça fundamental em minha
formação.*

Resumo

O presente estudo buscou problematizar a construção do Centro Administrativo de Minas Gerais através de dois eixos: o primeiro referente à sua concepção urbana, e o segundo refere-se aos possíveis impactos negativos do projeto a toda região metropolitana de Belo Horizonte. Devido à carência de dados, por a obra ainda estar em andamento, impossibilitou um trabalho empírico. Dessa forma, concentrou esforços em comparar o Centro Administrativo a alguns grandes projetos urbanos (projetos de grande complexidade técnica e financeira). Assim, comparou o caso mineiro aos projetos de Salvador, Curitiba, Baltimore e Londres. Além disso, dedicou-se a um minucioso estudo do relatório de impacto ambiente da obra, no intuito de projetar os possíveis impactos para a cidade de Belo Horizonte. Enquanto, relativo à concepção urbana, buscou contextualizar o projeto através de uma extensa revisão bibliográfica. Entre as conclusões alcançadas, destaca-se que, a concepção urbana pode ser considerada ultrapassada, uma vez que o projeto retoma às ideias modernistas, inspiradas na “Carta de Atenas” de Le Corbusier e as concepções de cidade-monumento como meio de resolver os problemas urbanos. Entretanto, o modernismo já havia sido objeto de crítica desde a década de 70. Já no segundo eixo, destacam-se como possíveis impactos urbanos do projeto em Belo Horizonte: a catalisação do processo de decadência do centro da cidade já em andamento ao longo das últimas décadas, e o desenvolvimento econômico e à valorização imobiliária do vetor-norte, como pretende todo grande projeto urbano, porém; pode ocorrer atrelado a valorização imobiliária o fenômeno da gentrificação urbana, ou seja, o projeto pode levar a expulsão dos mais pobres da região para lugares ainda mais distantes dos centros, mediante estímulos do ambiente e a especulação imobiliária.

Palavras-Chaves: planejamento urbano, urbanismo, grande projeto urbano, gentrificação urbana e Centro Administrativo de Minas Gerais

Abstract

This study aimed to discuss the construction of the Administrative Center of Minas Gerais by two axes: the first on their urban design, and the second refers to the possible negative impacts of the project throughout the metropolitan region of Belo Horizonte. Due to lack of data, for the work still in progress, past empirical work. Thus, concentrated efforts to compare the Administrative Center to some large urban projects (projects of a highly technical and financial). Thus, comparing the case of mining projects in Salvador, Curitiba, Baltimore and London. In addition, devoted to a detailed study of the environmental impact report on the work in order to project the possible impacts to the city. While on urban design, we contextualize the project through an extensive literature review. Among the findings, is that the urban design can be considered outdated, because the design incorporates the modernist ideas, inspired by the "Charter of Athens" by Le Corbusier and the concepts of city-monument as a means of solving the urban problems. Meanwhile, modernism had already been the subject of criticism since the 70's. The second axis, stand out as potential impacts of the urban project in Belo Horizonte: the catalysing the process of decay of the city center already in progress over the past decades, and economic development and recovery of the vector-North property as intended all major urban project, however, can occur coupled to the phenomenon of recovery property gentrification city, or the project may lead to expulsion of the poorest in the region to more distant locations of the centers by stimuli of the environment and property speculation.

Key-words: urban planning, urban, large urban project, urban gentrification and Administrative Center of Minas Gerais

Lista de Figuras:

Figura 1 - Impactos dos GPU como forma de Solucionar Problema.....	56
Figura 2 - Impactos dos GPU como forma de Aumentar Problemas.....	58
Figura 3 - Os dois grandes empreendimentos de Baltimore: <i>market place e o Inner Harbor</i>	61
Figura 4 - A imagem de Dockland com investimentos em prédios modernos de serviços, residências e comerciais.....	65
Figura 5 - Duas imagens da Rua XV de Novembro.....	68
Figura 6 - Ciclo Virtuoso do Investimento na Rua XV de Novembro.....	69
Figura 7 - Deslocamento do centro comercial, residencial e administrativo para orla norte de Salvador.....	71
Figura 8 - Imagens do Pelourinho reformado retiradas do Portal do Governo da Bahia	73
Figura 9 - Vista da área da localização do empreendimento com inserção da maquete digital.....	78
Figura 10 - Vista geral das ocupações presentes.....	79
Figura 11 - Área De Influência.....	82
Figura 12 - Distribuição de Pessoas com Rendimento abaixo de 1 SM.....	84
Figura 13 - Participação da população desocupada na PIA das AP's da AI (2000).....	86
Figura 14 - Número de Domicílios na Área de Influência.....	94
Figura 15 - Conhecimento Prévio sobre o CAMG.....	99
Figura 16 - Sentimento em relação ao bairro.....	100
Figura 17 - Conhecimento da Associação de Moradores do bairro.....	100
Figura 18 - Construção de Cenários.....	101
Figura 19 - Situação Hipotética da área após a implementação do CAMG.....	112

Lista de Tabelas:

Tabela 1 - População Residente, por situação do domicílio e por sexo - 1940-1996.....	38
Tabela 2 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo algumas características dos domicílios – 1999.....	39
Tabela 3 - Brasil, 1965-1985 Financiamento para habitação pelo SFH, segundo faixa de renda.....	41
Tabela 4 - Municípios, total e com existência de plano diretor e características, segundo Grandes regiões e Unidades da Federação – 2008.....	51
Tabela 5 - Condição da Propriedade em 1999 no Pelourinho.....	73
Tabela 6 - Uso da Propriedade Pelourino - 1999.....	74
Tabela 7 - Variação da População Residente.....	74
Tabela 8 - Porcentagem da População residente de acordo com a renda familiar do chefe de família.....	75
Tabela 9 - Quadro das áreas de edificações do CAMG.....	81
Tabela 10 - Renda Média por Domicílio, Renda Per Capita e Desvios Padrão (AI).....	85
Tabela 11 - PEA, PIA e Razão População Ocupada/População Total (AI).....	87
Tabela 12 - Indicadores da Dimensão Educação por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991.....	88
Tabela 13 - Indicadores da Dimensão Infância por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991.....	89
Tabela 14 - Índice de Condições de Vida por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991.....	90
Tabela 15 - Indicadores da Dimensão Longevidade por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991.....	91
Tabela 16 - Indicadores da Dimensão Renda por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991.....	92
Tabela 17 - Indicadores da Dimensão Habitação por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991.....	93

Tabela 18 - Regime de Ocupação Domiciliar (AI).....	95
Tabela 19 - Atendimento de Energia Elétrica (AI).....	96
Tabela 20 - Abastecimento de Água (AI).....	96
Tabela 21 - Saneamento Básico – Rede de Esgoto (AI).....	97
Tabela 22 - Coleta de Lixo (AI).....	98
Tabela 23 - Domicílios por tipo de Pavimentação (AI).....	98

Lista de Siglas:

ACM – Antonio Carlos Magalhães

AI – Área de Influência.

CAB – Centro Administrativo da Bahia

CAMG – Centro Administrativo de Minas Gerais

FJP – Fundação João Pinheiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

GPU – Grande Projeto Urbano

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geociências

ICV – Índice de Condição de Vida

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

JK – Juscelino Kubitscheck

LDDC – *London Development Docklands Coorporation*

PEA – População Economicamente Ativa

PIA: População Inativa

PIB – Produto Interno Bruto

RIMA – Relatório de Impacto Ambiente

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão

SM – Salário Mínimo

UNESCO - *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*

Sumário:

Introdução.....	13
1. Urbanismo Pelo Mundo.....	16
1.1 O Urbanismo Como Resposta aos Emergentes Problemas Urbanos.....	19
1.2 O Urbanismo Modernista/ Progressista e suas Influências.....	22
1.3 As Cidades Empreendedoras Contemporâneas e os Grandes Projetos Urbanos.....	29
2. O Planejamento Urbano no Brasil.....	36
2.1 Urbanização Brasileira.....	36
2.2 A trajetória do Planejamento Urbano no Brasil.....	44
3. Grandes Projetos Urbanos e seus Impactos.....	55
3.1 Exemplos de Grandes Projetos Urbanos.....	59
4. O Centro Administrativo de Minas Gerais: seus impactos e concepções urbanísticas.....	77
4.1 A Concepção Arquiteônica do Centro.....	80
4.2 Situação Atual.....	81
4.3 Mais um RIMA “Justificativo”.....	101
4.4 Concepção Urbana e Impactos da Construção do Centro Administrativo de Minas Gerais no Vetor Norte de Belo Horizonte.....	104
5. Considerações Finais.....	113
6. Referencias Bibliográficas.....	117

Introdução:

O presente estudo buscou analisar a construção do CAMG (Centro Administrativo de Minas Gerais) sobre duas óticas: a primeira referente à concepção urbana do projeto e a segunda referente à abordagem dos possíveis impactos para área do entorno do empreendimento e de forma geral para toda a cidade de Belo Horizonte. Devido à escala de intervenção e à complexidade técnica e financeira do projeto podemos considerá-lo um “grande projeto urbano”. Esta expressão tem sido empregada na literatura recente, referida a um tipo de intervenção de larga escala que tem ganhado visibilidade nas duas últimas décadas.

O urbanismo tradicional (especialmente sua corrente modernista) foi amplamente empregado no século XX quer nas intervenções urbanas, quer por meio do planejamento urbano nos moldes do zoneamento urbano, neste caso tendo em vista limitar e orientar o crescimento das cidades e o uso e ocupação de seus espaços. Desde os anos 1960, o urbanismo tradicional tornou-se objeto de crítica e problematização, bem como o instrumento do zoneamento nos moldes modernistas-funcionalistas. Ao lado disso, no contexto das recessões econômicas da década de 1970, tem se disseminado a idéia de que as cidades são “motores de crescimento econômico” e teriam o papel estratégico de promoção econômica do território, de captar os investimentos privados tão escassos e voláteis, necessitando de um governo mais dinâmico que o sistema vigente possibilitava.

Nesta perspectiva, que também tem sido alvo de fortes críticas, planejamento e de gestão das cidades não devia limitar o crescimento econômico, mas incentivá-lo e a forma encontrada principalmente nos Estados Unidos, disseminando-se pelo mundo, foi à execução de grandes projetos urbanos. Esses projetos serviriam para “alavancar” uma grande quantidade de investimentos privados principalmente em áreas deterioradas como, por exemplo, o centro das cidades ou áreas pericentrais, em tese propiciando a retomada do dinamismo econômico local.

Em face do padrão de urbanização capitalista, a partir dos processos de expansão urbana e das novas lógicas de espacialização os centros das cidades vêm num processo gradual e contínuo de deterioração no mundo inteiro, demandando intervenções. A concentração de determinados tipos de uso do solo, de comércios e serviços, sem a presença do uso residencial, tal como preconizado na perspectiva do zoneamento funcional, tem sido apontada como um dos fatores que contribuem para a deterioração

das áreas centrais, que se tornam um lugar ermo à noite e nos finais de semanas, implicando problemas de segurança.

No caso das metrópoles brasileiras, as migrações intensas nas décadas de 1960 e 1970 resultaram na ocupação informal das favelas e na formação de extensas periferias. Os segmentos populares, sem muitas alternativas de moradia, ocupam as periferias em busca do sonho da “casa própria”, mesmo que esse fosse um lugar distante e carente de infra-estrutura. Mais recentemente, observam-se novas centralidades e novas espacialidades nas cidades brasileiras, com a tendência das elites abandonarem gradativamente os centros em busca de refúgio e segurança nos condomínios fechados. As áreas centrais das cidades tem decaído, perdido a multiplicidade de usos (especialmente habitacional) e concentrado imóveis desocupados (MARICATO,2001).

Muitos governos implementaram GPUs (grande projetos urbanos) nos centros, em busca de retomar o dinamismo econômico da área como, por exemplo, Londres, Barcelona, Baltimore, Boston, Bilbao, Berlim, Salvador, Curitiba e outros.

O caso mineiro é atípico, bem diferente dos outros GPU que têm sido implementados pelo mundo, uma vez que Minas utilizará essa ferramenta em uma área no extremo norte da capital, transferindo a sede administrativa do centro para essa região e impulsionando uma nova centralidade na região

O governo de Minas tem justificado a construção do CAMG no vetor norte de Belo Horizonte para catalisar o desenvolvimento de uma região ainda subdesenvolvida da capital, uma vez que atrairia uma grande quantidade de investimento para a área, beneficiando uma população que vem sendo negligenciada há décadas. Por outro lado, pode-se questionar sobre os impactos centro histórico de Belo Horizonte, no sentido de contribuir para a deterioração da área, esvaziada das atividades de governo transferidas para o CAMG, bem como esvaziada de referências simbólicas para a população.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a concepção do novo CAMG e discutir alguns dos possíveis impactos positivos e negativos desta grande intervenção.

Destaca-se a carência de dados para um estudo empírico pelo fato de a obra ainda estar em andamento, de forma que a pesquisa baseou-se em fontes documentais, em especial do RIMA (Relatório de Impacto Ambiente). Ao lado disso, utilizou-se da perspectiva comparativa, buscando casos similares de grandes projetos urbanos pelo mundo.

Esta perspectiva permite problematizar, como tem feito diversos autores (VAINER, 2000 ;ARANTES, 2000, dentre outros), que os GPU realmente atraem uma

grande quantidade de investimentos e que a valorização imobiliária proveniente dos grandes projetos leva à especulação imobiliária. Dessa forma, indivíduos racionais e motivados pelo ambiente são “forçados” a migrar para novas localidades, muitas vezes em regiões mais distantes. Sendo assim, a região se desenvolve, porém a população possivelmente já não é a mesma, pois esses migraram para regiões distantes sendo mais uma vez excluídas socialmente, gerando incertezas se o projeto realmente beneficiará a população originária. Em alguns casos observou-se o fenômeno da “gentrificação urbana” nas áreas de intervenção, que passam a ser apropriadas por segmentos sócio-econômicos homogêneos e de classes sociais mais elevadas do que a população original. Assim, o trabalho tem em vista levantar e sistematizar o debate sobre esse tipo de projeto, que tem ganhado representatividade ao longo dos anos, como o foco na concepção urbano do grande projeto urbano de Minas Gerais e nos possíveis impactos.

O estudo dividiu-se em quatro seções: a primeira refere-se à do urbanismo desde sua institucionalização, com ênfase no urbanismo modernista e na tendência do empreendedorismo das cidades com os grandes projetos urbanos. A segunda seção descreve a trajetória do planejamento urbano no Brasil e a urbanização brasileira, chamando a atenção para dois fenômenos: a periferização das cidades e a deterioração dos centros urbanos. A terceira seção buscou discorrer sobre os grandes projetos urbanos e seus impactos, na visão de diversos autores e de alguns casos relatados no estudo como: Baltimore, Londres, Curitiba e Salvador. Na quarta seção buscou caracterizar e analisar o projeto do Centro Administrativo de Minas Gerais e descrever também a situação atual da área do entorno, por meio dos dados do RIMA tendo em vista discutir os possíveis impactos.

1. Urbanismo Pelo Mundo

O planejamento das cidades não surgiu há um século, pois as antigas civilizações egípcias, gregas e romanas já planejavam as construções das suas cidades. Porém, com a revolução industrial houve uma explosão dos problemas urbanos, na medida em que a concentração urbana se intensificou muito. Então, a partir desse momento, houve uma sistematização e institucionalização do planejamento das cidades. Assim, surgiu na Inglaterra nos anos de 1920 o urbanismo como estudo do planejamento da urbe, pois, a forma de intervenção do estado é fundamental para redução dos problemas urbanos.

Anteriormente, com a revolução industrial houve grandes mudanças no sistema produtivo, uma vez que passamos do sistema manufatureiro para a maquinofatura (trabalho realizado com as máquinas). Nesse novo processo produtivo, foram introduzidos aspectos como: a divisão social do trabalho e a especialização, fazendo com que os antigos artesões, transformados em operários, perdessem o controle dos meios produtivos. Esses operários eram, nesse momento, alojados num mesmo espaço físico e subordinados a uma mesma chefia.

Com a revolução industrial, alterou as condições de vida dos ingleses, na medida em que as fábricas, sediadas nas grandes cidades, demandavam um grande contingente de trabalhadores. Então, para suprir tal demanda houve um grande deslocamento interno da população rural para o meio urbano, criando superconcentrações urbanas, antes não presenciadas na história britânica. Um bom exemplo desse fenômeno foi a cidade de Londres, que cresceu 625% entre os anos de 1780 a 1880.

A partir do momento que a classe operária perdeu o controle sobre o processo produtivo, ficou dependente dos capitalistas, que a remuneravam com um salário. Essa remuneração era extremamente medíocre, pois mal cobria as despesas de subsistência, ou seja, despesas fundamentais para sobrevivência e reprodução dos trabalhadores (moradia e alimentação para os operários e seus filhos). Londres viu explodir uma série de problemas sociais, tais como: miséria, epidemia de doenças, aumento do número de crimes, prostituição, decadência moral da população e condições insalubres de habitação. Essa situação caótica é muito bem descrita por Mears, que consegue nos transportar para os cortiços ingleses do século XIX:

“Poucos dos que lêem estas páginas sequer concebem o que são estes pestilentos viveiros humanos, onde dezenas de milhares de pessoas se amontoam em meio a horrores que nos trazem à mente o que ouvimos sobre a travessia do atlântico por um navio negreiro. Para chegarmos até elas é preciso entrar por que exalam gases venenosos e fétidos, vindos das poças de esgotos e dejetos espalhadas por toda a parte e que amiúde escorrem sob nossos pés; pátios, muito deles, onde o sol jamais penetra, alguns visitados por um sopro de ar fresco, e que raramente conhecem as virtudes de uma gota d'água purificante. É preciso subir por escadas apodrecidas, que ameaçam ceder a cada degrau e, em alguns casos já ruíram de todo, com buracos que põem em risco os membros e a vida do incauto. Acha-se o caminho às apalpadelas, ao longo de passagens escuras e imundas, fervilhantes de vermes. E então, se não forem rechaçados pelo fedor intolerável, poderão os senhores penetrar nos pardieiros onde esses milhares de seres, que pertencem, como todos nós, a raça pela qual Cristo morreu, vivem amontoados como reses”. (MEARS, 1883).

Esses problemas foram se alastrando para todas as cidades da Grã Bretanha, na medida em que a revolução industrial também se expandia. As condições de habitação dos ingleses no final do século XIX eram totalmente desumanas, pois uma ou mais famílias ocupavam um mesmo cômodo velho, pequeno e mal cheiroso.

Os cortiços ingleses, apesar de seu estado precário, eram extremamente caros “abocanhando” grande parte do orçamento familiar. O preço chegava até ser abusivo, porém era totalmente explicável na medida em que a oferta de habitação era inferior à demanda. Assim, os preços fluíam sobre a mais basilar lei econômica de oferta e demanda.

Os inquilinos dos cortiços tinham menos espaço físico e condição de subsistência que um prisioneiro do império. Assim criava-se um incentivo perverso à prática dos delitos, uma vez que os lucros das atividades ilícitas eram bem maiores que os salários dos trabalhadores. Porém, caso fossem presos iriam parar em ambientes de superior qualidade que sua própria casa. Esse, possivelmente, foi um dos motivos que fizeram com que a taxa de criminalidade crescesse em Londres no século XIX.

Em um trecho do livro “Cidades do Amanhã”, Peter Hall (1988) descreve como causa fundamental dos problemas dos londrinos a questão econômica:

“A raiz do problema era simplesmente econômica. As pessoas viviam amontoadas porque eram pobres e, porque eram pobres, não tinham recursos para providenciar o remédio óbvio: mudar para um lugar onde o aluguel fosse mais barato”. (HALL. P, 1988)

Acredito, porém, que além da importância da questão econômica, havia um grande problema estrutural na cidade de Londres, já que a cidade não estava preparada para receber aquele contingente de pessoas vindas do campo à procura de emprego.

Londres, como outras cidades inglesas, chegaram à sua exaustão dos problemas em habitação, transportes e alta densidade demográfica. Esses problemas passaram a ser reconhecidos até pelas classes mais privilegiadas. Nesta época o jornal de prestígio “The Times” já tecia críticas sobre o assunto. O caos, encontrado em Londres, não era mais um assunto somente dos trabalhadores, mas de toda a Inglaterra.

“Fazia-se consciência coletiva ou de classe; um mal estar crescente e, fruto dele, a convicção de que o organismo industrial, que produzia o aluguel, o juro e o lucro em escala assombrosa, falharam na obtenção de uma existência decente e condições toleráveis para a maioria dos habitantes da Grã-Bretanha”. (HALL. 1988)

Em um trecho do “Facts for Londoners” podemos constatar a amplitude do problema:

“Dos 1.000.000 de londrinos que Sr Booth considera como pobres..., praticamente nenhum mora em alojamento tão bom quanto o que qualquer homem parcimonioso destina a seu cavalo. Essas 200.000 famílias, que não ganham mais de um guinéu por semana... e muitas vezes irregularmente, pagam 3 a 7 xelins por imundos quartos de cortiço, grande parte dos quais quase absolutamente “impróprios para habitação”, até mesmo pelos frouxos padrões dos funcionários da saúde pública. Londres precisa construir pelo menos 400.000 quartos para abrigar seus cidadãos mais pobres”. (FABIAN SOCIETY, 1889).

Dessa forma, surgiram diversos problemas sociais inicialmente nas cidades inglesas; todavia na medida em que a industrialização foi se alastrando pelo mundo, esses problemas os acompanharam.

A situação em Londres estava completamente caótica, o que fez surgir à necessidade de alguma forma de intervenção pública no problema. Foi, a partir desses caos, que começaram a surgir as primeiras teorias do planejamento urbano, pois precisava-se de conciliar revolução industrial às condições mínimas de subsistência e moradia, ou seja, adaptarem-se às novas relações humanas impostas pela industrialização e o urbanismo.

1.1 O Urbanismo Como Resposta aos Emergentes Problemas Urbanos

O planejamento urbano constrói-se, a partir de lastros oitocentistas, de ideais e imaginários de ordens sociais alternativas e espacializadas, ainda influentes. HARVEY (2000:156) afirma que, “nas suas primeiras encarnações as utopias foram geralmente associadas a formas urbanas, e “o que se traduz por planejamento urbano, no sentido mais amplo, tem sido infectado (alguns preferiam dizer inspirado) por modo de pensamentos utópicos”. HALL (1995) reporta-se também às raízes utópicas e ao caráter anarquista na origem do urbanismo, e destaca que a sua constituição, “como movimento intelectual e profissional no século XX, representa essencialmente uma reação contra os males produzidos pela cidade do século XIX”.

Nos diversos autores, é enfatizada a dimensão crítica do urbanismo à urbanização e às condições sociais, que se conformam nas cidades do início do século. Conforme CHOAY (1979), o termo *urbanisme* aparece como neologismo a partir da nova realidade urbana de 1910, e é apropriado em 1914, na criação da Sociedade Francesa dos Arquitetos e Urbanistas. Naquele contexto, a construção do termo permeia-se, portanto, da marca da disciplinariedade, embebida na sua vinculação ao campo das belas artes e ao cunho da intervenção monumental e embelezadora.

Nesse contexto, de urbanização associada à industrialização capitalista, surgiu um conjunto de problemas sociais e habitacionais; tem-se a emergência do urbanismo como institucionalização do planejamento das cidades. Essas idéias surgiram principalmente entre os franceses, ingleses e norte-americanos, para solucionar os problemas da precariedade da condição de habitação dos trabalhadores:

“O urbanismo quer resolver um problema (o problema da cidade maquinista) que foi colocado bem antes de sua criação, a partir das primeiras

décadas do século XIX, quando a sociedade industrial começava a tomar consciência de si e questionar suas realizações”. (CHOAY. 1979)

Havia o consenso entre os intelectuais do final do século XIX e início do século XX sobre a precariedade da infra-estrutura urbana. Todos esses pensadores tinham em comum a ideia que o Estado deveria atuar de alguma maneira para solucionar tal problema.

A partir da referência aos pensadores utópicos que Choay situa no campo do pré-urbanismo, a autora identifica, já no início do século XX duas principais correntes do urbanismo. A primeira refere-se ao chamado urbanismo culturalista, que se ancora em referências das cidades e tecido urbano medieval. A segunda corrente volta-se para o futuro, para os avanços proporcionados pelas novas tecnologias, constituindo o chamado urbanismo progressista ou funcionalista, ou modernista, como ficou mais conhecido, que tem suas principais premissas expressas na “Carta de Atenas”.

“O que é expressão de desordem chama a sua antítese, a ordem. Assim veremos se opor, a essa pseudodesordem da cidade industrial, propostas de ordenamento urbanos livremente construídas por uma reflexão que se desdobra no imaginário.. Por não poder dar uma forma prática ao questionamento da sociedade, a reflexão situa-se na dimensão da utopia; orienta-se nela segundo as duas direções fundamentais do tempo, passado e o futuro, para tornar as formas da nostalgia ou do progressismo. De um conjunto de filosofias políticas e sociais (Owen, Fourier, Considérant, Proudhon, Ruskin e Morris) ou de verdadeiras utopias (Cabet, Richardson, Morris), vemos assim distinguir-se, com um maior ou menor luxo de detalhes, dois tipos de projeções espaciais, de imagens da cidade futura, que chamaremos daqui em diante de modelos”. (CHOAY. 1979).

O modelo culturalista diverge em diversos pontos dos progressistas. Alguns culturalistas mais radicais eram até mesmo anti-industriais, pois consideravam a maquinofatura o início da destruição da relação cultural e social do homem com o ambiente.

Grande parte dos culturalistas, inclusive Riskin e Morris, eram nostálgicos com relação às cidades medievais, na medida em que suas ações eram pautadas em minimizar os efeitos colaterais da industrialização nas cidades e em revalorizar a arte (CHOAY, 1979).

“A crítica sobre o qual repousa este modelo é, pois, na origem, nostálgica. Por um movimento ao qual o pré-rafaelismo deu, no caso particular das artes plásticas, a primeira formulação e ilustração, ela postula a possibilidade de fazer um estádio ideal passado reviver, e vê os meios disso numa volta as desse passado. O ponto capital ideológico desse modelo não é mais o conceito de progresso, mas o de cultura” (CHOAY. 1979).

A proposta destes autores para solução dos problemas era a criação de cidades de porte médio, de 20 a 30 mil habitantes, cada qual com a sua indústria. Essas cidades de menor porte conseguiriam mais facilmente manter suas relações culturais e sociais entre o homem e o ambiente. Para o culturalistas, o homem não era visto mais como objeto, mas como parte insubstituível do ambiente. Essas cidades seriam separadas por um cinturão verde e as ruas ligariam todas as cidades médias. Porém, diferentemente dos progressistas, para os culturalistas as ruas e avenidas não tinham exclusivamente a função de locomoção, mas um ambiente propício à interação social da população.

Apesar de algumas boas idéias, os culturalistas ficaram muito mais no papel e no manuscrito que os progressistas. Pois suas ideias eram totalmente inadequadas para a época, conforme a discussão efetuada por Choay (1979):

“De fato, o urbanista vienense tem tamanha obsessão por problemas estéticos e formas do passado que chega a ignorar a evolução das condições de trabalho, assim com os problemas de circulação. O próprio Unwin vê bem a contradição e, como bom empirista, tenta conciliar o modelo culturalista com as exigências do presente” (CHOAY. 1979).

Apesar dos dois modelos descritos anteriormente serem hegemônicos, entre os intelectuais da época, havia outras propostas como, por exemplo, o naturalismo¹, a tecnopia², a higiene mental³ e o estruturalismo⁴. Essas teorias apresentam

¹ O naturalismo foi criado nos Estados Unidos por F.L. Writhe inspirado por idéias do anti-urbanismo. Esse modelo enfatizava a liberdade individual, e por isso propunha a construção de casas de tamanho médio, com muita área verde para o lazer e também área para pequenas agriculturas. Essas idéias vão inspirar em muito as construções dos subúrbios norte-americanos

² A tecnopia era a junção de diversos profissionais de diversos ramos como: arquitetura, engenharia e sociologia que se propuseram imaginar como seriam as cidades no final do século XX. Na concepção desses intelectuais, haveria uma grande concentração urbana nas cidades via verticalização dos edifícios.

características similares tanto quanto com modelo progressista quanto com o culturalista.

O modelo progressista foi inspirado principalmente pelo arquiteto Tony Garnier em 1917. Outro celebre “urbanista” da época (se não o mais reconhecido), Le Corbusier, descreveu sua percepção ao novo modelo que surgia:

“Uma tentativa de ordenação e uma conjugação das soluções utilitárias e das soluções plásticas. Uma regra unitária distribui por todos os bairros da cidade a mesma escolha de volumes essenciais e fixa os espaços seguindo as necessidades de ordem prática e as injunções de um sentido poético próprio do arquiteto”. (CHOAY. 1979).

Os progressistas não viam a revolução industrial como algo terrível para a sociedade, mas como um meio de produção de bem-estar. Eles buscavam através do uso da racionalidade e o progresso técnico solucionar tais problemas que a industrialização gerou nas cidades.

No mundo há muito mais casos concretos de aplicação das premissas do urbanismo progressista que dos demais, pois este se adequava muito mais aos interesses dos segmentos privilegiados da época. Enquanto isso, as outras teorias ficaram restritas a poucas cidades britânicas e norte-americanas. Por isso, a necessidade de uma seção exclusiva para aprofundar mais as ideias dos progressistas e suas influências pelo mundo.

1.2 O Urbanismo Modernista/ Progressista e suas Influências:

Como mencionado, no início do século XX, as condições de habitação, para a grande maioria da população eram precárias nos grandes centros urbanos. A revolução industrial e a modernidade assumiram um papel corrosivo para as cidades, uma vez que o novo sistema produtivo gerou uma migração intensa do homem do campo para as cidades, em busca de assumir os novos postos de trabalho, que estavam sendo criados.

³ Os pensadores da higiene mental estavam preocupados com o clima existencial dos indivíduos, devido à perda dos valores morais no final do século XIX. Então, assim como os culturalistas, davam ênfase às interações sociais

⁴ Os estruturalistas acreditavam que os indivíduos deveriam deixar de ser objeto do planejamento urbano, para ser parte integrante do processo.

Porém, as cidades não foram devidamente preparadas para esse enorme crescimento demográfico, criando um gigantesco déficit de infra-estrutura urbana.

A incapacidade das antigas formas de urbanização em adequar-se às novas condições exigidas, e dialogar com o novo sistema produtivo fez surgir uma nova proposta de organização urbana: o urbanismo modernista. A metrópole moderna deveria dar todas as condições para a instalação das indústrias, bem como garantir uma relação harmoniosa entre as novas classes existentes: industrial, classe do proletariado e os consumidores.

Os modernistas condensaram seus princípios na “Carta de Atenas”. As cidades deveriam exclusivamente respeitar as quatro funcionalidades básicas explicitadas na carta: as funções de habitar, trabalhar, recrear e circular. Ou seja, uma cidade deveria ter habitação com um mínimo de qualidade, meios de transporte de fácil acesso para garantir a locomoção, prover ofertas de emprego para que os indivíduos pudessem trabalhar, e condições adequadas de lazer para nutrir a mente. Esse projeto continha uma racionalidade absoluta, que se sobrepunha a qualquer outro detalhe. De acordo com os modernistas, um centro urbano que respeitasse essas quatro funções estaria completamente preparado para se transformar numa metrópole industrial.

“A utopia reformadora na origem da arquitetura moderna é, portanto, inseparável do processo capitalista de modernização e sua aposta no progresso tecnológico. Ou seja, o avanço das forças produtivas havia de levar a uma racionalização crescente da vida, à qual a arquitetura viria a se associar e quem sabe até liderar”. (ARANTES, 2000)

Os progressistas buscaram soluções, através do zoneamento, ou seja, da separação das cidades em zonas de habitação e trabalho. Essas zonas seriam separadas por um cinturão verde, que também serviria de área de lazer aos homens. Eles se transportariam entre as zonas, através do avanço tecnológico dos automóveis, em vias de acesso rápidas, criadas a partir de formas geométricas simples (cubistas). Com esses projetos, conseguiam agrupar as quatro funcionalidades que o homem necessitava exercer.

Os modernistas eram completamente avessos à nostalgia cultural de outras teorias, como diria Le Corbusier: “demolir sem remorso”. Pois, nada deveria atrapalhar ou atrasar a nova ordem econômica e social imposta. Os mais radicais acreditavam que o capitalismo iria romper com as barreiras sociais, criando uma sociedade homogênea e

padrão. Dessa forma, os urbanistas modernos poderiam propor soluções padronizadas para todas as metrópoles, uma vez que diferenças culturais se desapareceriam. Entretanto, essa ideia seria um dos principais alvos de críticas ao modelo.

Os modernistas ou progressistas, por estarem de acordo com os interesses hegemônicos da época influenciaram o planejamento de diversas cidades pelo mundo. Assim, houve diversos desdobramentos das ideias modernistas que se tornaram estilos próprios de planejamento das cidades, mas ainda interligados com as principais ideias dos modernistas como: a racionalidade, a funcionalidade e o uso do progresso técnico como meio de solucionar os problemas.

O primeiro desdobramento do modernismo foi a de cidade-jardim de Ebenezer Howard, que influenciou em muito os Estados Unidos entre os anos de 1900 a 1940. Esse modelo tem muita similaridade com muitas ideias dos progressistas, embora articulasse com elementos culturalistas. A ideia de Howard era criar um ambiente que mesclasse a qualidade de vida do campo, sem perder o dinamismo das grandes cidades.

Esse tipo de urbanismo seria uma alternativa aos já degradados centros urbanos. Howard buscava a criação de pequenas cidades em torno de uma única indústria. Essa atuaria, de forma cooperativa com os trabalhadores, e tentaria manter ao máximo áreas verdes para o lazer dos mesmos. As cidades-jardins se interligariam através de rodovias e ferrovias. Houve até um considerável incentivo por parte dos empresários norte-americanos, que esperavam que esse novo estilo de vida acarretasse um aumento da produtividade dos trabalhadores.

Essas ideias, assim como outras, tiveram influência na criação dos subúrbios americanos. Porém, a partir de 1940, esse projeto começou a receber diversas críticas como: aumento da poluição com o uso extensivo dos automóveis, substituições de áreas de agricultura para habitação, esvaziamento das áreas centrais e enfraquecimento do lócus comunitário.

Outra ideia também progressista, mas com diferente concepção da cidade-jardim, foi a cidade-radiante de Le Corbusier. Esse projeto priorizava a racionalidade (submissão extrema da forma à função), padronização das construções típicas modernas, transformando-se em um urbanismo defensor do desenvolvimento da industrialização. Essas características são nítidas no Plan Voisin proposto por Le Corbusier e descrita por Medrano (2004, p.2).

“O Plan Voisin, proposto para Paris em 1925, é um exemplo ímpeto urbanista progressista de reorganizar o espaço de acordo com as diretrizes delimitadas pelas angustias do tempo presente, da modernidade, no caso nitidamente ligado a mecanização e industrialização dos processos de produção. Não existe, na concepção do Plan Voisin, nenhuma intenção de integração com o tecido existente-qualquer forma de ligação entre seus habitantes com referências espaciais, culturais e formais da cidade “histórica” é simplesmente desprezada”.

Le Corbusier seria um dos principais colaboradores da confecção da Carta de Atenas⁵. Essa carta seria o marco inicial do urbanismo modernista no mundo.

“Essa carta contribuiu para idéias produzidas na Europa em ritmo da reconstrução Pós-Guerra, atendendo também aos países subdesenvolvidos que passavam por acelerado processo de urbanização. Possuíam questões político-sociais diferentes, mas equivalentes no objetivo de preencher inúmeros espaços vazios em pouco tempo em circunstâncias emergenciais, induzindo o projeto da cidade inteira como simples objeto físico, para ser construído por meio de um plano bastante preciso e em tempo determinado. As suas quatro funções básicas são trabalhar, habitar, circular e recrear-se”.

(MANZI. 2008)

Apesar do grande número de adeptos da “Carta de Atenas”, ela também teve seus opositores. Um exemplo disso, foi o grupo dos “orgânicos” do modelo cidade-real, que eram extremamente contrários ao racionalismo exacerbado empregado na Carta. Esse trecho de Medrano (2004, p.3) confirma tal hipótese:

“Apoiados em precedentes tão confluentes quanto o racionalismo, e cujos os idéias remontam as obras e argumentos de Ruskin e de Willians Morris, passando por Munford e Geddes, E. Howard, Camilo Site e Raymond Unwin, o organicismo não surge simplesmente em opção ditames da carta de Atenas... Participativos e fundamentais para a concretização e divulgação do organicismo, os arquitetos Frank Lloyd Wright e A. Aalto encarregaram-se de atribuir à arquitetura orgânica o seu mais alto momento expressivo. Afora suas habilidades em organizar espaços arquitetônicos pela inserção madura entre formas da natureza, domínio técnico, e a

⁵ A Carta de Atenas foi referência inclusive para as legislações de uso e ocupação do solo que empregam a lógica de zoneamento mais rígido até recentemente.

funcionalidade de seu conteúdo programática, estes arquitetos ressaltariam novos valores ao urbanismo da época”.

Os opositoristas criticavam a “Carta de Atenas” pelo fato de não haver equilíbrio entre a cidade real e a ideal. É possível dizer que a “Carta de Atenas”, como os modelos progressistas, falhava em propor um modelo único, sem lembrar das particularidades de cada região, construindo soluções ideais, mas não reais.

Outro modelo refere-se à cidade regional que foi criada por Geddes nos Estados Unidos. Esse tipo de planejamento urbano influenciou em muito na década de 40 e 50, principalmente por sua importância para a criação do plano *new deal* do presidente americano Roosevelt. Esse planejamento deveria começar através de uma intensiva coleta de dados para captar a interação do homem com o ambiente.

Com o avanço da tecnologia de transporte e de comunicação, tornava-se desnecessário que as empresas ficassem todas juntas numa mesma cidade. Então, Geddes propôs a construção de várias cidades de porte médio, conectadas por ferrovias e rodovias.

“Não há, em absoluto, nenhuma razão por que essas e outras anomalias semelhantes devam persistir. É preciso que as indústrias se dispersem pelo mundo ; e a dispersão das indústrias dentro das nações civilizadas será necessariamente seguida de uma ulterior dispersão de fábricas pelos territórios de todas nações”. (HALL. 1988)

As cidades se tornariam cada vez mais horizontais, criando o que alguns denominaram de conurbações urbanas. A ordem não era o uso da força para transferências dessas pessoas, mas o uso de incentivos através das leis de zoneamento urbano. Geddes denominou que a quarta migração mundial apoiada nas novas tecnologias, sendo essa inversa, ou seja, os homens abandonariam as cidades em busca de melhor qualidade de vida no campo.

“A tendência do automóvel... dentro dos limites, é mais para descentralizar a população do que para concentrá-la; e qualquer projeto elaborado no sentido de concentrar pessoas em áreas de grandes cidades vai chocar-se às cegas com as oportunidades que o automóvel oferece” (HALL. 1988).

Porém, o planejamento da cidade-regional ficou muito mais no papel. Apesar do apoio inicial dos governos, americano e britânico, ele alcançou resultados muito aquém do esperado nos respectivos países.

O movimento, que sucedeu ao planejamento da cidade-regional foi o “*city-beautiful*” ou cidade-monumento, desenvolvida por Burnham, entre os anos de 1900 a 1945. Esse fenômeno que se iniciou nos EUA proliferou por todo mundo. Ele foi extremamente comum em países com domínio totalitarista como, por exemplo, a Índia dos britânicos, a Berlim de Hitler e a URSS de Stalin. Esse estilo de planejamento era usado para mostrar a grandeza de seus impérios.

O planejamento da cidade-monumento era usado na tentativa de “enfeitar” o caos, em que as cidades se encontravam, para eliminar o foco de doenças e depravações morais. Os urbanistas adeptos de tal teoria usavam das construções de imponentes centros cívicos ou sedes administrativas, para mostrar a prosperidade em que a cidade se encontrava, e assim desviar a atenção quanto aos demais problemas.

Esses projetos tinham a função de criar uma identidade já perdida do cidadão com a cidade. Porém, não havia a mínima preocupação com as questões sociais, como por exemplo, o destino dos moradores da região, onde o empreendimento foi realizado. Os propósitos dos modelos buscavam adquirir harmonia social através da harmonia visual.

Os grandes monumentos poderiam gerar lucros promovidos pelo turismo, e foi com esse raciocínio dos ganhos que uma cidade poderia ter com o turismo que o maior monumentalista, Burnham, conseguia apoio para executar seus projetos.

“Em nossas escapadas, continuamos indo ao Cairo, a Atenas, à Riviera, a Paris e a Viena, por que a vida aqui de casa não é tão agradável como nesses centros em voga. E assim prossegue, constante, a drenagem de recursos para fora da cidade. Ninguém ainda calculou quantos milhões, em dinheiro, fizeram-se em Chicago e gastaram-se alhures, mas a soma deve ser considerável. Qual teria sido o efeito sobre o varejo da terra se esse dinheiro tivesse circulado aqui? ... Não deveríamos sem demora, fazer algo apropriado para embelezamento e tornamos nossas cidades atraentes para nós mesmos, e em especial para esses desejáveis visitantes?”(BURNHAM)

Esse fenômeno foi extremamente criticado pelo historiador Lewis Mumford, por não se preocupar em resolver os problemas concretos de uma cidade, como, por

exemplo, a superpopulação, sendo apenas uma forma de disfarçar os problemas. Além do fato de ser instrumento típico de países totalitários, no intuito de mostrar sua grandeza.

O *City Beautiful* se manifestou entre, 1910 e 1945, por diversos incentivos: a serviço do capitalismo financeiro, como agente do empreendedorismo e instrumento do totalitarismo. Esse foi um dos movimentos urbanísticos, que mais influenciaram os projetos de diversas cidades no mundo.

A racionalização absoluta dos modernistas no intuito de buscar atender às funcionalidades humanas exigidas foi ao mesmo tempo responsável por seu sucesso, mas também por seu fracasso. A padronização imposta pelos modernistas, a fim de respeitar a racionalidade iria começar a defrontar-se com o individualismo burguês. As soluções únicas não mais satisfazem um mercado, que passa a dar valor à forma tanto quanto à função.

As críticas aos progressistas eram pelo fato de eles considerarem os homens como mero objeto, ou seja, sendo pequenas partes de um sistema muito maior: a cidade. Outra crítica era pelo fato de eles desconsiderarem as especificidades de cada lugar, e assim propor soluções únicas e padronizadas. Entretanto, os progressistas influenciaram diversas cidades pelo mundo, inclusive a capital brasileira; Brasília, que constitui a única cidade no mundo planejada inteiramente a partir das premissas do urbanismo modernistas expressas na “Carta de Atenas”.

O modernismo buscava construir moradias em condições mínimas de higiene e qualidade de vida, já que era preciso “acalmar” e reproduzir a mão-de-obra. Porém, na medida em que há o avanço da terceira revolução industrial, com a introdução da informática, robótica e ampliação dos meios de comunicação, passa ser desnecessária tal montante de mão-de-obra. Essa revolução no sistema produtivo mostrava que o modernismo como forma urbana já estava ultrapassado.

“A utopia modernista começou a declinar na medida em que se acumulavam evidências de que a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato definhava”. (O. ARANTES, p.100)

Nos termos da crítica de Arantes (2000), viu-se que se antes necessitava se de uma forma de urbanização que mantivesse a harmonia entre as classes, agora se necessitava de uma forma que harmonissee a pequena parcela da população de

privilegiados com uma grande maioria de desempregados, na miséria absoluta. As cidades estruturadas no antigo planejamento moderno: ou se reformavam ou entravam em decadência.

1.3 As Cidades Empreendedoras Contemporâneas e os Grandes Projetos Urbanos

Em a “condição pós-moderna”, David Harvey (1989) assinala a convergência, nas últimas décadas, de um novo modelo de governança urbana, com lógicas de planejamento e gestão empreendedoras, ou seja, voltadas para atração de investimentos privados e para a “venda das cidades”. Esse modelo é associado pelo autor ao novo ciclo de acumulação capitalista, a partir do final da década de 70.

Como antecedente, destaca-se que o planejamento convencional entre as décadas de 50 e 60, na época em que o crescimento era próspero, tinha função de limitar e controlar o crescimento físico das cidades, mantendo um mínimo de qualidade em habitação para todas as classes dos trabalhadores. Essa rigidez na limitação do crescimento das cidades, através principalmente das leis de uso e ocupação do solo, não era mais condizente com a nova economia mundial, pois, a partir da década de 70, a economia era globalizada, com um capital internacional completamente volátil. Dessa forma, os governos deveriam atuar como captadores de investimentos privados, necessitando de um governo muito mais dinâmico e flexível que o sistema urbanista convencional.

Por isso a partir de 1970, com a recessão econômica que acarretou mudanças no foco do planejamento, uma vez que as cidades não cresciam com taxas tão altas, e não fazia mais sentido controlá-las. Várias cidades tiveram suas antigas fábricas desativadas e abandonadas, levando a um número crescente de desempregados perambulando pelas ruas. Dessa forma, o operário que ironicamente se queixava da “superexploração” do capitalista, como causa de sua miséria e sofrimento agora entra numa miséria absoluta pela falta da exploração (desemprego).

O sistema de administração anteriormente centralizado e rígido não é mais aceitável para os novos padrões econômicos. Seria desejável um poder descentralizado, eficiente, transparente e em contínuo debate com a sociedade civil, para facilitar uma atuação em conjunto. As cidades também devem ter autonomia para se relacionar independentemente com as outras e até mesmo com organizações internacionais, através de acordos bilaterais e multilaterais.

Dessa forma, o foco do planejamento, que era o controle do crescimento físico, foi sendo substituído por uma obsessão de um planejamento, que incrementasse e incentivasse o crescimento econômico. As primeiras medidas eram no sentido de atrair investimentos, gerar empregos e renovar a base produtiva, definindo que as cidades e administrações municipais deveriam ser os motores do crescimento econômico.

A nova funcionalidade central das cidades é tornar o ambiente atraente para novos investimentos, cabendo ao governo atuar em parcerias com o setor privado e a sociedade civil, para satisfazer às exigências de um mercado volátil.

As administrações locais têm usado principalmente de duas técnicas para atrair investimentos: construção de grandes projetos urbanos em parceria com grupos privados e criação de zonas de empreendimento, ou seja, áreas completamente abertas para migração de capital e empreendimentos. A primeira tinha o intuito de alavancar um contingente ainda maior de recursos privados, sobre forma de investimento. A outra tentativa visava atrair investimentos através de áreas com impostos reduzidos e menor burocracia.

A competitividade entre as cidades e as intervenções físicas urbanas começou com os primeiros processos de revitalização das cidades. Nesse novo contexto, as cidades devem enfrentar questões semelhantes às empresas: a necessidade de competir entre si. Então, se inicia uma série de projetos pontuais, que visam ou a construção de uma nova imagem para a cidade ou a recuperação de uma imagem já deteriorada

Nos Estados Unidos, o neoliberalismo de Reagan e Bush respondeu erroneamente à crise através de cortes dos gastos e programas sociais. Porém, essa política ortodoxa de combate à crise fez alastrar, com grande rapidez, o aumento da taxa de desemprego e queda de arrecadação do governo. Entretanto, algumas cidades norte-americanas responderam individualmente à crise com ambiciosos projetos urbanos.

O mundo se voltaria para os exemplos norte-americanos, que já haviam supostamente encontrado a “fórmula mágica” nos anos 70 em Baltimore e Boston para combater a crise. Essas cidades receberam um grande contingente de investimentos públicos e privados, através de parcerias para a implementação de grandes projetos urbanos (GPU), que voltariam a dar dinamismo à economia local.

Os grandes projetos urbanos se desenvolveram nas décadas de 70, 80 e 90, em um período denominado de “renascença urbana”; pode-se dizer que essas intervenções são ferramentas para a revitalização de espaços urbanos. Essas obras “faraônicas” se estenderam rapidamente por todo mundo, mas teve seu avanço interrompido pelas crises

econômicas. Assim, essa “onda” voltou a ganhar força com a estabilização da economia, e assim diversos projetos como, por exemplo, o Centro Empresarial de Londres ressurgiram (ULTRAMARI. 2007).

O intuito desses projetos é transformar as cidades em cidades – empresas, ou seja, são cidades que atuam como máquinas para captar e produzir riquezas. Assim começa a haver uma competição entre elas por recursos e pessoas, por isso, a importância dos GPU, que servem de marketing, atraindo investimentos, aumentando a auto – estima, da população e teoricamente levando o desenvolvimento para partes de cidades ainda subdesenvolvidas. Esses projetos se iniciaram nas áreas centrais das cidades, no intuito de recuperar o seu patrimônio histórico, com novas atividades que pudessem dar mais dinamismo aos centros que cada vez mais perdiam sua capacidade de competir e retomar seu elo com o cidadão (ULTRAMARI, 2007).

Os GPU podem assumir diversas formas de intervenção urbana: requalificação, revitalização, reabilitação, reurbanização, reciclagem, e podem ser voltados a uso específicos como, por exemplo, meio ambiente e saneamento básico.

- Reciclagem: significa reaproveitar parte ou toda a construção para um novo projeto, alterando somente a função da edificação. (MANZI. 2008)
- Revitalização: exige igualmente respeito aos significados históricos e aos valores artísticos e arquitetônicos, busca também a vitalidade social, cultural e econômica da área, que se pretende revitalizar. O GPU busca reinserção de partes da cidade deterioradas aproveitando as qualidades que ela possui. A revitalização é trazer de volta a vida e não criar a vida. (ULTRAMARI. 2007).
- Reabilitação: é uma estratégia que busca requalificar a cidade existente por meio de intervenções múltiplas para potencializar aspectos sociais, econômicos e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Isso significa investimentos pesados em infra-estrutura, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que, dizem respeito. Esse estilo de GPU pode se aplicar a parte de uma cidade sem identidade ou característica marcante. Todos os conceitos buscam atração de novas atividades econômicas, dando novos ares às cidades decadentes (MANZI. 2008).

Esses projetos atrairiam outros empreendimentos, principalmente no ramo imobiliário, desenvolvendo as atividades terciárias da região. Essas cidades transformaram seus cais desativados e subutilizados em áreas de urbanização empresarial com diversas lanchonetes, lojas, cinemas e outros empreendimentos comerciais. Surgia assim um novo conceito: reutilização adaptável, ou seja, a utilização de antigas áreas nos padrões da industrialização tradicional para usos modernos e dinâmicos do setor terciário.

Os grandes projetos urbanos começaram a virar exemplo para os gestores públicos com o sucesso de casos como, por exemplo, Barcelona, Boston, Baltimore, Bilbao e Nova York. A partir desses exemplos de sucesso internacional, cidades se lançaram sem considerar limites, características e particularidades, em projetos que reproduziam a ideia e ícones arquitetônicos que buscariam os mesmos resultados.

O exemplo americano se espalhou pelo mundo, mas principalmente entre as cidades asiáticas de Hong Kong, Seul, Bangoc, que tentaram responder às crises com ações das administrações locais e com agilidade em adaptar-se ao novo capitalismo moderno.

“As cidades asiáticas demonstraram que, no mundo da economia global, a velocidade da informação sobre os mercados internacionais e de adaptação aos mesmos, à flexibilidade das estruturas produtivas e comerciais e a capacidade de inserir-se em redes, determinam o sucesso ou o fracasso, muito mais do que as posições adquiridas no passado, o capital acumulado, as riquezas naturais ou a situação geográfica”. (CASTELLS. 1996).

Na América Latina, como havia diversos problemas como a falta de democracia, desigualdade social, debilitada sustentação sociocultural, graves déficits de infraestrutura e serviços públicos precários. Esses problemas atrasaram a emergência das cidades, como protagonistas do desenvolvimento, pois era preciso inicialmente “arrumar a casa”.

A abertura econômica desses países facilitou o reconhecimento pelos diversos atores da sociedade da necessidade enorme, que as cidades tinham de se adaptar ao novo sistema capitalista, para torná-las mais competitivas, com uma infra-estrutura urbana moderna e padrões mínimos de segurança.

As cidades viram que é impossível manter um sistema que excluía uma grande parcela da população. Essas situações fizeram com que os países latino-americanos

agilizassem sua “faxina pela casa”, ou seja, redemocratizassem e descentralizassem o poder para esferas locais, tentando resolver séculos de problemas sociais com a nova forma de planejamento urbano. Por esses motivos, esse fenômeno só repercutiu na América Latina na década de 90.

“Provavelmente, questões decisivas que as cidades latino-americanas devem enfrentar na atualidade podem ser abordadas e solucionadas com os atores urbanos: pacto entre agentes públicos e privados, criação de centralidades e de espaços públicos qualificados, reconstrução da cultura cívica, reforma política administrativa no sentido de obter dos governos locais mais eficácia e mais participação, sobretudo modernização da infra-estrutura urbana (serviços públicos, comunicações e áreas empresariais)”. (CASTELLS, 1996).

O novo planejamento urbano deveria criar a ideia de que as cidades eram máquinas para captar recursos. Dessa forma, todas as ações deveriam ser feitas de modo a criar uma imagem de cidade moderna e flexível, para que ela pudesse atrair recursos internos e externos.

De acordo com Borja e Castells (1996), a cidade se transforma num agente social, na medida em que articula e concilia os interesses dos diversos atores: agentes públicos, privados, organizações sociais e cívicas. A cidade conciliava os interesses das instituições públicas e a sociedade civil. Essa maior articulação entre os agentes tinha o intuito de maior agilidade, eficiência e legitimidade nas respostas governamentais aos problemas e demandas da sociedade.

O apoio da sociedade civil é fundamental para modernização do sistema produtivo. Então, as cidades passam a investir em grandes projetos urbanos, que estimulem o patriotismo cívico, no objetivo de mobilizar a comunidade, que reflita no futuro da urbe. Assim, espalharam-se pelo mundo empreendimentos, que construíssem monumentos públicos que simbolicamente aumentavam o bem-estar da população. Assim, o indivíduo cria uma identidade cultural com a cidade, facilitando a cooperação com ela (CASTELLS, 1983).

O sucesso do empreendedorismo de uma cidade depende da participação ativa dos agentes públicos e privados, da sensação de crise aguda, atuação ativa das lideranças locais e consenso da população local, de que a cidade pode dar um “salto”. Essas características facilitam uma transição tranquila do capitalismo tradicional para o

centro terciário qualificado. No intuito de facilitar essa transição, usam de alguns eventos internacionais como, por exemplo, Barcelona fez sendo sede da Olimpíada de 92 para o que facilite o consenso entre os diversos atores e agilize o processo de modernização.

“As grandes cidades devem responder a cinco tipos de objetivos: nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. Somente gerando uma capacidade de resposta a estes propósitos poderão, por um lado, ser competitivas para o exterior e inserir-se nos espaços econômicos globais, por outro, dar garantia a sua população um mínimo de bem-estar para que a convivência democrática possa ser consolidada”. (CASTELLS. 1996).

Nesse novo capitalismo, os problemas de uma cidade transcendem as fronteiras físicas de seus territórios, por isso necessita-se de uma grande coordenação dos agentes públicos e privados internos. Assim, se eles estiverem coesos, facilita uma cooperação intra-administrativa municipal, levando a uma atuação conjunta dos municípios em investimentos em infra-estrutura, financiamento de transporte público, promoção econômica, segurança, operações de desenvolvimento urbano e outros.

Esse novo estilo de urbanismo tenta banalizar a cidade num simples produto a ser vendido num mercado competitivo. Assim como em um produto, a funcionalidade da cidade se restringe apenas às ações de marketing para ser valorizado.

Entretanto, a cidade não pode ser considerada como tal, pois tem problemas muito mais sérios que uma ação de marketing pode resolver. As cidades possuem problemas como: desigualdade social, marginalização de parte da sociedade, déficit de infra-estrutura e outros. Esses problemas não podem ser resolvidos pela simples atração desordenada de investimentos, mediante a implementação de grandes projetos urbanos.

Autores como Vainer e Otilia Arantes 2000, que criticam os GPU como uma forma de intervenção urbanística, que gera diversos impactos negativos à sociedade como, por exemplo, o fenômeno da gentrificação urbana, ou seja, fenômeno de migração das populações mais pobres de uma área que sofre esse tipo de intervenção para áreas mais distantes. Outra crítica é voltada para a apropriação e captura dos lugares, como mercadorias a serem vendidas num mercado. Porém, não discutirei nessa seção a fundo as críticas aos GPU, pois o farei posteriormente, ao decorrer do trabalho.

Vainer e Ultramari 2005, consideram a fragilidade da cidade nesse modelo em se submeter à parceria com a sociedade cível para resolver seus problemas. Pois, a administração municipal existe para combater os problemas da urbe, e não transferir o problema para alguém que já paga seus tributos.

2. O Planejamento Urbano no Brasil

Nessa seção, buscou-se, em linhas gerais, de forma sucinta, indicar algumas características da trajetória do planejamento urbano brasileiro, pautado pelas influências da evolução das ideias e modelos urbanos pelo mundo. Porém, antes de entrar no planejamento brasileiro, é necessário identificar alguns traços, que influenciaram todas as tentativas de planejamento aplicadas no país. É impossível criar uma cidade totalmente independente das características básicas de sua sociedade, e então é comum esperar que as cidades sejam a imagem ou o retrato da própria sociedade.

Por isso, dedicou-se a primeira parte do capítulo a identificar tais características, e assim compreender a urbanização brasileira. Dessa forma, dentro dessa primeira parte, identificaram os dois fenômenos mundiais, que também ocorreram com muita intensidade no Brasil: periferização das cidades e deterioração dos centros urbanos. Esses dois fenômenos merecem uma atenção especial, uma vez que estão extremamente interligados com o tema dos grandes projetos urbanos, em foco neste trabalho.

A última parte propôs identificar a trajetória do planejamento brasileiro, dando ênfase aos principais períodos, desde o início do século XX, e a alguns instrumentos desse planejamento como, por exemplo, os planos diretores, constituição de 86, Estatuto das Cidades e outros.

2.1 Urbanização Brasileira:

Há um enorme distanciamento dos problemas urbanos brasileiros comparados com os países de primeiro mundo, o que inviabiliza a adoção *strito sensu* de técnicas de planejamento urbano desses países. Porém, esse fator vai ser ignorado por diversos governantes brasileiros, ao longo de nossa história que adotaram estilos de planejamento, que relativamente foram bem sucedidas no exterior, todavia, falharam no Brasil.

Algumas peculiaridades influenciaram o fracasso de tentativas de planejamento urbano brasileiro como: a brutal desigualdade social, relações autoritárias de poder e uma cultura de troca de favores

No Brasil, havia uma grande desvalorização dos trabalhos operacionais (herança do trabalho escravo), o que dificultou diversas tentativas de planejamento. O Brasil possuía uma administração pública com um corpo inchado e braços finos, ou seja, havia um grande número de planejadores qualificados e prestigiados; mas poucos executores desqualificados. Essa peculiaridade brasileira fez com que diversos estudos fossem elaborados; todavia elas não saíam do papel. Entretanto, se houvesse um maior equilíbrio e interação entre as partes, poderíamos ter um planejamento mais condizente com realidade da época (MARICATO,2001).

“Funcionários, não tão públicos; “poder público”, privatizado; planos que são numerosos mas que dormem nas gavetas, ou seja, planos sem planejamento; secretarias ou departamentos municipais de planejamento urbano (e não são poucos os funcionários públicos dedicados a essa função em todo o Brasil) fazendo de conta que fazem planejamento, sem compromisso com a gestão e a fiscalização do uso do solo, enfim, planejadores que não planejam..” (MARICATO. 2001)

O processo de urbanização brasileira foi marcado pela desigualdade socioespacial, exclusão, segregação e informalidade, frutos de uma ausência relativa de atuação do Estado. O Estado seguia o ritmo da canção de Martinho da Vila: “Deixa vida me levar; vida leva eu”.

A ausência de uma atuação correta do Estado fez com que a urbanização brasileira fosse classificada como desigual, predatória, excludente e paradoxal, em especial com a urbanização caótica e intensa a partir de 1960. Em 1940, apenas 26,3% da população brasileira morava no meio urbano; porém, no ano 2000, esse número já era 81,2% da população total (FJP. 2001).

Tabela 1: População Residente, por situação do domicílio e por sexo - 1940-1996

Anos	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	20.614.088	20.622.227	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	35.015.000	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	46.807.694	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	59.879.345	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991	72.485.122	74.340.353	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
1996	77.442.865	79.627.298	59.716.389	63.360.442	17.726.476	16.266.856

Fonte: IBGE,2000

Além da rápida urbanização, outro fenômeno, que tem chamado a atenção, tem sido a metropolização das cidades. Há também uma grande desigualdade social entre os membros da urbe, ou seja, 10% dos mais pobres, de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geociências) de 98, possuem 0,7% do PIB, enquanto 10% dos mais ricos se apropriam de 48% do PIB. Ao lado disso, as desigualdades socioeconômicas sobpõem-se às desigualdades sócioespaciais.

Neste sentido, um dado importante é que a grande parte da população principalmente aqueles, que recebem menos de três salários mínimos, moram em bairros com carência de infra-estrutura urbana. A tabela 02 avalia a carência de alguns indivíduos quanto a saneamento básico e iluminação elétrica no meio urbano e rural.

Tabela 2 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo algumas características dos domicílios – 1999

Características dos domicílios	Domicílios particulares permanentes			Moradores em domicílios particulares permanentes		
	Total (1)	Situação do domicílio		Total (1)	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural (2)		Urbana	Rural (2)
Total	42 851 326	34 870 828	7 980 498	159 520 661	127 025 290	32 495 371
Abastecimento de água						
Com canalização interna.....	36 682 719	32 542 110	4 140 609	133 850 773	117 764 701	16 086 072
Rede geral.....	32 620 944	31 100 573	1 520 371	118 462 013	112 349 966	6 112 047
Outro.....	4 060 456	1 440 751	2 619 705	15 383 762	5 410 803	9 972 959
Sem declaração.....	1 319	786	533	4 998	3 932	1 066
Sem canalização interna.....	6 168 058	2 328 718	3 839 340	25 667 691	9 260 589	16 407 102
Rede geral.....	1 566 231	1 100 682	465 549	6 426 933	4 397 479	2 029 454
Outro.....	4 601 294	1 227 503	3 373 791	19 239 159	4 861 511	14 377 648
Sem declaração.....	533	533	-	1 599	1 599	-
Sem declaração.....	549	-	549	2 197	-	2 197
Esgotamento sanitário						
Tinham.....	39 219 866	33 868 388	5 351 478	144 502 473	123 272 856	21 229 617
Rede coletora.....	18 679 655	18 318 875	360 780	65 780 974	64 329 749	1 451 225
Fossa séptica.....	9 015 342	8 072 487	942 855	33 035 788	29 417 431	3 618 357
Outro.....	11 518 462	7 472 343	4 046 119	45 661 341	29 509 447	16 151 894
Sem declaração.....	6 407	4 683	1 724	24 370	16 229	8 141
Não tinham.....	3 630 911	1 002 440	2 628 471	15 015 991	3 752 434	11 263 557
Sem declaração.....	549	-	549	2 197	-	2 197
Banheiro ou sanitário						
Tinham.....	39 219 866	33 868 388	5 351 478	144 502 473	123 272 856	21 229 617
De uso exclusivo.....	38 424 733	33 187 137	5 237 596	141 808 891	121 000 020	20 808 871
Comum a mais de um.....	783 306	671 810	111 496	2 643 179	2 235 687	407 492
Sem declaração.....	11 827	9 441	2 386	50 403	37 149	13 254
Não tinham.....	3 630 911	1 002 440	2 628 471	15 015 991	3 752 434	11 263 557
Sem declaração.....	549	-	549	2 197	-	2 197
Destino do lixo						
Coletado diretamente.....	30 884 127	29 626 038	1 258 089	111 542 261	106 568 865	4 973 396
Coletado indiretamente.....	3 364 166	3 061 076	303 090	12 687 403	11 497 929	1 189 474
Outros.....	8 601 573	2 183 056	6 418 517	35 286 220	8 956 675	26 329 545
Sem declaração.....	1 460	658	802	4 777	1 821	2 956
Iluminação elétrica						
Tinham.....	40 603 098	34 583 334	6 019 764	150 289 520	125 979 982	24 309 538
Não tinham.....	2 243 915	283 730	1 960 185	9 216 697	1 033 061	8 183 636
Sem declaração.....	4 313	3 764	549	14 444	12 247	2 197
Telefone						
Tinham.....	16 091 429	15 453 895	637 534	57 161 290	54 730 061	2 431 229
Não tinham.....	26 741 122	19 399 773	7 341 349	102 296 397	72 238 718	30 057 679
Sem declaração.....	18 775	17 160	1 615	62 974	56 511	6 463
Densidade de moradores por dormitório						
1.....	7 347 041	6 270 896	1 076 145	12 160 217	10 503 302	1 656 915
Mais de 1 a 2.....	24 468 931	20 075 879	4 393 052	89 337 719	72 792 909	16 544 810
Mais de 2 a 3.....	7 901 798	6 051 366	1 850 432	39 820 469	29 761 783	10 058 686
Mais de 3 a 4.....	2 165 703	1 688 126	477 577	12 023 108	9 042 846	2 980 262
Mais de 4.....	961 603	779 393	182 210	6 153 132	4 902 231	1 250 901
Sem declaração.....	6 250	5 168	1 082	26 016	22 219	3 797

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 2000.

(1) Exclusivo os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusivo os dados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A periferação das cidades e a deterioração dos centros urbanos, que serão explicitados a seguir, constituem alguns dos fenômenos problemáticos relacionados ao padrão da urbanização brasileira.

O mundo capitalista no qual o Brasil se inseriu a partir de 1930, necessitava de diferentes formas de mão-de-obra, com diferentes níveis de complexidade. Esses trabalhos eram remunerados de forma desigual, na medida da complexidade exercida em cada trabalho. Dessa forma, induziu-se a criação de espaços desiguais e fragmentados, ampliando a desigualdade social no Brasil.

O governo teve um papel meramente simbólico nas políticas de habitação para enfrentar o problema da defasagem do número e dormitórios/pessoas, que se alastrava nas grandes cidades. Assim, viu-se uma grande migração da população, deixando os centros urbanos, e ocupando a periferia das cidades, através da ocupação de lotes irregulares com precária condição de infra-estrutura urbana.

Essa horizontalização das cidades só foi possível a partir da ampliação de crédito à população, possibilitando acesso a bens de consumo duráveis como, por exemplo, os automóveis. Então, os operários começaram a ocupar as periferias das cidades para ter acesso à casa própria, mesmo que essa fosse tão distante. A partir do acesso ao automóvel, as distâncias da moradia ao trabalho já não eram tão significativas.

“A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a extensão do assalariamento, o acesso por ônibus a terra distante e barata da periferia, a industrialização dos materiais básicos de construção, somados a crise do aluguel e às frágeis políticas de habitação do estado, tornaram o trinômio loteamento popular/casa própria/ autoconstrução a forma predominante de assentamento residencial da classe trabalhadora” (MAUTNER. 1999).

Somente a partir de 1930, com o Governo Vargas, é que as políticas habitacionais fizeram alguns investimentos pontuais, oferecendo moradia aos operários (atuação dos IAPs). Essa atuação do governo só foi possível devido ao fortalecimento das classes operárias e o aumento de sua representatividade com o governo federal. Porém, essas ações se limitaram a poucas classes de funcionários como, por exemplo, os funcionários públicos do Rio de Janeiro. O Estado preferia atuar com a ampliação de crédito; todavia essas políticas só chegaram a beneficiar as classes médias, excluindo os pobres do processo de urbanização (política pública mal focalizada).

Tabela 3. Brasil, 1965-1985 Financiamento para habitação pelo SFH, segundo faixa de renda

Faixa de Renda (SM)	Contingente de Famílias %	Volume de Financiamento %
menor 1,5	20	1,3
1,5-3,5	32	5,1
3,5-5,0	13	14,1
5,0-7,0	12	20,4
7,0-9,0	10	22,3
9,0-11,0	5	11,9
11-16,5	7	23,2
acima de 16,5	1	1,8

Fonte: Núcleo de Estudos de Políticas Urbanas, UNICAMP, 1985.

Assim, para os mais pobres restava a ocupação de lotes irregulares na periferia das cidades. Não havia como resolver as questões de habitação, sem interferir nos aspectos fundamentais, que embasavam o poder no Brasil (patrimonialismo e captação de rendas imobiliárias).

Então, a periferia se transformou em um local propício à habitação das classes populares. Essa ocupação irregular em lotes foi negligenciada pelo estado, uma vez que esse não tinha uma alternativa melhor para os trabalhadores, que não tinham acesso ao crédito, como demonstrado na tabela 3.

Ao lado disso, destaca-se a informalidade como um traço constitutivo da urbanização brasileira, como em especial o surgimento e a multiplicação das favelas, em especial nos grandes centros urbanos. Assim, adiante-se um cenário perfeito para atividades ilícitas como, por exemplo, o tráfico de drogas. Essa ausência do estado possibilitou a criação de um poder paralelo exercido pelos traficantes. Esse poder tem se tornado um dos principais problemas urbanos e sociais da atualidade.

De acordo com Yvone Mautner (1999), o surgimento das favelas brasileiras pode ser dividido em três fases: as duas primeiras do trabalho no preparo da terra e a terceira pelo poder do capital. A primeira consiste na ocupação de lotes irregulares, em que as casas são construídas através da autoconstrução ou até da contratação de pequenos serviços. Com adesão de várias famílias a esse tipo de moradia, inicia-se a segunda fase, que consiste no crescimento das demandas populares por investimentos públicos em infra-estrutura nesses novos bairros. Então, o governo tem aplicado verba em pequenas obras para dar às periferias condições mínimas de subsistência. Porém, em alguns casos, com um crescimento do investimento público, abre-se caminho para a terceira fase, pois há uma grande valorização dos terrenos, que passam a ser encarados

de outra forma pelo mercado imobiliário. Esses capitalistas adquirem os lotes anteriormente ao investimento, pois após a atuação do Estado há uma valorização do mesmo.

Nesse cenário extremamente caótico, a elite brasileira tem se isolado em condomínios luxuosos, que mais parecem fortalezas da era medieval, a fim de não ter que conviver com o problema urbano da “plebe”, nem muito menos resolvê-lo.

As elites amedrontadas com o aumento da violência urbana, exercido pelo poder paralelo das grandes favelas, vão cada vez mais se escondendo do que eles denominam a barbárie social. Dessa forma, há um crescimento de áreas fechadas, residências, (condomínios) e comerciais (Shopping Center), também em regiões longes dos centros urbanos, ainda não ocupadas. Esses espaços restringem a livre circulação das pessoas, admitindo a entrada somente daqueles que interessam. Os grupos privilegiados ficam monitorando, e se protegendo através de câmeras de segurança e uma polícia privada armada, criando uma falsa sensação de proteção. Dessa forma, guetos que são redutos de marginais e excluídos que passam a conviver com os novos feudos construídos pelas elites para se proteger do resto da sociedade. As elites passam a se esconder, como tartarugas que se escondem em seus cascos quando se sentem ameaçadas. Porém, nada se faz para solucionar os problemas⁶.

A expansão horizontal das cidades se torna mais dispendiosa para as administrações municipais, que tem a obrigação de ampliar a infra-estrutura urbana aos novos bairros. Porém, poderiam reduzir tais custos e também reduzir os problemas do transportes urbanos, se os operários voltassem a ocupar os centros urbanos abandonados.

Enquanto havia uma horizontalização das cidades, os centros foram sendo abandonados e deteriorados, tornando-se ociosos durante a noite e nos finais de semana.

⁶ A meu ver, o ideal seria que o estado oferecesse uma política de financiamento diferenciada aos mais pobres para construção de mais moradias populares. O governo só conseguirá que o pobre tenha acesso ao crédito subsidiado, caso ele crie uma organização que o faça, pois o mercado não tem incentivo para tal ação devido aos riscos.

A classe operária deveria morar em locais próximos aos seus trabalhos para reduzir o dinheiro e tempo gastos com o transporte público. Assim, reduziria o problema do transporte coletivo caótico das grandes cidades.

Assim, foi se transformando em um ambiente propício para algumas atividades ilegais como, por exemplo, comercialização de drogas, roubos e a prostituição.

As elites e classes médias, devido o aumento da criminalidade, abandonam também os centros urbanos com medo de um conflito social, buscando refúgio em verdadeiras fortalezas (condomínios residenciais). O crescimento das atividades ilegais foi decisivo para o abandono das classes mais privilegiadas do centro, tornando-se uma área ociosa, desvalorizada e perigosa.

Então, os centros eram cada vez mais abandonados, na medida em que se proliferavam condomínios residências, shopping center e centros comerciais. Esse fenômeno da descentralização urbana só foi possível pelo uso maciço do transporte individual (automóveis). Dessa forma, os centros urbanos iam aos poucos perdendo sua funcionalidade.

“Nos anos 90, em consequência do espraiamento da década anterior, a descentralização e do surgimento de estruturas comerciais de atacado e varejo nas periferias, como é o caso dos centros comerciais denominados shopping centers, houve um declínio do comércio tradicional, muitas vezes localizados em antigas áreas, ou seja, em sítios históricos que resultaram em áreas fortemente desvalorizadas e edificações esvaziadas. (MANZI. 2008)”

Há alguns teóricos que acreditam que a proliferação de centros comerciais descentralizados não tinha intuito exclusivamente de comercializar produtos, pois esses investimentos serviam como catalisadores de outros investimentos, tanto privados quanto públicos na região. Dessa forma, havia uma grande valorização imobiliária da área, após a construção do empreendimento, o que possibilitou enormes ganhos financeiros com especulação imobiliária. Um bom exemplo disso foi em Belo Horizonte com a construção BH Shopping, com o desenvolvimento do shopping se criou em volta um bairro dos mais valorizados da cidade: o Belvedere.

O comércio da região central, sem nenhuma proteção, não tem como competir com os modernos centros comerciais espalhados pela cidade, uma vez que esses oferecem proximidade, segurança, comodidade e estacionamento fácil aos seus clientes. Assim, a tendência dos centros urbanos, caso os governos não intervenham é de que, durante a semana, eles se transformem em um elo físico entre os vários centros espalhados pelas cidades, e durante os finais de semana eles se tornem uma cidade-fantasma propícia as atividades ilegais.

O difícil é acreditar que uma parte da cidade, com um bom nível de infraestrutura urbana e transporte coletivo acessível, possa estar tão subutilizada para fins residenciais. Enquanto isso, as pessoas ficam amontoadas em um mesmo cômodo nas favelas pelo Brasil. Os governos devem, portanto, necessariamente investir em mudanças nos centros, para que eles se adaptem aos novos padrões exigidos pelo mercado. Assim, poderia ser preservada a identidade cultural do centro, com a população retomando boa parte de sua funcionalidade perdida. Entretanto, esses investimentos devem ter o máximo de cautela possível para não gerarem o fenômeno da gentrificação urbana, ou seja, fenômeno que consiste na substituição das pessoas localizadas naquela região após altos investimentos no local.

2.2 A trajetória do Planejamento Urbano no Brasil:

Essa seção buscará revelar quais foram as tentativas do governo de equacionar os problemas urbanos, discutindo as principais técnicas de planejamento ao longo do último século, atrelado ao principal instrumento o plano diretor.

Villaça (1999) destaca que o campo do planejamento urbano incorpora três eixos: projetos de novas cidades, intervenções urbanas e o planejamento em sentido mais estrito, correspondente aos planos diretores (e seus correlatos) e zoneamento urbano.

A intervenção do Estado no sentido mais estrito do planejamento urbano se iniciou, a partir do século XIX, com as leis de zoneamento urbano. As leis de zoneamento urbano buscavam coibir a construção de mais cortiços nas áreas centrais, pois esses denegriam a imagem da cidade. Dessa forma, o zoneamento surgia no Brasil de maneira espontânea e isenta de suporte técnico e popular, no intuito de atender aos interesses das classes dominantes, em resposta a proliferação dos cortiços (VILLAÇA, 1999).

O plano diretor no Brasil surgiu do desdobramento das leis de zoneamento urbano, tornando-se o principal instrumento de planejamento urbano nacional. Esses planos continham as leis de zoneamento; porém, eram instrumentos muito mais complexos.

De acordo com Villaça (1999) de um modo geral, os planos surgiam sobre influências das classes dominantes, que desvinculavam suas funcionalidades iniciais, caso essas não fossem de acordo com seus interesses no momento. Assim, criaram-se

diversos planos que atendiam aos interesses das elites, sem se preocupar com a resolução dos problemas reais. Ou, como na maioria das vezes no Brasil os planos eram simplesmente ignorados, pois não eram dos interesses daqueles que detinham o poder. Então, podemos dizer que o Brasil teve ação sem plano e plano sem ação.

“Por outro lado, e ao contrário de outras análises, planejamento urbano não é aqui considerado sinônimo de teorias ou pensamentos sobre o “urbano”, nem das várias “formulações das questões urbanas” e muito menos sobre a ação não planejada do estado sobre o “urbano”. Parecem-se nos evidente que só podem ser consideradas da esfera do “planejamento urbano” apenas aquelas ações do estado sobre o urbano que tenham sido objeto de algum plano. Assim, não são objeto desta análise as ações sem plano, embora o sejam planos sem ação.” (VILLAÇA, 1999)

No final do século XIX e início do século XX, havia duas formas de intervenção do estado na urbe: o embelezamento e as políticas sanitaristas. Ambas as formas tinham em comum a ausência da participação da população na formulação dos projetos urbanísticos, já que para esses se tratava de uma questão extremamente técnica e não política.

O embelezamento urbano ocorreu inspirado na cidade-monumento, ou seja, no estilo de urbanização, que acreditava que a limpeza urbana, a construção de belos centros cívicos e espaços de muita beleza poderiam acabar com o problema da urbe (harmonia visual traz consigo harmonia social). Essa forma de intervenção influenciou na construção da Praça da Liberdade em Belo Horizonte, local que concentraria toda administração estadual em prédios monumentais e um jardim exuberante.

Os planos de embelezamento da cidade tinham o objetivo de limitar a proliferação de cortiços no Brasil, no intuito de controlar as epidemias físicas e morais, geradas por esse estilo de habitação. Esses planos claramente obedeciam aos interesses de uma classe hegemônica em suas propostas. Dessa forma, foi o último dos planos que possuía um relativo sucesso na relação propostas/ações concretas (HALL, 1996).

Esses planos orientaram o investimento na reconstrução dos centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, com o suposto interesse em conquistar a harmonia social através da harmonia visual. Porém, o que se viu foi o atendimento de interesses imobiliários das classes dominantes, uma vez que os investimentos públicos,

concentrados em um espaço, tendem a gerar uma valorização imobiliária da região beneficiada (HALL,1996).

O início do século XX foi marcado pela era dos cortiços, quando uma ou mais famílias de operários ocupavam um mesmo cômodo. Esse estilo de vida levou a disseminação de diversas doenças físicas e mentais.

Por isso, os sanitaristas, compostos principalmente por médicos, acreditavam que o estado deveria atuar com: políticas de saneamento básico, institucionalização da medicina e reforma dos cortiços. Assim, evitariam epidemia de doenças e aumentariam a qualidade de vida da população.

Os planos sanitaristas e monometalistas começam a ser abandonados a partir de 1906, com o início de protestos e críticas das camadas populares e dos intelectuais da época. Entretanto, esse processo só ira sucumbir em 1940; mas antes disso em 1930, já se tinha o início da segunda fase.

A era dos governos populistas (1930-1964) foi marcada pela ruptura no processo de urbanização brasileira, uma vez que é o início do comprometimento do Brasil com o capitalismo mundial. O estado aparece como agente da acumulação do capital industrial e conciliador dos interesses das novas classes: burguesia e trabalhadores. Então, começou a intervir em políticas sociais no intuito de acalmar possíveis conflitos entre as partes e para a manutenção da mão-de-obra exigida no capitalismo industrial como, por exemplo, a previdência social e o assistencialismo social.

Assim, os planos começam a propor intervenções e investimentos em infraestrutura, que pudessem acelerar o crescimento econômico do país. Desde 1930, começa a emergir uma maior organização das classes populares, que o fazem questionando as ações do estado. Então, com o fortalecimento das classes dos proletários, os planos não poderiam expor de forma explícita os interesses das classes dominantes (pequeno enfraquecimento das elites brasileiras).

Porém, não se preocupou com questões urbanas, deixando sob responsabilidade dos próprios trabalhadores a resolução do problema por meio de mecanismo informal (ocupação de terrenos ilegais e surgimento das conhecidas favelas).

Esse momento marca o fim dos cortiços como forma hegemônica de habitação dos trabalhadores, uma vez que o estado congela os reajustes dos aluguéis. Então, os cortiços perdem sua atratividade como investimento, fazendo com que os donos desloquem seu capital para outros empreendimentos mais vantajosos financeiramente (redução drástica do número de cortiços).

A orientação do Estado era investimento em infra-estrutura para acelerar o crescimento econômico, e aumentar a competitividade do país (inspiradas nas ideias modernistas). Dessa forma, o planejamento urbano servia à nova classe dominante: a burguesia industrial.

O planejamento nacional sofre influências do modernismo-estrutural, o que dava um caráter extremamente científico ao planejamento. Essas ideias influenciaram JK (Juscelino Kubitschek) na construção de Brasília, que tinha como suposto objetivo modernizar e integrar todo o Brasil.

A partir dos anos 50, os planos foram sendo criados a partir de extensos diagnósticos, que expunham os reais problemas da urbe. Dessa forma, poderiam coordenar suas ações e investimentos públicos para resolução dos problemas. As soluções seriam objetivo de proposição, que contemplasse aspectos econômicos, físicos e sociais das cidades. Os principais objetivos dos planos diretores são:

- orientar o investimento, buscando o interesse público.
- propor uma nova fiscalização, isenta de práticas como a troca de favores e o patrimonialismo.
- ser elaborados sem uso do jargão técnicos, para que possam ampliar seu acesso entre os mais leigos. Assim, poderá ampliar o debate sobre ele e logo buscar um maior aperfeiçoamento.

Entretanto, as propostas para resolução dos problemas incorporadas nos planos não condiziam com a realidade do país, o que inviabilizava ações concretas do estado. Apesar da perda de legitimidade das elites brasileiras, elas continuavam intervindo no planejamento nacional inviabilizando projetos que iam de encontro aos seus interesses (controle implícito das classes dominantes).

Os interesses das classes dominantes estavam implícitos e diluídos nos planos, ficando cada vez mais difícil a divulgação dos interesses das classes hegemônicas sem levantar críticas. Neste sentido, conforme Villaça (1999): “Não há como anunciar obras de interesse popular, pois estas não serão feitas, e não há como anunciar as obras que serão feitas, porque estas não são de interesse popular”. Os planos continuam a não sair do gabinete dos governantes para discussão com a população, esses foram se transformando numa justificativa para ausência de atuação do estado.

Os anos 60 foram marcados por uma nova ruptura no processo de urbanização brasileira. Esse período teve como marco o fim do modelo de substituição de importações e inserção do Brasil na periferia da divisão internacional do trabalho.

Com a ditadura militar, houve uma completa despolitização das políticas urbanas, uma vez que o governo militar autoritário considerava que os problemas urbanos eram de grande complexidade. Dessa forma, somente uma burocracia tecnocrata poderia resolver a questão.

Houve diversas mudanças de nome do plano (plano diretor, plano de desenvolvimento integrado estrutural e outros), devido ao declínio de sua popularidade com a população. Porém, todos continham as mesmas características básicas. Em relação ao conjunto destes esforços de planejamento, Maricato (2001) afirma que tem-se “o lugar fora das idéias e as idéias fora do lugar”. Em outros termos, os planos não logram em intervir nas condições de desigualdade sócioespacial e exclusão territorial, e ignoram a cidade informal.

Entre os anos 60 e 80, viu-se uma explosão no crescimento das metrópoles, o que gerou em consequência um crescimento também enorme dos problemas urbanos. A expansão das grandes cidades deu-se de forma horizontalizada, ou seja, constituição de favelas em regiões longínquas dos grandes centros urbanos em péssimas condições de habitação (ausência de infra-estrutura básica). Conforme afirma Maricato (2001), “A ocupação predatória e irracional resultante dessa falta de controle é a principal causa de uma lista de grande de males, inaceitáveis em pleno início do século XXI: enchentes, desmoraamentos, poluição hídrica, epidemias e etc”.

O governo militar reconheceu a problemática urbana, movida por um crescimento caótico das grandes metrópoles.

Sem a participação popular, o governo sofria com pressões de lobistas do mercado imobiliário, para que intervisse de maneira que os beneficiasse. Dessa forma, o que se viu nesse período foram diversas intervenções pontuais sem o menor senso de planejamento, movidas não pelo interesse público, mas pelo interesse privado. Nesta linha, de acordo com Maricato (2001), “Um dos mais poderosos lobbies que disputam os investimentos públicos o faz visando a valorização de seus empreendimentos imobiliários que estão em construção ou são simplesmente projetos”.

Porém, no final da década de 70, ocorre uma grande recessão econômica, que ajuda a expandir a desigualdade social em um país já tão desigual. Essa crise econômica resulta numa grande tensão entre as classes, o que faz com que o governo inicie uma

reabertura política para evitar uma revolta em massa, iniciando o processo de redemocratização em 1980. Esse fenômeno vai mudar drasticamente a postura do estado em relação às políticas sociais, inclusive as políticas urbanas.

A crise econômica da década de 80 mudou a forma com que os governos lidavam com o planejamento das cidades, ou seja, com a crise houve substituição do planejamento modernista pelo estratégico descentralizado.

O planejamento estratégico concedeu um novo papel para as cidades em um mercado globalizado. As cidades passam a ter autonomia para ser consideradas como o motor do retorno do crescimento econômico, por instituições como o Banco Mundial.

Nesse momento, em que as cidades queriam ser responsáveis pelo crescimento econômico, em seus respectivos países, precisavam conter: sedes administrativas de empresas, sede de centros de pesquisa, pólos de criação de informação, possuir mão-de-obra qualificada e sede de centros universitários. Dessa forma, mostrava ao mundo que, na economia moderna, para se ter sucesso deveria haver um dinamismo e que o modelo arcaico modernista de organização da cidade não era mais capaz de oferecer o dinamismo necessário às cidades.

O mercado passa a valorizar as cidades que são dinâmicas, flexíveis e produtoras de conhecimento. As políticas do planejamento estratégico deveriam ter o papel de desregular, fragmentar e privatizar as cidades, dando completa autonomia aos mercados, assim, conseguiria dar o dinamismo necessário à nova economia. As cidades deveriam, nessa nova economia globalizada, ser administradas como empresas em um mercado competitivo, já que irão lutar umas com as outras no mercado volátil de capital a fim de captar investimentos.

A crise fiscal, na América Latina, fez com que o FMI (Fundo Monetário Internacional) pressionasse as cidades latino-americanas para a adoção do planejamento à La Barcelona (estratégico). Porém, a adoção dessas medidas, em países historicamente já fragmentados e desregulamentados, só poderia aumentar as desigualdades regionais e sociais das cidades, e não cumprir com o prometido dinamismo econômico.

A nova proposta do governo federal é estabelecer uma maior interação com a sociedade civil, para a resolução dos problemas urbanos através de discussões e debates entre as partes. Dessa forma, houve um grande crescimento do número de organizações não governamentais e associações, a partir de diversas bases sociais no intuito de atuar em conjunto com o Estado, na elaboração e implementação de projetos urbanos.

Em virtude da percepção de crise decisiva do modelo de planejamento físico territorial e compreensivo, Villaça (1999) identifica a emergência, nos anos 80, de planos diretores ou os planos sem mapa, esvaziados em relação aos conteúdos anteriores. Contudo a partir de meados dos anos 1980, a partir da mobilização da sociedade civil organizada (movimentos de reforma urbana, movimentos de moradia, associações de profissionais e sedes de associações de base local), tematizam-se alternativas para o planejamento e para a gestão das cidades. A plataforma dos movimentos, voltados para a reforma urbana apontava, para um novo horizonte para o planejamento, batizado pela função social da propriedade e da cidade, pelo direito à cidade e pela democratização do planejamento e gestão urbana.

Essa sociedade civil organizada atuante foi de extrema importância na elaboração da constituição de 88, que se marcou pela descentralização, nas esferas locais, na resolução dos problemas urbanos e sociais. Essa descentralização foi apoiada por uma ampla coalizão entre aqueles que queriam um Estado mais gerencial e aqueles comprometidos com a plataforma de democratização do estado. A Constituição também garantiu o direito de participação da sociedade, na elaboração de projetos através da ação coletiva, garantida em seu artigo 29.

A Constituição de 88 obriga que toda a cidade acima de 20 mil habitantes tenha um plano diretor. Porém, como demonstra a Tabela 4, apesar de duas décadas de obrigatoriedade dos planos diretores, muitas cidades ainda estão em fase de sua elaboração, principalmente na região do nordeste.

Tabela 4 - Municípios, total e com existência de plano diretor e características, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com plano diretor		Está elaborando o plano
		Total	Está revendo o plano diretor	
Total	5 564	1 878	372	1 263
Norte	449	183	19	86
Rondônia	52	14	5	7
Acre	22	5	-	6
Amazonas	62	25	3	12
Roraima	15	3	2	3
Pará	143	112	3	11
Amapá	16	3	1	4
Tocantins	139	21	5	43
Nordeste	1 793	462	83	423
Maranhão	217	70	8	50
Piauí	223	21	1	75
Ceará	184	70	30	43
Rio Grande do Norte	167	27	7	26
Paraíba	223	30	5	31
Pernambuco	185	79	5	41
Alagoas	102	28	2	28
Sergipe	75	13	3	29
Bahia	417	124	22	100
Sudeste	1 668	598	92	271
Minas Gerais	853	218	27	140
Espírito Santo	78	41	10	20
Rio de Janeiro	92	60	10	16
São Paulo	645	279	45	95
Sul	1 188	518	156	383
Paraná	399	172	35	197
Santa Catarina	293	144	59	70
Rio Grande do Sul	496	202	62	116
Centro-Oeste	466	117	22	100
Mato Grosso do Sul	78	29	2	14
Mato Grosso	141	33	9	19
Goiás	246	54	10	67
Distrito Federal	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008.

Um dos problemas dessa descentralização excessiva do governo federal é que houve o repasse, para as esferas locais, de diversas obrigações; porém, não houve um

repassa proporcional de verbas, o que inviabiliza políticas de qualidade (reforma tributária deixou a desejar).

Outro problema é que o governo federal não previu mecanismo e arranjos institucionais voltados para a relação de cooperação, a despeito de um vasto elenco de atribuições compartilhadas. Dessa forma, cria-se uma fragmentação federativa, em que os Estados lutam por investimentos, como se fossem empresas privadas lutando pelo mercado. Dessa luta, ocorrem as guerras fiscais, ou seja, com intuito de atrair empresas, os governos dão isenções fiscais a elas. Porém, essas isenções prejudicam os governos, com queda da arrecadação estadual e beneficiam somente as empresas.

Essa nova postura do governo federal só fez aumentar a demanda por políticas sociais, uma vez que os estados não conseguiam resolver os problemas da urbe, uma vez que não tinham verba para isso.

Com essa situação de abandono, as classes populares têm se organizado, exigindo uma gestão mais democrática para resolução dos problemas. Assim, numa gestão democrática, a população poderá exercer maior influência sobre políticas públicas do governo e diminuir, a pressão de pequenos grupos de lobistas que exerceram tanto poder de influência sobre ações estatais em busca do atendimento de poucos interesses privados.

Então, tem se ampliado o número de espaços para debates como, por exemplo, conselhos e orçamentos participativos. Porém, ainda se tem um pouco de receio das elites brasileiras sobre um possível conflito social com a abertura de tanto espaços para discussão. Os debates têm por finalidades a construção de um cidadão mais ativo (VILLAÇA, 1999).

Esses espaços para debates começaram a mostrar a necessidade que o Brasil tinha em adaptar sua máquina pública para as novas demandas de uma economia globalizada, através de algumas reformas. Essas reformas teriam que melhorar a qualidades dos funcionários públicos com maior capacitação e isenção de influências patrimonialistas sobre eles.

As administrações municipais teriam que atuar em conjunto com outras cidades para resolução de problemas urbanos, que agora não tendo uma fronteira física limitada, transbordam pela metrópole. Além de criarem alguns instrumentos de planejamento urbanos como, por exemplo, o IPTU progressivo, planos diretores e as leis de

zoneamento urbano que ajudassem a diminuir a influência de interesses privados sobre a ação pública.⁷

No Brasil, a ocupação do solo seguia muito mais as leis de mercado que as leis jurídicas, ou seja, a ocupação ilegal de terras só era punida em caso de terras com certo interesse imobiliário. Caso não tenha o interesse do mercado, o Estado e a população fechavam os olhos para essa ocupação. Assim, o interesse imobiliário disputa investimentos públicos através de lobistas, no intuito de valorizar ainda mais as terras em seu poder. Essa disputa fez com que o governo investisse de forma aleatória em diversos terrenos com pouco poder para mudar a situação de quem realmente precisa.

A promulgação do Estatuto das Cidades em 2001 e a criação dos Ministérios das Cidades em 2003, com a formulação de políticas urbanas no âmbito nacional, implicam no re-enquadramento dos planos diretores. O estatuto apresenta diretrizes e novos

⁷ Instrumentos Públicos usados pelo Planejamento Urbano:

Institutos Tributários:

1. imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
2. contribuição de melhoria.
3. incentivos e benefícios fiscais e financeiros

Instrumentos Jurídicos e Políticos:

1. desapropriação.
2. servidão administrativa
3. limitações administrativas;
4. tombamento de imóveis ou mobiliário urbano
5. instituição de unidades de conservação
6. concessão de direito real de uso
7. concessão de uso especial para fins de moradia
8. parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.
9. usucapião especial de imóvel urbano;
10. direito de superfície;
11. direito de preempção
12. outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso
13. transferência do direito de construir
14. operações urbanas consorciadas
15. regularização fundiária
16. assistência técnica e jurídica gratuita para a comunidade e grupo social menos favorecido
17. referendo popular e plebiscito

instrumentos de planejamento. Além disso, avança ao recomendar a compatibilização dos planos com os instrumentos de planejamento orçamentário e ao regressar às revisões periódicas desses planos. A principal inflexão, entretanto, está na previsão da participação da sociedade na elaboração e de gestão dos planos diretores. O Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades avançam neste sentido, com programas voltados para a indução de formulação dos “planos diretores participativos”, inclusive mediante a sugestão de uma metodologia que articule a “leitura técnica” e uma “leitura comunitária”.

Pode-se identificar, portanto, uma nova lógica de planejamento subjacente aos planos diretores, posteriores à Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Cidade, mas não se dispõe ainda de uma avaliação mais sistemática desta nova experiência.

Finalmente, deve-se destacar, como problemática no contexto atual a questão da gestão metropolitana. No contexto autoritário, a partir do final dos anos 70 foram criadas as regiões metropolitanas e as estruturas estaduais para gestão destas regiões. Com Constituição de 88 e a ampliação da autonomia municipal, estas estruturas foram desmanteladas. Além disso, a Constituição Federal de 88 não chegou a definir arranjos de cooperação intergovernamental para gestão metropolitana e o próprio Estatuto das Cidades não avançou nesse sentido, apenas indicando que os governos estaduais deveriam contribuir para a questão metropolitana. Neste sentido, cabe notar que apenas recentemente o governo mineiro começou a implementar um arranjo metropolitano e que o centro administrativo implica em impactos não apenas locais, mas metropolitanos.

3. Grandes Projetos Urbanos e seus Impactos:

Como mencionado anteriormente, a recessão econômica da década de 80 reduziu a capacidade das administrações municipais de resolver os problemas urbanos, devido às limitações orçamentárias das cidades. Uma das formas de atuação do Estado, frente à escassez de recursos, foi a implementação dos GPU (Grandes Projetos Urbanos), através de parcerias com os agentes privados. Esses projetos tinham o intuito de “alavancar” mais investimentos tanto privados quanto públicos, após a execução do empreendimento inicial.

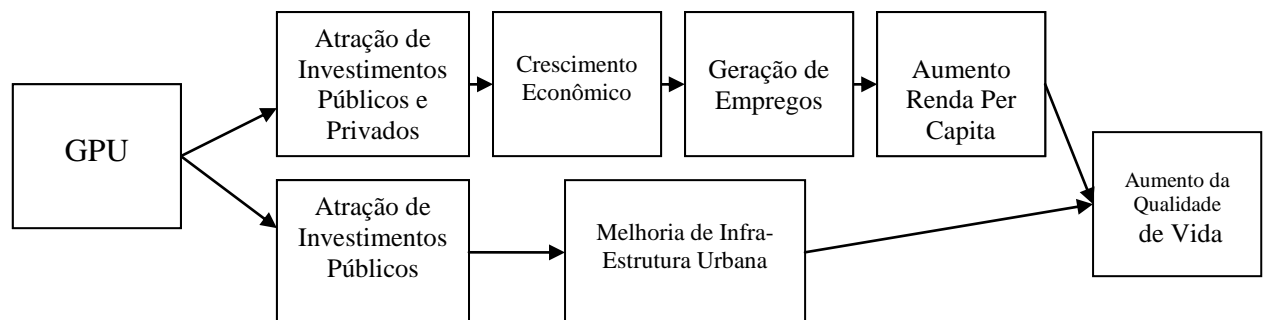
“A partir da década de 80, no cenário de crise de superprodução e desemprego, de desconcentração industrial em muitas cidades européias e norte-americanas, a alta competitividade, a possibilidade de alavancar parcerias milionárias com o setor privado para a construção de pólos urbanos capazes de atrair grandes empresas e negócios globais mostrou-se uma via salvação para prefeitos submersos em graves crises de governabilidade. Otilia Arantes (2000) já mostrou como grandes investimentos culturais tornaram-se uma ótima oportunidade de se construir a infra-estruturas necessárias para transformar cidades quase falidas em pólos de atração de grande capital global.” (FERREIRA, 2004).

Em tese, esses projetos visariam a dar um novo dinamismo à economia das cidades frente às mudanças da economia global. Os GPU buscam, em muitos casos, requalificar as áreas degradadas como, por exemplo, parques industriais desativados, após a crise, atuando como marketing da cidade para a captação de investimentos públicos e privados no intuito de requalificar a economia da região.

“Não cabe aqui examinar as questões relativas aos governos locais, mas apenas assinalar neste ponto que a extensão do campo das políticas locais- no que tange ao seu conteúdo substantivo, desenho e gestão- tem implicado em alguns casos na emergência de políticas e iniciativas de cunho “empreendedoristas” e de “promoção do território”, que circunscrevem as intervenções públicas de grande porte, ao lado da perspectivas estratégicas e do marketing das cidades” (BRASIL, 2002).

Nos países americanos, os projetos de revitalização urbana privilegiam criar serviços do setor terciário como: lazer, turismo e consumo (cinemas, restaurantes e bares), ocorrendo principalmente em áreas centrais e portuárias, já que essas são as áreas mais abandonadas, com edifícios desvalorizados e com um bom nível de infraestrutura. Esses projetos são essenciais para a retomada do dinamismo econômico das cidades e a sua adaptação à nova economia global e, por isso, alguns teóricos como Borja (1996) e Manzi (2008) defendem os GPU como uma forma de solucionar os problemas urbanos das cidades, e incluir socialmente boa parte da população.

Figura 01: Impactos dos GPU como forma de solucionar problemas



Fonte: elaboração do autor

Como referido, os grandes projetos urbanos serviriam como uma forma de “alavancar” investimentos públicos e privados. Esses investimentos proporcionam o dinamismo econômico, necessário para que as cidades se adaptem aos novos padrões globais, fazendo com que haja um crescimento econômico na região. Esses GPU atrairiam investimentos privados, o que possibilita geração de empregos principalmente no setor terciário. Essas oportunidades de emprego fazem com que a renda per capita da região aumente, conseqüentemente aumentando o nível de bem-estar.

Esses projetos também alavancariam investimentos públicos na melhoria da infraestrutura urbana da região, como, por exemplo, duplicação de avenidas,

saneamento básico, iluminação elétrica e outros. Essas melhorias também ajudam no aumento de bem-estar da população.

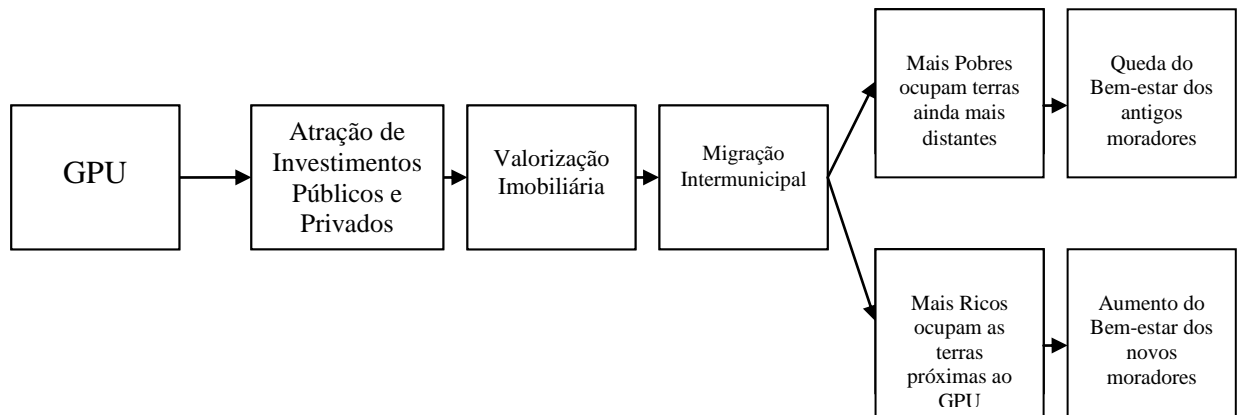
Outros teóricos como Brasil (2002) criticam os GPU como causadores de alguns impactos negativos como: acumulação de capital em larga escala por poucos agentes privados e não promoção de nenhum desenvolvimento sustentável, gentrificação urbana e apropriação de lugares culturais e transformando-os em mercadorias.

Neste, sentido, conforme Ultramari (2006):

“...os processos de *gentrification*, os quais podem muitas vezes, ser deliberadamente buscado nesses projetos. Desse modo, a revitalização da área implica intrinsecamente na mudança dos moradores originais: o projeto das classes média e alta toma o espaço das classes mais pobres não por meio de desapropriações , mas sim por mudanças de uso, e sobretudo pela valorização dos terrenos e edifícios urbanos” (ULTRAMARI, 2006).

Os projetos que buscavam transformar áreas degradadas em áreas com dinamismo econômico, não se preocupavam em atuar diretamente nos problemas habitacionais da população. Supõe-se que o emprego e a renda, advindos do empreendimento, seriam suficientes para resolver esses problemas de maneira indireta. Porém, exemplos pelo mundo mostraram que esses projetos geram emprego; todavia os empregos gerados ou são de altíssima qualificação (ocupados pela classe média ou alta) ou são de baixíssima qualificação. (NOBRE, 2000)

Figura 02: Impactos do GPU como forma de aumentar problemas



Fonte: elaboração do autor

Esses projetos ocorrem através de parcerias, entre o setor privado e o público devido à carência de recursos dos governos em executar sozinhos um grande empreendimento desse porte. Dessa forma, os agentes privados fazem grandes investimentos, assumindo uma parcela de risco no empreendimento. Assim, os investidores privados são os primeiros a tentar “lucrar” com os GPU, ou seja, os grandes projetos urbanos ocorrem em lugares com certo interesse imobiliário, e esses lucram com a especulação imobiliária. Esses investimentos acarretam em uma grande e desenfreada especulação imobiliária, que acaba culminando na migração interurbana da população local para bairros ainda mais distantes.

Existem duas teorias que tentam explicar a migração interurbana: a teoria da migração neoclássica e migração estruturalista. Na migração estruturalista, o novo ambiente transformado pelo GPU acaba por estimular os indivíduos a abandonar aquela região, pois eles não mais pertencem à realidade daquele ambiente. Para exemplificar esse tipo de migração usaremos, o caso de Londres, onde a construção do centro empresarial tornou o ambiente caro e luxuoso incompatível com a população local. Dessa forma, os moradores foram abandonando aquela região, dando lugar a grandes empreendimentos imobiliários. A migração neoclássica descrita da seguinte forma no trecho abaixo por VAINER, 2004:

“O indivíduo está situado num espaço homogêneo, uniforme, constituído por uma infinidade de pontos. Cada ponto oferece aos nossos indivíduos condições diferenciadas, mais ou menos vantajosas. Logo, um indivíduo racional pode optar por onde se situar em uma análise custo-benefício. “

Portanto na teoria neoclássica, conclui-se que o indivíduo é racional, e logo, devido à especulação imobiliária, o indivíduo vende a sua casa, que está valorizada e procura outros pontos na cidade, que atendem ao seu perfil, aumentando o seu “suposto” bem – estar.

Os projetos visam melhorar a qualidade de vida da nova população residente naquela região, no entanto. Dessa forma, investe-se uma grande quantidade de recursos em uma obra monumental, no intuito de beneficiar as camadas ali residentes. Entretanto, os interesses das classes hegemônicas expulsam os antigos moradores da região, beneficiando-se do investimento na região.

Por isso, há autores que defendem investimentos de menor porte, buscando um desenvolvimento local. Esses investimentos ocorreriam com ampla discussão com a sociedade civil, permitindo uma tomada de decisão democrática e transparente.

A partir de 1990, a União Européia, por meio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, passou a financiar projetos para o desenvolvimento local (habitação, meio ambiente, saneamento básico e cultura). Esses investimentos tinham o objetivo de alavancar outros investimentos como os GPU, mas enfatizavam a geração de emprego e renda da população mais carente.

3.1 Exemplos de Grandes Projetos Urbanos:

Nessa seção, iremos exemplificar os GPU pelo Brasil (Salvador e Curitiba) e pelo mundo (Baltimore nos Estados Unidos e Docklands na Inglaterra). Em termos gerais, esses grandes projetos serão suficientes para se observar os impactos gerados por esses empreendimentos.

a) Baltimore - Estados Unidos:

A cidade de Baltimore, em meados dos anos 50, já sofria uma grande recessão econômica, principalmente com a subutilização de sua área portuária. Dessa forma, o cais, que já teve grande importância econômica para a cidade tornou-se um ambiente degradado e perigoso.

Assim, no final dos anos 50, de forma pioneira no mundo, um grupo de empresários locais se uniu à prefeitura para formulação de um plano diretor, que contemplasse pequenas reformas de recuperação da área portuária. Porém, o grupo foi além, propondo um grande projeto urbano (a fórmula mágica dos americanos para combater a recessão dos anos 70), que revitalizaria toda a área, retomando o dinamismo econômico local.

“O porto se estende até o centro da cidade e a comunidade empresarial, os líderes comunitários e o município se juntaram e decidiram criar um plano diretor para a área portuária que abrange cerca de 120 hectares e engloba a área onde os valores da terra foram afetados pelo abandono do antigo porto. Foram propostos inicialmente três usos: um distrito empresarial, com edifícios comerciais, que seria estendido até uma nova avenida situada de frente para o mar; um projeto habitacional a ser implementado no centro com habitações de todo o tipo. Terceiro, seria criada, no centro e na volta da orla, uma área de lazer para a população de Baltimore. A quarta atração foi o aquário, totalmente financiado pela prefeitura. A fama de *Inner Harbour* deve-se também ao centro de festivais, com dois pavilhões, o *Market Place*, com seus mercados e lojinhas além do anfiteatro ao ar livre”. (ALMEIDA, 2007)

O projeto consiste na implementação de um complexo de entretenimento com lojas, bares, restaurantes, hotéis e a principal atração: o aquário nacional (empreendimento que buscava alavancar outros investimentos).

Figura 3: Os dois grandes empreendimentos de Baltimore: *market place* (à esquerda) e o *Inner Harbor* (à direita)



Fonte: www.vitruvius.com.br/.../arq046/arq046_03.asp

A prefeitura destinou a gestão da implementação desse projeto a uma empresa de capital misto. Essa empresa seria responsável pela captação dos recursos públicos e privados, e ajudar com a orientação na aplicação dos recursos. Dessa forma, Baltimore foi uma das pioneiras na revitalização do *waterfront*⁸, sendo considerado um projeto de êxito para alguns urbanistas, por atrair uma grande quantia de investimentos, assim recuperando a economia local. Por isso, devido ao sucesso de Baltimore em revitalizar sua área portuária, outras cidades como, por exemplo, Boston, Londres, Barcelona, Buenos Aires e Salvador copiaram suas principais idéias, implementando GPU em áreas degradadas de suas cidades.

“Para Sanchez e Beradinelli (2004), as revitalizações de *waterfronts* tornaram-se o produto-vedete das operações urbanas mais recentes, tendo-se configurado num modelo padrão. Segundo Del Rio (2003) as novas estratégias de competitividade dentro do fenômeno da globalização apoderam-se das áreas portuárias e *waterfronts* como locais perfeitos para grandes espetáculos ou eventos ocasionais, que também lucram com sua centralidade e acessibilidade. Percebe-se, então, que a revitalização de áreas portuária tem se configurado em um modelo característico do empreendimento urbano” (BORGES. 2006).

⁸ Frentes marítimas ou fluviais, em que se incluem também as áreas portuárias.

O investimento na área retomou o prestígio econômico perdido, e criou um ícone cultural: o aquário. Esse ícone foi fundamental para reatar os laços culturais entre a população e as docas, sendo também crucial para a valorização imobiliária da região portuária.

Entretanto, segundo Harvey (1995), em Baltimore o grande projeto da revitalização da área portuária não gerou somente benefícios à cidade, uma vez que esse empreendimento criou um ambiente injusto e segregado socialmente, ou seja, o autor alega que a valorização imobiliária das docas seguiu os interesses do capital imobiliário (influenciando a agência de capital misto em suas decisões). Dessa forma, ocorreu o fenômeno da gentrificação urbana.

O empreendimento atraiu luxuosos centros de comércio e residências, voltados para as camadas de maior poder aquisitivo da população. Dessa forma, a população original perdeu a identidade cultural com o local, abandonando-o por sentir que não fazia mais parte daquele novo ambiente chique e sofisticado (migração estruturalista).

Outra crítica foi de Hall (1996), que alegou que o grande projeto urbano através de parcerias entre o setor público e o privado era dominado por interesses do último. No caso de Baltimore, o governo federal investiu 180 milhões de dólares, a prefeitura 58 milhões e o capital privado apenas 22 milhões. Porém, apesar da maior parte dos recursos serem públicos, o interesse imobiliário se sobrepôs ao social. O público assumia grande parte dos riscos e o privado ficava com os lucros via especulação imobiliária, enquanto a população ainda espera pelos benefícios, que nunca se materializarão. Assim, será que os ganhos advindos do aumento do comércio e do turismo valiam realmente a pena, mesmo que esses fossem à custa da segregação social? Dessa forma, com o inovador caso de Baltimore surgiram as primeiras críticas aos GPU.

b) *Docklands*- Londres Inglaterra:

A região das docas em Londres (*Docklands*) começou a se desenvolver a partir do século XVIII com as construções de galpões, armazéns e estaleiros de construção naval. Essa região desenvolveu-se muito, chegando a ser uma das áreas mais prosperas economicamente da Inglaterra, empregando muitos trabalhadores. No século XIX, *Docklands* já era a maior área portuária do mundo.

Porém, a recessão econômica e a periferização das atividades levaram ao fechamento das indústrias e à subutilização da área de *Dockland*. Assim, marcava o início da degradação daquela que já foi uma das principais áreas de prestígio social e econômico da Inglaterra.

Na década de 60, já era crescente o número de desempregos e o êxodo urbano da região como explicitado em NOBRE (2000): em 1967 havia 22815 empregados trabalhando em *Docklands* e em 1979 só havia 7120 empregados.

Essa degradação foi acompanhada pelo crescimento da miséria, delinquência juvenil, criminalidade e outros problemas sociais. A situação caótica de *Docklands* levou o governo britânico em 1976 a elaborar um plano de revitalização da área, inspirado no sucesso de Baltimore.

“Embora houvesse um consenso entre os atores sociais mobilizados na definição de novos eixos de desenvolvimento para *Docklands* no sentido de atrair novos capitais, dois modelos se opunham quanto aos meios e fins: de um lado, as municipalidades trabalhistas-3 das 6 envolvidas na zona-queriam a manutenção da atividade portuária com uma nova vocação industrial, considerando as necessidades da população residente, o emprego da mão de obra local e a predominância dos investimento públicos, de outro lado, os partidários de uma ruptura total com o passado propunham o desenvolvimento comercial com edifícios de escritórios, residência de luxo e abertura do capital privado. (COMPANS, 2004).”

O plano foi inspirado pelas ideias do neoliberalismo de reconcentração de recursos e atividades no setor privado, no intuito de coordenarem a revitalização de *Docklands*. Assim, foi implementado um grande projeto urbano como o de Baltimore, coordenado pelos agentes privados.

A técnica seria similar à fórmula mágica encontrada pelos americanos, ou seja, baseava-se no grande investimento público e nas isenções fiscais, como incentivo para atração do capital privado.

A reforma de *Docklands* foi coordenada por uma empresa de capital misto, a LDDC⁹ (*London Development Docklands Corporation*). A LDDC tinha quatro objetivos fundamentais: oferecer edifícios para uso efetivo, encorajar o

⁹ A LDDC era formada por um comitê de membros do governo federal e do setor privado e prestava contas ao governo com um relatório anual de suas despesas.

desenvolvimento das atividades comerciais e industriais novas e existentes, atrair investimentos privados, e prover habitação para ocupação da área.

À imagem e semelhança das agências de desenvolvimento norte-americanas as *Urban Development Corporations* (UDCs) foram criadas e financiadas pelo governo britânico e receberam plenas atribuições urbanísticas em áreas delimitadas. Também eram dirigidas por empresários do setor imobiliário, assim como as *Housing Associations*, empresas de capital misto voltadas à construção habitacional. O governo britânico criou ainda Zonas Empresariais nas quais, do mesmo modo que nos EUA, eram concedidos incentivos fiscais e financeiros para a localização de empresas, tais como a isenção de impostos locais sobre imóveis durante 10 anos e subsídios equivalentes a 100% do capital investido na construção de edifícios comerciais e industriais (Parkinson, 1992). O mesmo caráter seletivo da política pública conduzida pelo mercado, os mesmos valores do “espírito empresarial” em matéria urbanística solapando os do coletivismo municipal, a mesma prioridade na inversão em capital fixo e na criação de riqueza em detrimento da inversão em capital social e da distribuição, o mesmo desigual processo de reabilitação urbana, pontual, fragmentado, que deixou zonas inteiras de fora. Todas estas evidências levam Parkinson (1992, p.219) a concluir que, “para as cidades, na Grã-Bretanha como nos demais sítios, a década de 80 foi a década do mercantilismo urbano empresarial e do marketing agressivo” (COMPANS, 2004)

A LDDC tinha duas armas para alcançar seus objetivos: financeira (investimento com o fundo público) e através dos instrumentos de regulação urbana (oferecer isenções fiscais e alienações dos terrenos).

Assim, a LDDC propôs um uso heterogêneo da área (residencial, comercial e serviços) para que retomasse o dinamismo econômico, e repovoasse a área degradada. A organização substituiu o planejamento tradicional governamental de longo prazo, por um planejamento mais flexível empresarial. As ações da organização tinham que ser rápidas, uma vez que nada podia denegrir a imagem da nova *Dockland*.

Figura 4: A imagem de Dockland com investimentos em prédios modernos de serviços, residências e comerciais.



Fonte: www.hajimeengroup.gq.nu/favorite_links_1.html

Do ponto de vista comercial, o investimento em *Docklands* foi um sucesso, uma vez que, seis anos depois do início das reformas a área estava reabilitada com lojas, escritórios e 8800 unidades residências. Em 1990, já haviam se instalado 600 empresas, gerando 10000 empregos.

Entretanto, as primeiras intervenções negligenciaram o patrimônio histórico, industrial, e a paisagem aquática, chegando ao cúmulo de aterrar áreas de água para se obter novos terrenos para especulação imobiliária.

Os preços dos imóveis na área sofreram uma grande especulação imobiliária, aumentando a desigualdade social dos que coabitavam a região. Os antigos moradores passaram a dividir o espaço com os novos moradores: executivos de empresas instaladas na área. Assim, os operários (antigos moradores) foram abandonando o lugar, pois o local não mais condizia com seu estilo de vida (migração estruturalista). Devido à valorização imobiliária, os operários preferem vender seus imóveis, migrando para

outras localidades (migração neoclássica). De acordo com NOBRE (2000), um imóvel de dois cômodos que valia 40 mil libras passou a valer 200 mil libras, após a reforma.

A estratégia da LDDC foi criticada por diversos autores pelo fato de que a proporção de investimentos públicos era quatro vezes maior que os investimentos privados (dependência do fundo público). Além disso, os investimentos da LDDC eram motivados pelo interesses do capital imobiliário, gerando especulação que favorecia as grandes empresas e segmentos de alta renda.

A última crítica foi pelo fato que a LDDC não abriu espaços para a comunidade, e os políticos locais participarem na elaboração do projeto (o regime político britânico neoliberal permitia essa autonomia da organização de capital misto). Dessa forma, os autores apontavam a predominância dos interesses privados sobre os sociais.

c) Rua XV de Novembro – Curitiba Paraná:

A rua XV de Novembro é considerada pela própria população uma das principais ruas de Curitiba, situada na região central próxima ao “marco zero”. A história da rua inicia-se em 1850, e só passou a ter o nome de rua XV de Novembro com a proclamação da república em 1889.

Desde o século XIX, era considerada um dos pontos mais luxuosos da cidade com centros comerciais como, por exemplo, livrarias, cafés, alfaiates, armarinhos entre outros, voltados para a população de maior poder aquisitivo da cidade. Além dos luxuosos comércios, a rua era também um ponto para lazer e movimentos populares como, por exemplo, a comemoração do carnaval, desfiles militares e manifestações políticas e religiosas.

Porém em meados do século XX, como em outras cidades do mundo, o comércio luxuoso abandona os centros históricos das cidades, transferindo-se para ambientes fechados na periferia: os shoppings centers. Esse ambiente fechado atraía muito mais os consumidores devido a suas facilidades como, por exemplo, grandes estacionamentos, segurança e outros. Assim, o Shopping foi tornando-se no final do século XX o novo ponto de encontro e lazer da elite mundial. Dessa forma, os centros com toda sua historia foram abandonados e deteriorados ao longo dos anos.

Assim, a rua XV de Novembro foi deixando de ser um ícone do comércio luxuoso da elite, pois as pessoas com maior poder aquisitivo começaram a deixar o centro, em busca dos novos centros comerciais na periferia das cidades. O antigo espaço luxuoso passa conter um comércio popular e desprestigiado.

A autora MANZI (2008) divide a rua XV de Novembro em dois períodos: o primeiro com presença de um comércio de alto nível e o uso da área pela população para o lazer nos finais de semana, e o segundo com um comércio popular sem prestígio.

“Da primeira fase aqui apresentada, restaram características e peculiaridades arquitetônicas, como resultado de um conjunto de edificações de estilo eclético que podem sugerir diferentes leituras de épocas que foram construídas e, por isso, acabam oferecendo uma oportunidade para análise do processo de desenvolvimento urbano da cidade. Da segunda fase, observa-se a multiplicação de comércios, a divisão de imóveis para acomodar mais de um pequeno empreendimento, fato pelo qual pode ser considerado o início da popularização do comércio do centro e sua ampliação para o interesse metropolitano”. (MANZI. 2008).

No contexto da degradação do centro histórico urbano de Curitiba, a administração da cidade deu início a seu ambicioso projeto em 1972 de restaurar o centro deteriorado. Esse projeto era inovador e contra-fluxo das ideias presentes da época, uma vez que propunha o fechamento da rua para a circulação dos veículos. Enquanto, as ideias da época eram de valorização do transporte individual com a utilização do automóvel particular.

Essa maior área para os pedestres tinha a intenção de formar um parque linear, para que os moradores tivessem uma sensação agradável de passear pelo centro e não simplesmente se deslocar de um ponto ao outro.

Figura 5: Duas imagens da Rua XV de Novembro



Fonte: http://www.eaprender.com.br/show_image.php?name=ruaxv1.jpg

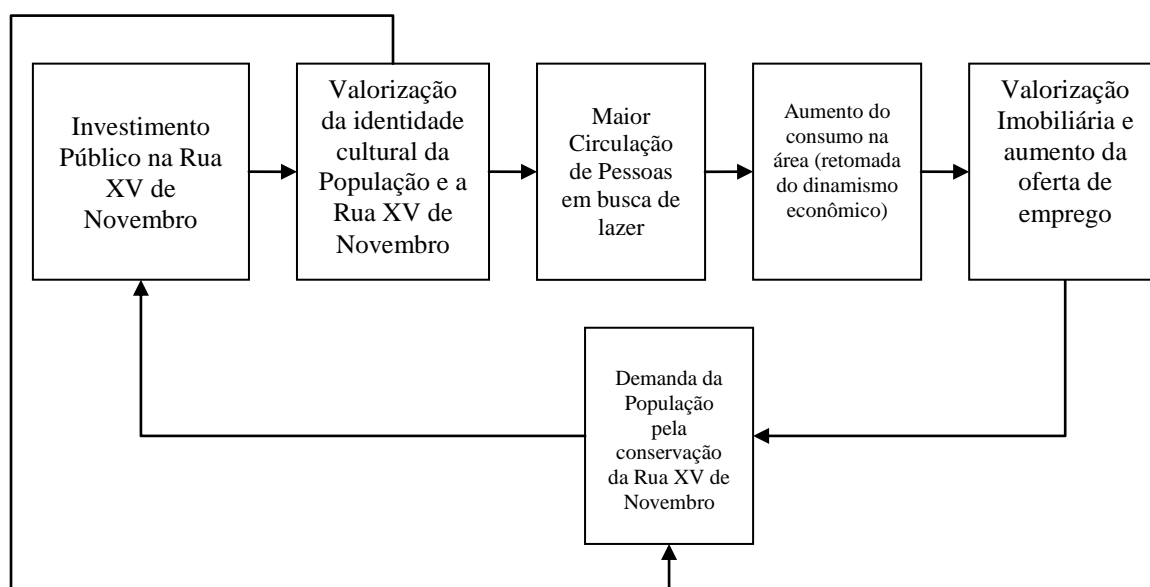
Assim a partir do fechamento da rua XV de Novembro, o governo iniciou investimentos públicos na preservação do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico do centro da cidade. Esses investimentos foram quase exclusivamente públicos, uma vez que a população desacreditava no projeto naquela época, inclusive os comerciantes do centro. O governo também investiu na melhoria da infra-estrutura da região central, como, por exemplo, com programas de iluminação elétrica e intensificação do policiamento na área.

“A rua XV de Novembro é uma das áreas mais antigas da cidade, contem elementos de grande importância paisagística e arquitetônica, testemunhos atuais da antiga opulência do início do século XIX e que ao serem valorizados com o fechamento da via serviram como potencial ao desenvolvimento turístico da cidade. O tratamento urbanístico proposto buscou estabelecer o vínculo do pedestre que circula na Rua XV entre a Praça Osório e a Praça Santos Andrade, valorizando a paisagem do conjunto arquitetônico entre as duas praças”. (MANZI. 2008).

Essas intervenções públicas procuravam retomar o dinamismo econômico da região central. Assim, possibilitaria a retomada do comércio de alto nível na área e conseqüentemente a revalorização imobiliária do centro histórico.

Esse projeto restaurou o antigo vínculo entre a rua XV de Novembro e os cidadãos de Curitiba, o que fez aumentar o número de pessoas, que passaram a freqüentar a rua em busca de lazer. A maior circulação de pessoas na região possibilitou a reabertura de vários empreendimentos comerciais, que há anos atrás tinham abandonado o centro. O comércio central foi se revitalizando, o que provocou aumento de oferta de empregos na área e valorização imobiliária, criando um ciclo virtuoso:

Figura 6: Ciclo Virtuoso do Investimento na Rua XV de Novembro



Fonte: elaboração do autor.

Entretanto, o projeto recebeu diversas críticas pelo fato de não haver nenhuma preocupação com o destino da população de menor renda, que havia ocupado a região ao longo desses últimos anos. Assim, podemos dizer que esse é um projeto, que tem gerado o fenômeno da gentrificação urbana. Houve também, uma “mercadorização” do patrimônio histórico da cidade, com o único objetivo de ser um objeto a ser vendido.

d) Pelourinho-Salvador Bahia:

Os grandes projetos urbanos ocorrem atrelados a uma grande deterioração dos centros urbanos mundiais. Dessa forma, a intervenção tem o objetivo de revitalizar e

retomar o dinamismo econômico e o elo de identidade cultural de uma parte importante da cidade.

“Megaprojetos de renovação urbana procuram atrair novas atividades econômicas através da construção de centro cívicos, de negócios, comerciais e de turismo, com suas modernas torres de escritório, shopping centers sofisticados, hotéis, centros de convenções, marinas, restaurantes, complexos poliesportivos e parques temáticos em varias cidades do mundo” (NOBRE. 2000)

Em Salvador, a degradação do centro das cidades não ocorreu, como nos outros exemplos já explicitados, pelo abandono das atividades industriais na região. Entretanto, sua depreciação ocorreu por um processo histórico de abandono dos centros urbanos pela elite local. Sendo assim, o centro de Salvador (a cidade alta) tem sofrido com um contínuo e gradual processo de abandono há dois séculos.

Entre os séculos XVI e XVIII, Salvador prosperava como centro comercial e político sendo a sede do governo colonial. Porém, a descoberta do ouro em Minas Gerais fez com que em 1763 transferissem a capital para o Rio de Janeiro, dando início ao declínio do Pelourinho.

Essa decadência se intensificou com as tendências do urbanismo modernista, que descentralizava as obras públicas, como, por exemplo, a construção da Avenida Sete e o centro administrativo baiano (CAB). Esses dois empreendimentos fizeram com que a elite baiana começasse a se transferir para a orla norte, em busca de novas infra-estruturas modernas e os ganhos da especulação imobiliária.

A construção do CAB em Salvador em 1970 foi um grande empreendimento do governo baiano, uma vez que transferiu à sede administrativa do governo, que ficava espalhada pelo Pelourinho para uma região à margem da mancha urbana. Nessa área em 1970 não havia quase nenhuma ocupação pela população nem de baixa renda nem de alta, por isso esse projeto não gerou nenhum processo de gentrificação urbana muito intensa. Porém, a construção do Centro Administrativo aumentou a atração de recursos na área, atraindo condomínios de alto luxo e shoppings centers¹⁰ (deslocando as atividades comerciais, residenciais de alto luxo e administrativa para essa nova área). Dessa forma, houve um deslocamento intenso do comércio, que era típico da área central para a orla norte, catalisando a degradação do Pelourinho. Essa nova área criada

¹⁰ O primeiro Shopping a se instalar na área foi o Iguatemi.

recebia uma grande quantidade de investimentos públicos, seguindo os interesses das classes dominantes, gerando uma grande especulação imobiliária que era do interesse do capital imobiliário. (FERREIRA. 2004)

Figura 7: Deslocamento do centro comercial, residencial e administrativo para orla norte de Salvador.



Fonte: CARVALHO, 2004

Assim, o Pelourinho, a partir de 1980, perdeu a referência como sede residencial e administrativa das elites baianas e do governo, respectivamente. Dessa forma, tornou-se uma área deteriorada, com bastantes casarões arruinados, e de certa forma esquecida pelo governo baiano. O centro tornou-se um lugar sujo e perigoso, propício para as atividades ilegais como, por exemplo, tráfico de drogas e a prostituição.

A situação do Pelourinho começou a se reverter em 1985, quando se tornou patrimônio da humanidade pela UNESCO (*United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*). Assim, as elites e a população começaram a exigir do governo reformas no centro de Salvador, no intuito de preservar esse patrimônio cultural da humanidade.

Em resposta à demanda popular para resolver a degradação do Pelourinho, o governo baiano contratou a arquiteta italiana Lina Bo Bardi para elaborar os projetos. Essa reforma contratada pelo governo tinha o objetivo de reformar os degradados casarões do centro de Salvador.

Dessa forma, entre 1985 e 1989, começou uma série de projetos de conservação do centro histórico de Salvador. Essa primeira fase liderada pela arquiteta italiana tinha o intuito de conservar o patrimônio histórico, preservando os laços sócio-culturais já existentes, e evitando a expulsão dos grupos de menor renda típica nesse tipo de projeto.

Contudo, a postura do governo, quanto à reforma do Pelourinho, mudou completamente a partir de 1991, quando Antonio Carlos Magalhães (ACM) assumiu o governo pela terceira vez. ACM era um político conservador e extremamente ligado às oligarquias estaduais e seus interesses.

A reforma do Pelourinho começou a seguir dois objetivos básicos:

- Promover a reabilitação e restauração física da área que levem em consideração o seu potencial econômico para a cidade e para a região metropolitana.
- Promover as condições para uma preservação sustentável, através do desenvolvimento das atividades econômicas. (NOBRE, 2000)

Os objetivos da reforma eram a recuperação dos espaços públicos degradados, aumento da oferta de estacionamentos na região, melhoria de infra-estrutura básica e recuperação dos casarões históricos. Essas intervenções tinham como meta aumentar a atratividade da região para os turistas de classe média e alta.

A expectativa dos governantes, em relação ao Pelourinho, era aumentar os valores dos imóveis da região e aumentar a renda do turismo, assim o governo poderia receber de volta os recursos investidos na área, o que condizia com os interesses das classes hegemônicas, que queriam lucrar tanto com a especulação imobiliária quanto com os recursos advindos do aumento do turismo.

Essa transformação do Pelourinho, degradado a um centro cultural de serviços ocorreu com limitada participação do setor privado. O setor público assumiu todos os custos, desde a reforma até a manutenção dos casarões.

Os proprietários mais pobres puderam optar por quatro alternativas em relação à contrapartida às benesses feitas pelo governo baiano:

- a) Venda ao estado.
- b) Desapropriação do estado.
- c) Transferência do usufruto.
- d) Troca da propriedade ou da área equivalente.

Dessa forma, o governo baiano começou a apropriar-se de grande parte dos casarões do centro histórico como demonstrado na tabela 5 abaixo:

Propriedade	Unidades	%
Propriedade do Estado	432	32
Usufruto do Estado	133	9,8
Privado	785	58,2
Total	1350	100

Fonte: IBGE-1999

Os proprietários locais, com mais recursos, sabiam da perda política do governo, caso o centro histórico voltasse a se deteriorar. Assim, eles agiam de forma oportunista não contribuindo de nenhuma maneira pela manutenção e pelos serviços prestados pelo estado na região. Os empresários buscavam o lucro rápido, sem se preocupar com o desenvolvimento sustentável da região, uma vez que eles sabiam que o estado não hesitaria em pagar a conta das reformas.

“Isto pode ser demonstrado a partir da observação de que, na maior parte das vezes, o próprio governo do estado realiza obras de manutenção hidráulica, além de serviços de pintura das fachadas e consertos de paredes”.
(FERNANDES. 2002)

O Pelourinho se transformou em um grande ponto de atração de turistas, uma vez que foi denominado, como um dos maiores shopping ao céu aberto do mundo.

“O piso térreo das casas menores foi ocupado por uso comercial- lojas de souvenir, bares e restaurantes típicos. As grandes residências e os solares coloniais foram convertidos para usos culturais e de entretenimento, tais como galerias de arte local, museus, casa de espetáculo, pequenos ateliês, escola de musica, dança, artes e ofícios tradicionais”. (NOBRE. 2000)

Figura 8: Imagens do Pelourinho reformado retiradas do Portal do Governo da Bahia



O desenvolvimento do turismo foi a forma que o governo baiano encontrou de desenvolver a economia local. Com isso, a reforma do Pelourinho teve impacto crucial no aumento do turismo em Salvador, como demonstrado pelo aumento do número de hóspedes dos hotéis que, segundo SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), passaram de 240 mil em 1981 para 340 mil em 1997 com o início do projeto (dados da SEI, 1998), aumento de 67%.

Porém, essa intervenção estatal teve grande impacto na ocupação da região: com a expulsão dos mais pobres, elitização da área central e aumento da desigualdade social. O centro de Salvador se transformou numa área de turismo, “chique” que não condizia com a população originária.

Tabela 6: Uso da Propriedade Pelourino 1999

Uso	Unidades	%
Negócios	387	35,8
Residencial	174	16,1
Comercial-roupas,joalheirias,artesanato e souvenir	172	15,9
Comercial-restaurantes,bares e café	142	13,1
Governamental e ONG'S	85	7,9
Igrejas	43	4
Museus	79	7,2
Total	1082	100

Fonte: IBGE-1999

Tabela 7: Variação da População Residente

	1980	2000
Cidade Salvador	1.501.981	2.428.388
Centro Histórico	9.853	3.235
Arredores	54.624	36.481
Total	1082	100

Fonte: IBGE-1982/ 2001

Tabela 8: Porcentagem da População residente de acordo com a renda familiar do chefe de família

Salário Mínimo	1991				2000			
	0-5	5-10.	10-20.	.+20	0-5	5-10.	10-20.	.+20
Cidade Salvador	78,00%	11,00%	7,00%	4,00%	76,00%	12,00%	7,00%	5,00%
Centro Histórico	90,00%	8,00%	2,00%	0,00%	80,00%	14,00%	4,00%	2,00%
Arredores	54,00%	26,00%	14,00%	6,00%	50,00%	27,00%	17,00%	6,00%

Fonte: IBGE-1991/ 2001

Essas tabelas demonstram o esvaziamento, para uso residencial, do centro de Salvador e a expulsão dos mais pobres. Essa expulsão ocorre através de pequenas indenizações, que já eram mais que o suficiente, como incentivo para aqueles que recebiam menos de cinco salários mínimos.

“Não é o caso de negar o desenvolvimento econômico proporcionado pelo turismo, visto que ele tem grande importância na cidade de Salvador, gerando um grande número de empregos e de atividades econômicas. Contudo, esse processo foi um ótimo negócio para os proprietários, que tiveram seus imóveis recuperados e valorizados com os investimentos públicos, enquanto a população pobre foi realocada para piores condições de vida geralmente.” (NOBRE. 2000).

A migração dos pobres para a região periférica pode ser explicada pelas duas teorias de migração explicitadas na seção anterior:

Primeiro, a teoria da migração neoclássica, ou seja, o indivíduo que morava num cortiço, na região do Pelourinho com carência de infra-estrutura urbana básica, como, por exemplo, iluminação e saneamento básico, preferia mudar para outra localidade com mais infra-estrutura, mesmo que, na periferia, quando era oferecida a ele uma indenização. Assim, ele maximizava o seu bem-estar ao abandonar o centro histórico da cidade, dirigindo-se para a periferia.

Segundo, a migração estruturalista, com a reforma no Pelourinho e a transformação em um local de turismo elitista, a área não condizia mais com sua antiga realidade social, fazendo com que o indivíduo perdesse aos poucos identidade social com o local.

No caso do Pelourinho, os interesses elitistas (imobiliários e turísticos de alto padrão) foram colocados acima dos interesses sociais.

“As publicações oficiais do estado alegam que o resultado mais importante alcançado foi a reversão do quadro socioeconômico e de empobrecimento da população, mas o que se viu na realidade é que esta população não foi incorporado ao processo e sim deslocado da área.”(BRAGA. 2008).

O Pelourinho retomou o dinamismo econômico, como pólo de turismo e serviços. Entretanto, a população originária ficou de fora desse processo, os interesses hegemônicos preferiram transferi-los para as periferias, onde os turistas não podiam vê-los.

4. O Centro Administrativo de Minas Gerais: seus impactos e concepções urbanísticas.

Belo Horizonte, assim como outras capitais de nosso país, apresenta problemas na ocupação do solo, principalmente com a população mais carente, uma vez que predominam as ocupações ilegais ou inapropriadas com assentamento em áreas de risco, formando as tão conhecidas favelas. Essas favelas possuem pouquíssima infraestrutura urbana, o que deteriora a qualidade de vida dos que as habitam. Por outro lado, as áreas mais qualificadas, dotadas de infra-estrutura e posição geográfica privilegiada, tornam-se objeto de especulação imobiliária, gerando conflitos quanto seu uso. Devido ao interesse do capital imobiliário, essas áreas recebem a maioria dos investimentos públicos (mediante lobbies) e privados, ampliando as distorções urbanas e segregações socioeconômicas, já que as regiões mais carentes não recebem nenhum investimento contínuo.

Devido a esse quadro em que todas as capitais se encontram no Brasil, o governo de Minas Gerais tem justificado a implementação do CAMG (Centro Administrativo de Minas Gerais) no vetor norte de Belo Horizonte, no intuito de prover o desenvolvimento econômico da região, eliminando os problemas de infra-estrutura e a pobreza local. O projeto, além de levar o desenvolvimento econômico para o vetor norte, espera-se que também promova o desenvolvimento cultural e ambiental, ampliando a qualidade de vida dos que habitam no entorno do empreendimento (RIMA, 2006).

A construção de um Centro Administrativo para sediar os órgãos estaduais tem antecedente nas décadas de 60, 70 e 80 como nos Estados da Bahia, Mato Grosso e Ceará. Porém, esses Estados implementaram seus centros em áreas à margem da mancha urbana das cidades, onerando em demasia os governos na implementação da infra-estrutura necessária, e impedindo uma completa integração dos centros com a cidade. Entretanto, o Estado mineiro acreditou que conseguiria resultados diferentes, caso fosse construído em uma região já habitada da capital (RIMA, 2006).

O projeto servirá como um catalisador do desenvolvimento do vetor norte de Belo Horizonte, atraindo investimentos públicos e privados para a região. O governo acredita que além de desenvolver a área, o CAMG se transformara em um ícone

simbólico da cidade, beneficiando a todos (elevação da auto-estima da população) (RIMA. 2006).

O empreendimento está sendo construído no antigo hipódromo do bairro Serra Verde, localizado no extremo norte de Belo Horizonte, próximo às cidades de Vespasiano e Santa Luzia. O prédio ficará à margem da MG-10, sendo essa a principal via de acesso da capital com as demais cidades metropolitanas ao norte, como: Lagoa Santa, Confins, Pedro Leopoldo e outras. A MG-10, para melhor se adequar ao aumento do fluxo de veículos após a mudança do governo para o CAMG, já passou por algumas reformas, no intuito de ampliar e melhorar as vias (projeto “Linha Verde”).

Figura 9: Vista da área da localização do empreendimento com inserção da maquete digital



Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Meio Ambiente), 2006.

O bairro Serra Verde em Belo Horizonte era para ser um parque industrial; porém não teve êxito, tornando-se um lugar propício para depósitos de lixos e ocupações ilegais. Há também algumas ocupações comerciais e residências, como, por exemplo a garagem da viação Anchieta, um posto de gasolina, uma pista de moto-escola e a sede da construtora CADROS. Além de alguns edifícios residenciais multifamiliares e unifamiliares de até dois pavimentos com acabamento precário e baixíssima infra-

estrutura urbana no local. O comércio local restringe-se ao do dia-a-dia como padarias, farmácias, açougues e outros.

Figura 10- Vista geral das ocupações presentes



Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente), 2006.

O governo inicialmente providenciou a desocupação do espaço a partir de decreto publicado no dia 15/02/2006, que declarou a área como de utilidade pública para implementação do Centro Administrativo de Minas Gerais, sendo essa uma área de aproximadamente 1.000.000 m².

Entretanto, o governo, através de mais decretos, apropriou-se de mais 1.326.486 m² da área do entorno também sob alegação de interesse da utilidade pública. Esses espaços foram divididos em pequenas partes cada qual com sua funcionalidade, denominadas de S1, S2, S4 e S5.

- Área S₁ – Corresponde a aproximadamente 128.259 m², localizada no extremo norte, junto ao distrito industrial, com a destinação vinculada à “*proteção do solo e preservação de mananciais de água e de reservas florestais*”.

Esta área foi apontada pelos estudos ambientais, como de grande importância na proteção dos recursos hídricos existentes no local, especialmente por conter as nascentes formadoras do Córrego Floresta, devendo ser, portanto, inserida no site escolhido para implantação do empreendimento. Esta porção de terreno se divide entre os municípios de Belo Horizonte e uma pequena parcela de Vespasiano.

- Área S₂ – Corresponde a aproximadamente a 193.230 m², localizada na porção Sudeste, bem junto à rodovia MG-10, com destinação vinculada “à *implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais e Reurbanização*”.

- Área S₄ – Corresponde a aproximadamente 345.464 m², localizada na porção oeste, no centro dos terrenos de propriedade da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), com destinação vinculada à “*preservação de mananciais de água e de reservas florestais na área de entorno do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais*”.

A desapropriação deste terreno permitirá a interligação das áreas públicas verdes, previstas para implantação do Parque Serra Verde, situação impossível de se viabilizar sem esta ação, já que as áreas encontravam-se fragmentadas. Considerando a área de domínio da PBH, perfazendo um total de 489.811 m² e a atual parcela decretada, o parque em sua forma final contará com cerca de 835.275 m², ou seja, quase 84 ha.

- Área S₅ – Corresponde a aproximadamente 659.533 m², localizada a sudoeste, no município de Vespasiano, com destinação vinculada à “*reurbanização em função da implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais*”.

4.1 A Concepção Arquitectónica do Centro:

O novo Centro Administrativo do Estado será composto pelas edificações discriminadas no quadro abaixo, num total de 276.459,69 m² de área construída, assentadas sobre um terreno de 804.000 m² e capazes de acomodar cerca de 30 mil pessoas, entre funcionários e público em geral. Uma galeria subterrânea ligará os dois edifícios maiores, responsáveis por abrigar todas as secretarias e demais órgãos da administração direta e indireta. Os prédios das Secretarias, com 15 andares cada um, ficarão próximos ao Palácio do Governo. Complementam o empreendimento a construção de um espaço para auditório e áreas para exposições e manifestações culturais. O novo centro administrativo centralizará todas as secretarias de Estado, além dos demais órgãos da administração estadual.

Por fim, cabe notar que nos moldes das premissas do urbanismo e arquitetura modernistas, expressas na “Carta de Atenas”, a concepção mais geral do Centro aponta para a especialização funcional de uma área da cidade, concentrando as atividades governamentais.

Tabela 9- Quadro das áreas de edificações do CAMG

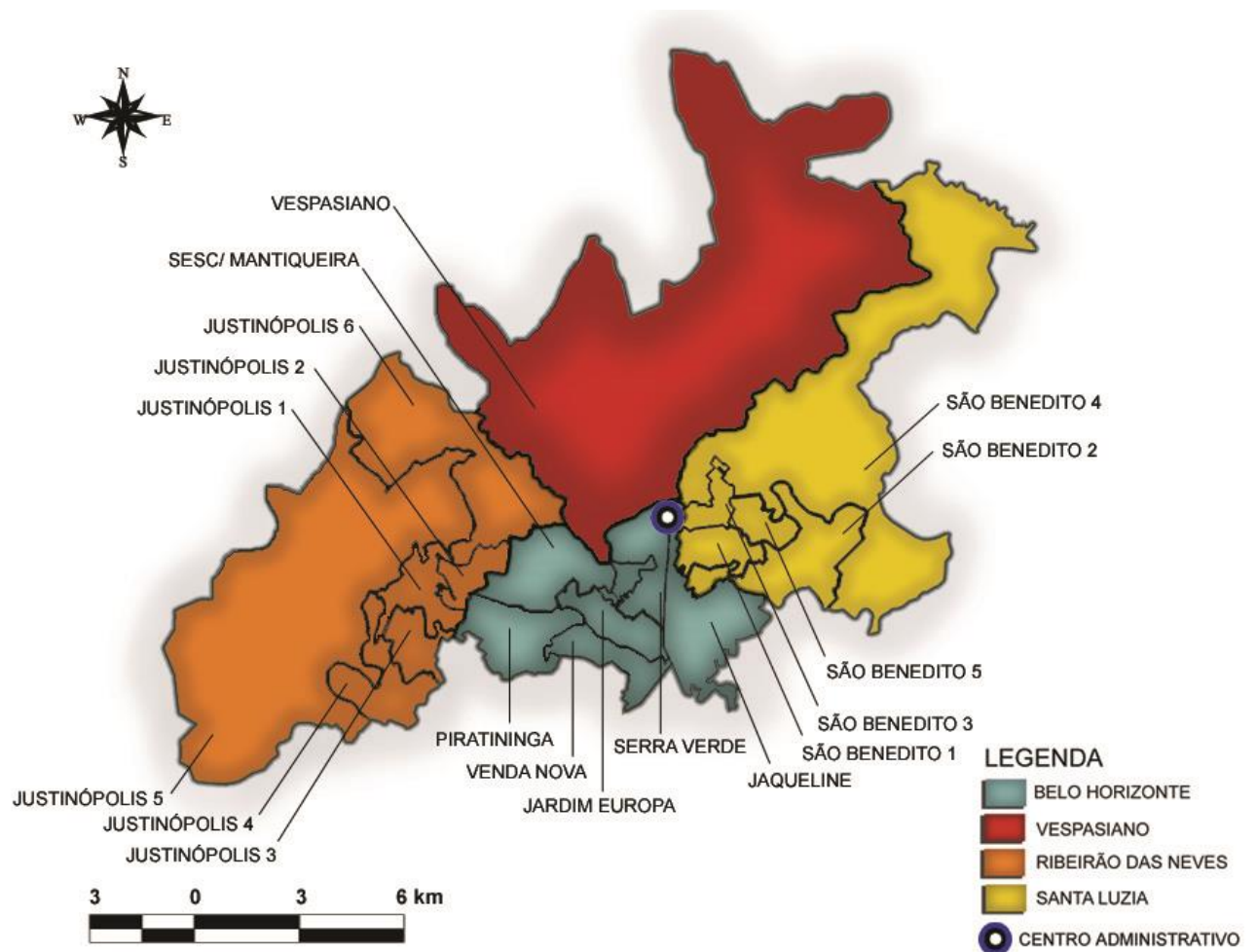
EDIFICAÇÃO	PAVIMENTO	ÁREA BRUTA	CIRCULAÇÃO VERTICAL A DESCONTAR	CIRCULAÇÃO HORIZONTAL A DESCONTAR	ESTACIONAMENTO A DESCONTAR	ÁREA LÍQUIDA
PALÁCIO	SUBSOLO	4.037,20	0,00	0,00		0,00
PALÁCIO	PILOTIS	2.907,90	0,00	0,00		0,00
PALÁCIO	1º PAVIMENTO	2.907,90	220,99	91,70		2.595,21
PALÁCIO	2º PAVIMENTO	2.907,90	289,67	91,70		2.526,53
PALÁCIO	3º PAVIMENTO	2.907,90	289,67	91,70		2.526,53
PALÁCIO	4º PAVIMENTO	2.907,90	289,67	91,70		2.526,53
PALÁCIO	TERRAÇO	288,77	131,04	91,70		66,03
PALÁCIO	ACESSO HELIPONTO/SUBEST.	577,54	0,00	0,00		0,00
SOMA		19.443,01	1.221,04	458,50		10.240,83
SECRETARIA 1	SUBSOLO	6.903,91		0,00		0,00
SECRETARIA 1	PILOTIS	7.125,87	0,00	0,00		0,00
SECRETARIA 1	1º PAVIMENTO	7.125,87	556,00	361,96		6.207,91
SECRETARIA 1	1º PAVIMENTO (2º ao 14º)	92.636,31	7.228,00	4.705,48		80.702,83
SECRETARIA 1	15º PAVIMENTO	7.125,87	556,00	361,96		6.207,91
SOMA		120.917,83	7.784,00	5.429,40		93.118,65
SECRETARIA 2	SUBSOLO	6.903,91		0,00		0,00
SECRETARIA 2	PILOTIS	7.125,87	0,00	0,00		0,00
SECRETARIA 2	1º PAVIMENTO	7.125,87	556,00	361,96		6.207,91
SECRETARIA 2	1º PAVIMENTO (2º ao 14º)	92.636,31	7.228,00	4.705,48		80.702,83
SECRETARIA 2	15º PAVIMENTO	7.125,87	556,00	361,96		6.207,91
SOMA		120.917,83	7.784,00	5.429,40		93.118,65
CONVIVÊNCIA	SUBSOLO	1.239,31	106,70	77,46		1.055,15
CONVIVÊNCIA	NÍVEL + 0,40	2.600,45	106,70	77,46		2.416,29
CONVIVÊNCIA	NÍVEL RESTAURANTE	2.600,45	106,70	77,46		2.416,29
SOMA		6.440,21	320,10	232,38		5.887,73
AUDITÓRIO	SUBSOLO	1.089,59	24,04	12,04	713,77	339,74
AUDITÓRIO	TÉRREO	1.185,61	47,66	11,80	0,00	1.126,15
AUDITÓRIO	PALCO/PLATEIA	1.654,19	62,02	23,34	0,00	1.568,83
AUDITÓRIO	CABINES	303,92	15,61	11,32	0,00	276,99
SOMA		4.233,31	149,33	58,50	713,77	3.311,71
SERVIÇOS	SUBSOLO	2.253,75	69,54	29,28		2.154,93
SERVIÇOS	TÉRREO	2.253,75	69,54	29,28		2.154,93
SOMA		4.507,50	139,08	58,56		4.309,86
SOMATÓRIO GERAL		276.459,69				209.987,43

Fonte: RIMA (Relatório Impacto Ambiente), 2006

4.2 Situação Atual

A construção do Centro Administrativo de Minas Gerais situa-se no extremo norte de Belo Horizonte, na divisa com as cidades de Vespasiano, Santa Luzia e Riberão das Neves. A partir do RIMA, analisaremos os principais dados sócio-econômicos da área, que sofrerão influência direta da construção do CAMG, composta pelos seguintes bairros e regiões: Serra Verde, São Benedito, Justinópolis, Vespasiano, Jaqueline, Jardim Europa, Venda Nova e Piratininga, expressa na figura 11.

Figura 11: Área De Influência:



Fonte: RIMA (Relatório do Impacto Ambiente), 2006.

O presente estudo pretende abordar dados econômicos retirados do relatório de impacto ambiente como: renda, renda per capita, PEA (População economicamente ativa) e outros. Há também dados sociais como na educação (anos de estudo da população) e dados da saúde (acesso em hospitais, ICV-Índice de Condições de Vida, mortalidade infantil e outros). Foram analisados também, dados de infra-estrutura da habitação, como acesso à pavimentação, energia elétrica, estilo de moradia e outros. A maioria desses dados foi retirada do censo demográfico (2000), e estão disponíveis no RIMA da obra do Centro Administrativo.

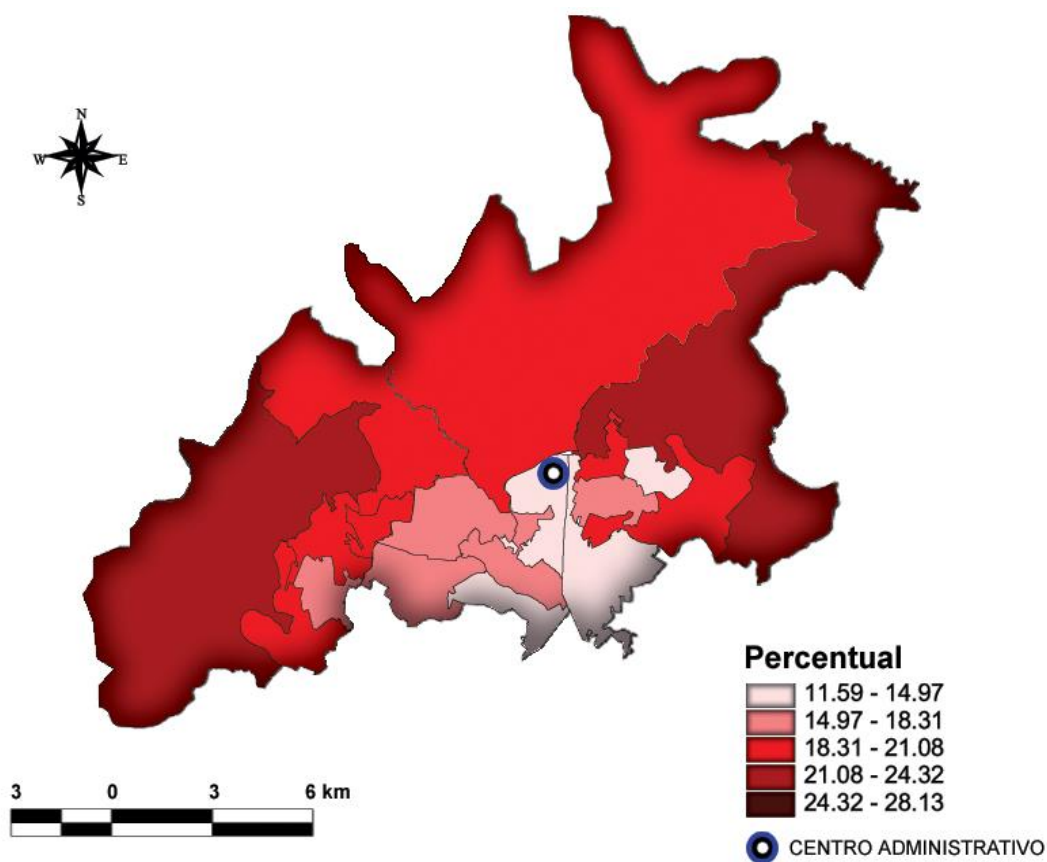
O RIMA também realizou uma pesquisa estilo *survey*, no qual algumas informações das pesquisas, como a origem das pessoas, cidade em que trabalha,

aspectos positivos e negativos, quanto à percepção da obra pela população, serão importantes para nosso estudo. O relatório realizou essa pesquisa para poder captar principalmente a opinião da população originária sobre a construção do Centro Administrativo.

a) Economia:

A região, que sofrerá influência direta (AI) do CAMG possui uma grande concentração de pobreza, com um alto percentual de pessoas, que recebem menos de um salário mínimo. O primeiro grupo – com faixa de 11,59 a 14,97%, que recebem no máximo de 1 SM (Salário Mínimo) – localiza-se em Venda Nova, Serra Verde, Jaqueline e São Benedito 005. O segundo grupo: Jardim Europa, Mantiqueira/Sesc, São Benedito 001 e Justinópolis 003 estão na faixa que vai de 14,9 a 18,3%. Em um terceiro grupo (até 21%) Justinópolis 001, 002, 004 e 004 estão acompanhadas por Vespasiano, São Benedito 002 e 003. Finalmente, Justinópolis 005 e São Benedito 004 apresentam de 21 a 24,3% da população com rendimento máximo de 1 S.M.

Figura 12: Distribuição de Pessoas com Rendimento abaixo de 1 SM.



Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

A tabela 11 apresenta a renda média domiciliar e per capita das áreas de influência, demonstrando que Industrial/Caieras/Centro em Vespasiano possuem os melhores rendimentos médios domiciliares, enquanto, Menezes apresenta a pior renda média domiciliar de R\$ 491,34 (R\$ 83,88 per capita). A renda média domiciliar de todas essas áreas é bem inferior às médias das outras áreas metropolitanas de Belo Horizonte (R\$ 557,00 per capita). Esses indicadores demonstram a precariedade da condição de vida dos que habitam o entorno do empreendimento.

Tabela 10 – Renda Média por Domicílio, Renda Per Capita e Desvios Padrão (AI)

Unidades Urbanísticas	Rendimento Médio Domiciliar (R\$)	Desvio Padrão	Rendimento Médio Per Capita (R\$)	Desvio Padrão
Angicos	452,37	325,03	127,22	111,04
Areias	591,04	624,97	142,41	105,76
Coqueiros	900,00	964,84	216,64	214,41
Cristina/Palmital	827,91	683,56	223,33	224,27
Industrial/Centro/Caieiras	1454,71	1534,16	403,31	520,82
Justinópolis	770,06	715,82	192,25	151,13
Maria Helena	769,25	624,46	203,94	166,62
Menezes	491,34	369,91	134,16	83,88
Morro Alto/Nova Pampulha	638,21	485,58	187,28	185,05
Nova América/SESC	857,28	690,81	234,83	199,07
São Benedito	852,64	675,93	224,46	177,76
São José da Lapa	1079,89	926,78	325,92	533,84
Serra Verde/Parque São Pedro	1021,73	870,95	299,55	316,93
Vassourão	653,08	863,77	210,00	335,59
Vila Esportiva	771,66	818,77	192,07	228,80
Área de Influência - Total	808,74		221,15	

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Como o empreendimento promete trazer um grande número de empregos à região, é importante analisar a população em idade ativa e sua ocupação, sendo vital analisar os desocupados, pois esses podem significar a oferta de mão-de-obra na região, após a execução do empreendimento. A figura 13 apresenta a distribuição dos desocupados na área de influência, que se encontra num patamar bem mais elevado que o resto de Belo Horizonte.

- i) Venda Nova; e Justinópolis 004: 10 a 10,8%;
- ii) Jardim Europa; e São Benedito 001: 10,8 a 12,1%;
- iii) Serra Verde, Jaqueline, Piratininga, Mantiqueira; Vespasiano; Justinópolis (001 e 005); e São Benedito (002 e 005): 12,1 a 13,9%;
- iv) Justinópolis (002, 003 e 006); e São Benedito 003: 13,9 a 15,1%;
São Benedito 004: 15,1 a 17,8%

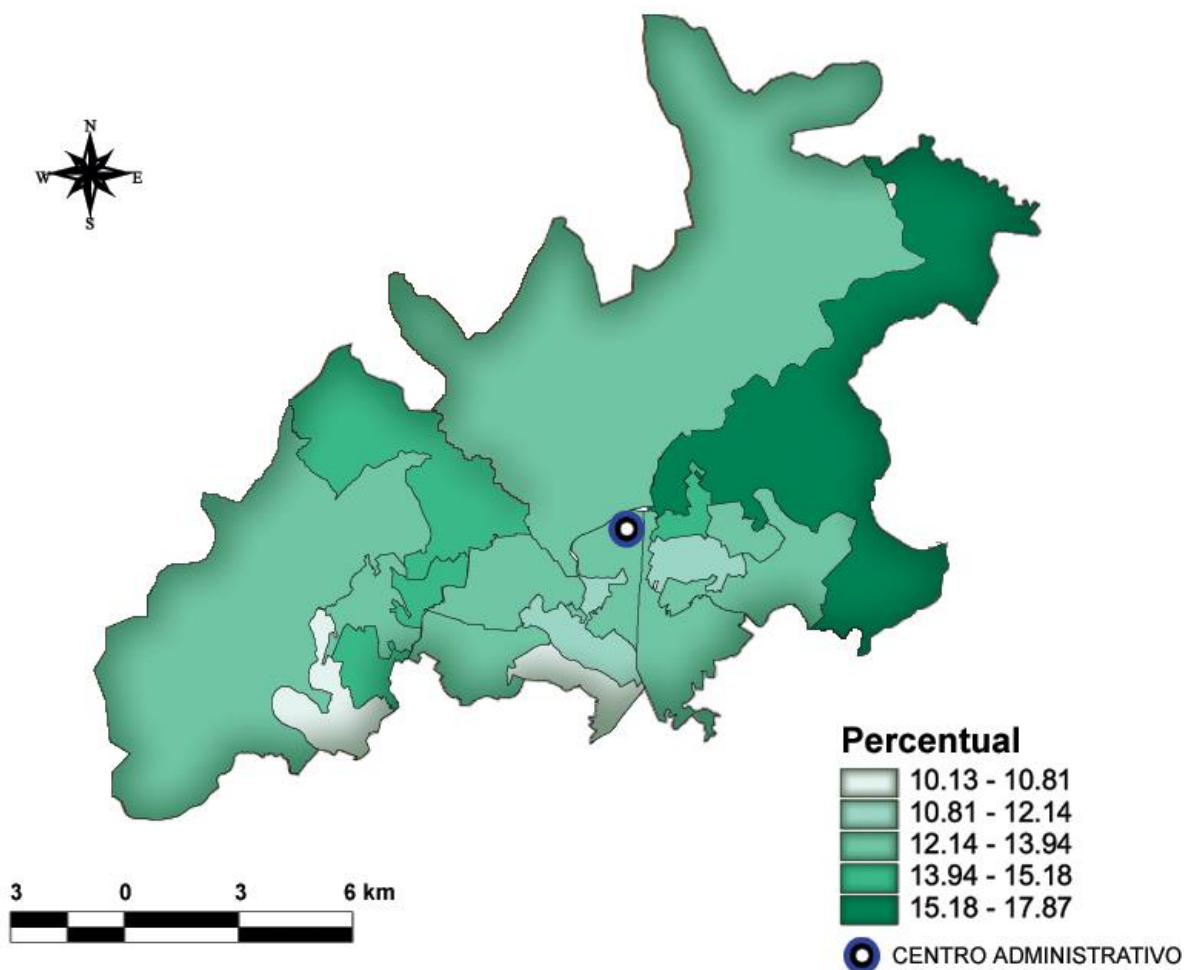


Figura 13 – Participação da população desocupada na PIA das AP's da AI (2000)
 Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

A tabela 11 apresenta a PEA,PIA e Razão População Ocupada/População Total na área de influência. De acordo com os dados apresentados, e em consonância com os outros indicadores sócio-econômicos, mostrados anteriormente, a unidade urbanística Centro/Industrial/Caieiras, no município de Vespasiano, é a região que apresenta os indicadores mais favoráveis na área de influência. No que diz respeito à proporção da população economicamente ativa com relação à população total, a variabilidade entre as unidades urbanísticas é bastante baixa, com as proporções variando entre 30 e 37% da população residente em cada unidade urbanística – com exceção de Angicos, com apenas 23% de PEA com relação à população total. Também para a AI, a unidade urbanística com maior proporção da PEA sobre a população total é Serra Verde/Parque São Pedro com 37,2%, e a mais baixa (exceto Angicos) é Coqueiros, com 30,1 da população residente na PEA. Os dados demonstram assim uma distribuição bastante homogênea deste indicador para as unidades urbanísticas, que compõem a AI.

Tabela 11 – PEA, PIA e Razão População Ocupada/População Total (AI)

Unidades urbanísticas	PEA (Ocupados)		PIA (15 a 65 anos)		População Total	Razão população total/PEA
	N	%	N	%	N	
Angicos	2376	23,6	5745	57,0	10082	4,24
Areias	1915	31,3	4062	66,5	6111	3,19
Coqueiros	11953	30,1	27490	69,2	39702	3,32
Cristina/Palmital	16952	33,6	35081	69,4	50518	2,98
Industrial/Centro/Caieiras	7253	36,2	13994	69,8	20043	2,76
Justinópolis	12032	33,4	24720	68,7	36002	2,99
Maria Helena	12891	34,7	27164	73,0	37194	2,89
Menezes	4175	33,7	9552	77,1	12382	2,97
Morro Alto/Nova Pampulha	15193	31,5	33644	69,8	48189	3,17
Nova América/SESC	15606	31,5	35038	70,7	49536	3,17
São Benedito	26996	33,9	54383	68,3	79638	2,95
São José da Lapa	3837	32,6	7776	66,1	11758	3,06
Serra Verde/Parque São Pedro	12937	37,2	23904	68,7	34778	2,69
Vassourão	2711	33,2	5549	67,9	8177	3,02
Vila Esportiva	3551	32,0	7876	71,1	11084	3,12
Área de Influência - Total	145823	32,0	304557	66,9	455194	3,12

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Em síntese, através desses dados econômicos apresentados, é clara a posição inferior, em relação à renda per capita e o número de desocupados da região do empreendimento quanto ao resto de Belo Horizonte. Por isso, o governo de Minas tem justificado a implementação do CAMG para servir como um catalisador do desenvolvimento da área, pois como há um grande número de desocupados, esses seriam atraídos para ocupação após o empreendimento (aumentando a renda per capita). Entretanto, devemos observar, com cautela, essa afirmativa, e através dos dados educacionais, a seguir, refletir sobre a qualificação desses desocupados, e se esses estão aptos ao mercado de trabalho, que surgirá ou se haverá uma migração intensa para a região.

b) Educação e Saúde:

A região do extremo norte de Belo Horizonte (área de influência) apresenta uma escolaridade inferior ao restante da região metropolitana, o que pode impedir um desenvolvimento local sustentável após a implementação do CAMG, uma vez que a

população originária deve ocupar subempregos, enquanto os empregos que exigem maiores qualificações, assim melhores salários devem ser ocupados por uma população migratória das outras localidades.

A situação dessa região é bem inferior ao restante da capital; porém apresentou melhoras em relação aos dados entre 1980 e 1991, pois houve redução do número de indivíduos com mais de 25 anos, que apresentavam somente 4 anos de estudo como, por exemplo, São Benedito que caiu de 62,83% da população total para 36,49%, como também caiu a taxa de analfabetismo, elevando a porcentagem de pessoas com maior escolaridade. Entretanto, essas melhoras são bastante reduzidas, se comparadas com Belo Horizonte, uma vez que, por exemplo, Serra Verde apresenta 3,33% da população

Tabela 12 – Indicadores da Dimensão Educação por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991

Campo	Educação							
	População com idade ≥ 25 anos com menos de 4 anos de estudo (%)		População com idade ≥ 25 anos com mais de 11 anos de estudo (%)		Média de anos de estudo na população com idade ≥ 25 anos		Taxa analfabetismo na população de idade ≥ 25 anos (%)	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Serra Verde	42,66	24,33	1,79	3,33	3,9	5,47	13,33	6,79
São Benedito	62,83	36,49	0,38	1,54	2,6	4,34	22,85	11,35
Justinópolis/Areias	70,02	46,05	0,42	1,11	2,32	3,68	29,2	14,38
Maria Helena	62,18	41,63	0,42	0,86	2,6	3,71	23,73	14,51
Nova América	52,06	33,89	1,05	1,81	3,33	4,56	16,22	9,32
SESC	53,51	38,52	0,27	1,32	3,23	4,29	18,9	10,8
Cristina		28,17	0	0,98	0	5,02	0	7,88
Baronesa	67,19	44,55	0,1	0,78	2,41	3,73	24,79	14,49
Meneses	61,76	40,2	0	0,77	2,43	3,9	27,3	12,4
Morro Alto		54,73	0	0,1	0	3,14	0	22,24
Vila Esportiva/Hipódromo	67,48	47,51	0,25	0,32	1,88	3,42	32,37	19,48
Centro Vespasiano/Angicos		0	0	0	0	0	0	0
São José da Lapa/ICAL		0	0	0	0	0	0	0
Periferia RMBH								
Belo Horizonte	31	20,9	11,1	15,79	5,8	7,2	10,1	6,9
Santa Luzia	57,1	34,5	1,2	2,04	3,1	4,6	18,2	11
Ribeirão das Neves	64,9	43,2	0,6	1,14	2,6	3,8	26,5	14,6
Vespasiano	51,2	41,1	2,1	2,22	3,2	4,3	20,6	14,9

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

com mais de 11 anos de estudo, enquanto BH apresenta 15,79%.

Há uma expectativa que essa situação melhore ainda mais, uma vez que os dados entre 1980 a 1991 mostram que as crianças têm-se dedicado mais ao estudo (tabela 13).

Porém, há três exceções em que aumentou o número de crianças que trabalham, sendo essas: Baronesa, Meneses e Vila Esportiva.

Tabela 13 – Indicadores da Dimensão Infância por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991

Campo	Infância			
	Crianças de 7 a 14 anos que não estudam (%)		Crianças de 10 a 14 anos que trabalham (%)	
	1980	1991	1980	1991
Serra Verde	14,16	8,2	4,21	3,6
São Benedito	26,75	13,71	6,63	3,08
Justinópolis/Areias	23,19	15,03	10,45	4,52
Maria Helena	24,19	13,34	6,82	4,9
Nova América	16,68	10,69	3,44	2,14
SESC	17,36	12,5	9,09	5,43
Cristina		13,43	0	3,19
Baronesa	28,03	14,62	4,64	5,2
Meneses	21,74	15,77	4,17	4,33
Morro Alto		21,96	0	8,17
Vila Esportiva/Hipódromo	34,09	25,8	3,03	6,14
Centro Vespasiano/Angicos	25,8	14,03	5,56	4,4
São José da Lapa/ICAL	19,41	9,25	6,26	4,31
Periferia RMBH				
Belo Horizonte	11,3	10,2	5,9	4,3
Santa Luzia	23,6	16	6,8	3,9
Ribeirão das Neves	26,7	14,7	7,4	4,8
Vespasiano	25,7	16,4	5,3	5,3

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Entretanto, o que mais preocupa, em relação à escolaridade na área de influência, é a carência de indivíduos com mais de 11 anos de estudo. Essa situação pode ser justificada pela ausência de instituições na região, que ofereçam cursos superiores e/ou técnicos, fazendo com que a mão-de-obra local fique desqualificada e muito aquém das oportunidades de emprego, que surgirão na região.

Desta maneira, pode-se identificar a falta de oferta de instituições de ensino como a principal responsável pela baixa escolarização da população residente na AI. A maior oferta é para o ensino fundamental, onde se encontra a maior concentração de pessoas com algum grau de instrução. Esta análise também evidencia a necessidade de maior oferta de cursos profissionalizantes, que quase inexistem nas áreas de influência e que poderiam melhorar a colocação profissional destas pessoas no mercado de trabalho.

Índices sintéticos tais como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o ICV são construídos a partir de uma série de variáveis sócioeconômicas capazes de evidenciar a qualidade de vida de determinadas populações, quanto mais próximo de 1 é o IDH e o ICV melhor qualidade de vida observada. De acordo com o ICV, observam-se melhorias em todas as unidades analisadas, quando comparados os anos de 1980 e 1991, o mesmo ocorre em relação aos municípios referência (Tabela). As unidades de maior ICV em 1991 foram: Serra Verde (0.793); Centro Vespasiano/Angicos (0.766). O pior índice observado no ano de 1991 se refere à região da Vila Esportiva/Hipódromo: 0.64. Entre os municípios referência, BH apresentou o melhor ICV tanto em 1980 quanto em 1991: 0.738 e 0.805 respectivamente.

Tabela 14 – Índice de Condições de Vida por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991

Campo	ICV	
	1980	1991
Serra Verde	0,703	0,793
São Benedito	0,593	0,714
Justinópolis/Areias	0,558	0,697
Maria Helena	0,574	0,707
Nova América	0,643	0,761
SESC	0,641	0,737
Cristina		0,762
Baronesa	0,588	0,668
Meneses	0,564	0,72
Morro Alto		0,662
Vila Esportiva/Hipódromo	0,5	0,64
Centro Vespasiano/Angicos	0,679	0,766
Periferia RMBH		
Belo Horizonte	0,738	0,805
Santa Luzia	0,630	0,710
Ribeirão das Neves	0,559	0,679
Vespasiano	0,650	0,694

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Houve também aumento considerável na expectativa de vida e redução da mortalidade infantil, na região da área de influência. A unidade com maior esperança de vida ao nascer, no ano de 1991, foi o Centro Vespasiano/Angicos: 66,08 anos. Dentre os municípios referência, Ribeirão das Neves apresentou a maior esperança de vida ao nascer, no ano de 1991: 79,49 anos. Destaca-se que a taxa de mortalidade infantil no campo da Vila Esportiva/Hipódromo caiu de 138 para 51,45 e de 99,5 para 44,22 em Justinópolis/Areias, ao longo dos anos oitenta. Nos municípios, a maior queda se deu

em Belo Horizonte: 71,9 para 35,18 no mesmo período.

Tabela 15– Indicadores da Dimensão Longevidade por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991

Campo	Longevidade			
	Esperança de vida ao nascer (anos)		TMI (taxa mortalidade Infantil por mil nascidos vivos)	
	1980	1991	1980	1991
Serra Verde	56,12	63,89	71,12	34,34
São Benedito	55,87	61,98	72,53	42,1
Justinópolis/Areias	51,47	61,49	99,5	44,22
Maria Helena	51,76	61,49	97,61	44,22
Nova América	53,75	61,85	84,94	42,65
SESC	53,42	61	87	46,38
Cristina		61,07		46,05
Baronesa	55,87	61,71	72,53	43,25
Meneses	51,76	61,49	97,61	44,22
Morro Alto		58,68		57,25
Vila Esportiva/Hipódromo	46,27	59,88	138,02	51,45
Centro Vespasiano/Angicos	56,84	66,08	67,2	26,31
São José da Lapa/ICAL	55,87	62,37	72,53	40,47
Periferia RMBH				
Belo Horizonte	55,98	63,67	71,9	35,18
Santa Luzia	55,17	61,14	76,53	45,73
Ribeirão das Neves	54,66	62,07	79,49	41,71
Vespasiano	56,12	63,07	71,12	37,62

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Com os dados de educação e saúde, pode-se perceber uma significativa melhoria da região. Entretanto, a melhoria não está atrelada ao aumento da renda, mas a uma expansão da oferta de políticas sociais, uma vez que essa região ainda se encontra aquém do restante da capital, perpetuando-se a situação de bolsão de pobreza.

Tabela 16 – Indicadores da Dimensão Renda por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991

CAMPO	RENDA			
	RFPC (Renda familiar per capita)		% P (percentual de pobres)	
	1980	1991	1980	1991
Serra Verde	1,24	1,05	0,20	0,33
São Benedito	0,83	0,76	0,35	0,45
Justinópolis/Areias	0,76	0,66	0,38	0,49
Maria Helena	0,83	0,71	0,31	0,45
Nova América	0,99	0,95	0,27	0,35
SESC	0,98	1,00	0,25	0,32
Cristina		0,84		0,38
Baronesa	0,90	0,69	0,29	0,48
Menezes	0,83	0,74	0,28	0,45
Morro Alto		0,55		0,61
Vila Esportiva/Hipódromo	0,68	0,61	0,54	0,57
Centro Vespasiano/Angicos	1,62	1,01	0,30	0,39
São José da Lapa/ICAL	0,99	0,91	0,30	0,35
Periferia RMBH				
Belo Horizonte	2,51	2,34	14,3	24,43
Santa Luzia	1,06	0,82	29,64	44,39
Ribeirão das Neves	0,83	0,7	37,29	51,38
Vespasiano	1,24	0,79	34,58	48,34

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

c) Infra-Estrutura Urbana:

Entre os anos de 1980 a 1991, houve uma considerável melhora nas condições de habitação na área de influência, haja vista a queda acentuada do número de pessoas por dormitório, como também melhorias no abastecimento de água e esgoto; porém essas áreas possuem uma infra-estrutura urbana bem inferior às outras regiões de Belo Horizonte, caracterizando-se por ainda ser uma área de extrema pobreza.

Tabela 17– Indicadores da Dimensão Habitação por Unidades e Campos da RMBH/1980-1991

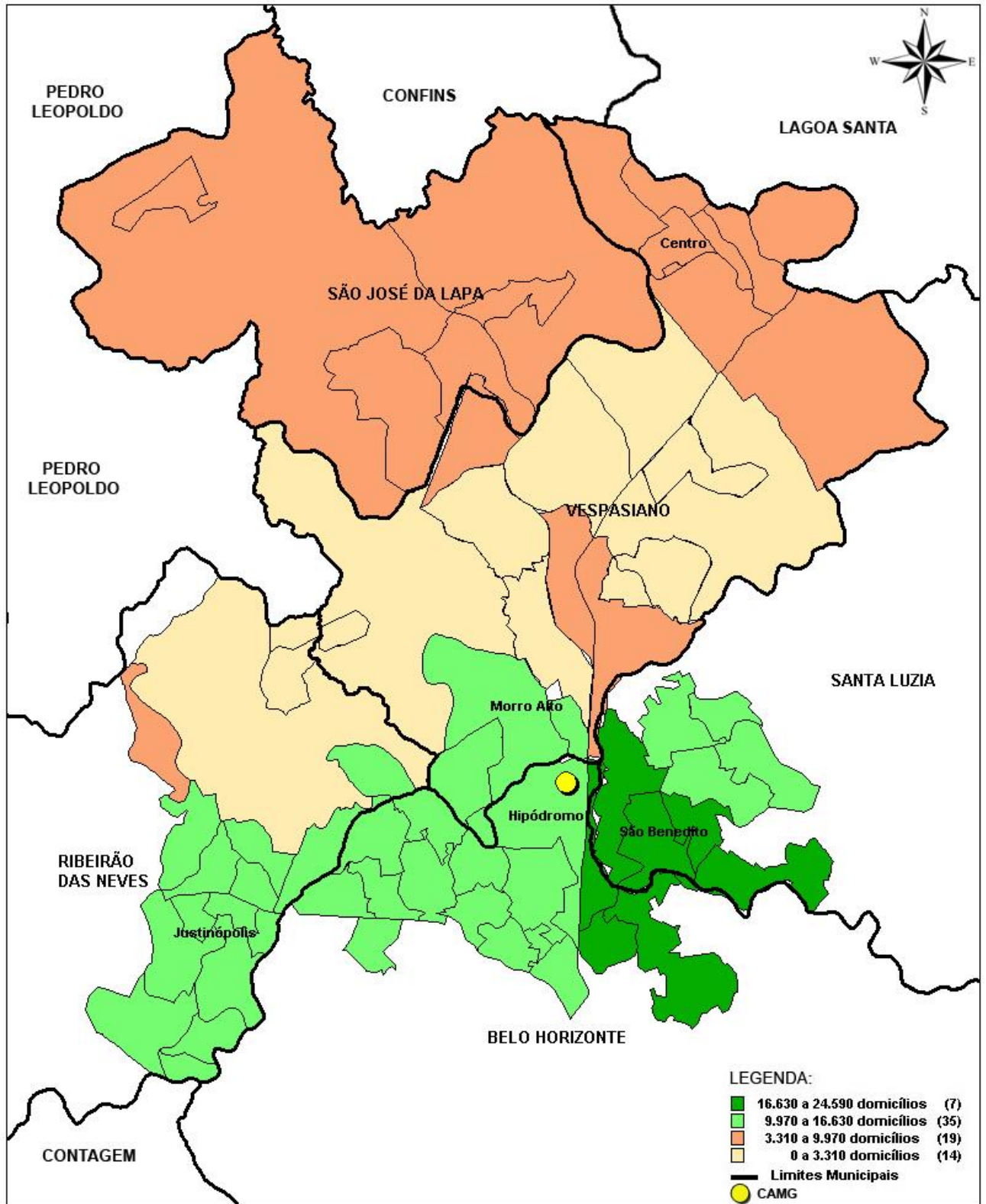
Campo	Habitação					
	Mais de 2 pessoas por dormitório (%)		Abastecimento adequado de água (%)		Abastecimento adequado esgoto (%)	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Serra Verde	46,65	21,69	65,76	94,89	25,25	86,06
São Benedito	68,55	33,49	29,66	89,22	4,52	46,52
Justinópolis/Areias	69,02	34,86	23,38	87,86	1,91	65,52
Maria Helena	66,3	29,56	14,27	89,89	2,33	52,87
Nova América	55,48	26,54	52,7	94,34	10,71	73,6
SESC	51,7	28,7	60,67	90,59	9,12	53,51
Cristina		23,47		98,26		95,07
Baronesa	64,14	41,09	23,1	85,63	2,46	3,25
Meneses	71,76	36,7	5,29	81,56	0	76,44
Morro Alto		45,98		93,64		84,8
Vila Esportiva/Hipódromo	77,29	41,08	4,47	81,85	0	19,94
Centro						
Vespasiano/Angicos	44,08	19,06	66,43	86,51	23,74	65,35
São José da Lapa/ICAL	42,98	24,1	70,64	89	17	27,92
Periferia RMBH						
Belo Horizonte	36	19,2	75,8	94,4	53,6	81,9
Santa Luzia	53,8	31,1	45,6	90,7	26,9	61,7
Ribeirão das Neves	69,9	34,7	18,8	87,1	6,2	44,8
Vespasiano	50,3	32,1	59,3	90,1	18	49,7

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Em relação à AI (Figura 14), o maior número de domicílios é encontrado na unidade urbanística do São Benedito (entre 16.630 e 24.590 domicílios). Já as unidades urbanísticas de Angicos (Vespasiano) e Areias (Ribeirão das Neves) possuem o menor número de domicílios, chegando ao máximo de 3.310. Assim, com relação às unidades urbanísticas componentes da área de influência, o sentido da concentração dos domicílios é muito claro: ao sul e no entorno do empreendimento (exceto ao norte), tem-se áreas mais urbanizadas e que concentram um número maior de domicílios – quanto mais próximas do Município de Belo Horizonte, maior o número de domicílios. Quanto mais se afasta da área do empreendimento, no sentido norte, menor é a concentração de domicílios. Sendo assim, as localizadas ao norte do empreendimento apresentam um número menor de domicílios, com uma contraposição clara: quanto mais próxima dos centros urbanos ao norte do empreendimento (centro de São José da Lapa e Centro de Vespasiano), maior o número de domicílios, enquanto que as regiões entre a área do empreendimento e estes centros urbanos apresentam número bastante baixo de domicílios, caracterizando-se, portanto, uma área menos urbanizada e menos

densamente ocupada – indicando claramente o possível sentido da expansão urbana na região (RIMA. 2006)

Figura 14- Número de Domicílios na Área de Influência



Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

A grande maioria dos imóveis na região são casas próprias pagas ou em pagamento (86,5%). Os outros 13,5% dos imóveis têm caráter temporário, ou seja, ou são cedidos ou alugados. Essas pessoas que moram nesse tipo de imóvel são as primeiras a abandonar a área, uma vez que a especulação imobiliária afeta os valores dos aluguéis, assim os moradores que geralmente são de baixo poder aquisitivo não terão como pagar os reajustes dos aluguéis para permanecer na área. Enquanto os que são donos dos imóveis têm também incentivo a abandonar a área, pois terão suas casas valorizadas, sendo essas com baixo nível de infra-estrutura urbana. Dessa forma, eles vendem suas casas para se deslocar para áreas com um nível de infra-estrutura um pouco melhor.

Tabela 18– Regime de Ocupação Domiciliar (AI)

Unidades urbanísticas	Próprio Pago		Próprio em Pagamento		Alugado		Cedido		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angicos	2616	87,0	75	2,5	94	3,1	75	2,5	149	5,0	3008	100,0
Areias	1615	88,3	0	0,0	150	8,2	63	3,4	0	0,0	1828	100,0
Coqueiros	11635	91,5	101	0,8	604	4,7	379	3,0	0	0,0	12719	100,0
Cristina/Palmital	5475	37,5	8383	57,4	214	1,5	315	2,2	0	0,0	14601	100,0
Industrial/Centro/Caieiras	4041	66,9	1259	20,8	548	9,1	194	3,2	0	0,0	6042	100,0
Justinópolis	9263	85,2	0	0,0	1082	10,0	499	4,6	30	0,3	10874	100,0
Maria Helena	9971	85,9	118	1,0	1102	9,5	423	3,6	0	0,0	11614	100,0
Menezes	3078	79,5	0	0,0	440	11,4	352	9,1	0	0,0	3870	100,0
Morro Alto/Nova Pampulha	11673	81,0	889	6,2	1020	7,1	657	4,6	172	1,2	14411	100,0
Nova América/SESC	12113	79,6	323	2,1	2171	14,3	556	3,7	47	0,3	15210	100,0
São Benedito	20016	81,4	418	1,7	2262	9,2	1843	7,5	51	0,2	24590	100,0
São José da Lapa	2760	85,7	0	0,0	324	10,1	135	4,2	0	0,0	3219	100,0
Serra Verde/Parque São Pedro	7336	70,3	1313	12,6	1147	11,0	312	3,0	328	3,1	10436	100,0
Vassourão	2119	85,3	18	0,7	64	2,6	266	10,7	18	0,7	2484	100,0
Vila Esportiva	3167	90,4	0	0,0	336	9,6	0	0,0	0	0,0	3503	100,0
Área de Influência - Total	106878	77,2	12897	9,3	11558	8,4	6068	4,4	795	0,6	138409	100,0

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente, 2006).

É importante atentar que as unidades habitacionais que apresentam as mais baixas rendas são aquelas que apresentam os maiores índices de propriedade dos seus imóveis e, inversamente, as de renda média e *per capita* mais altas, como o caso de Serra Verde, as que apresentam os menores percentuais¹¹. Estes apresentam a característica especial de já estarem quitados, à exceção da unidade urbanística Cristina/Palmital, que mostra um índice de financiamento de imóveis de 57,4%. Já os

¹¹ O dado propriedade dos imóveis deve ser relativizado e conjugado com a legislação urbana e seu caráter, formal ou informal.

índices de imóveis cedidos são inexpressivos para todas as áreas.

Tabela 19 – Atendimento de Energia Elétrica (AI)

Unidades urbanísticas	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angicos	2820	93,8	188	6,3	3008	100,0
Areias	1828	100,0	0	0,0	1828	100,0
Coqueiros	12651	99,5	68	0,5	12719	100,0
Cristina/Palmital	14364	98,4	237	1,6	14601	100,0
Industrial/Centro/Caieiras	6042	100,0	0	0,0	6042	100,0
Justinópolis	10720	98,6	154	1,4	10874	100,0
Maria Helena	11538	99,3	76	0,7	11614	100,0
Menezes	3870	100,0	0	0,0	3870	100,0
Morro Alto/Nova Pampulha	14352	99,6	59	0,4	14411	100,0
Nova América/SESC	15210	100,0	0	0,0	15210	100,0
São Benedito	24494	99,6	96	0,4	24590	100,0
São José da Lapa	3185	98,9	34	1,1	3219	100,0
Serra Verde/Parque São Pedro	10436	100,0	0	0,0	10436	100,0
Vassourão	2476	99,7	8	0,3	2484	100,0
Vila Esportiva	3428	97,9	75	2,1	3503	100,0
Área de Influência - Total	137413	99,3	996	0,7	138409	100,0

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Tabela 20 – Abastecimento de Água (AI)

Unidades urbanísticas	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angicos	3008	100,0	0	0,0	3008	100,0
Areias	1828	100,0	0	0,0	1828	100,0
Coqueiros	11954	94,0	765	6,0	12719	100,0
Cristina/Palmital	14387	98,5	214	1,5	14601	100,0
Industrial/Centro/Caieiras	5997	99,3	45	0,7	6042	100,0
Justinópolis	10782	99,2	92	0,8	10874	100,0
Maria Helena	11538	99,3	76	0,7	11614	100,0
Menezes	3694	95,5	176	4,5	3870	100,0
Morro Alto/Nova Pampulha	14248	98,9	163	1,1	14411	100,0
Nova América/SESC	15210	100,0	0	0,0	15210	100,0
São Benedito	24537	99,8	53	0,2	24590	100,0
São José da Lapa	3219	100,0	0	0,0	3219	100,0
Serra Verde/Parque São Pedro	10413	99,8	24	0,2	10436	100,0
Vassourão	2484	100,0	0	0,0	2484	100,0
Vila Esportiva	3503	100,0	0	0,0	3503	100,0
Área de Influência - Total	136802	98,8	1607	1,2	138409	100,0

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Os dados das tabelas 19 e 20 mostram que o abastecimento de água e energia elétrica é próximo às 100% na região de influência. Entretanto, a área ainda apresenta sérios déficits de infra-estrutura em relação a saneamento básico, coleta de lixo e

pavimentação das ruas. A coleta de lixo é um serviço extremamente desigual e deficitário na AI, pois há bairros com aproximadamente todas as casas com coleta de lixo, enquanto bairros como Angicos e Coqueiros com 59% e 39,2% de casas sem coleta de lixo.

Enquanto, cerca de 20% dos domicílios na área de influência sofrem com carência em saneamento básico, mostrando toda a deficiência do governo em prover um serviço público de qualidade para a região, os exemplos mais alarmantes são dos bairros Vassourão e Angicos com 97% e 89,4% das casas sem saneamento básico, respectivamente. Outro problema sério da região é ausência de pavimentação com aproximadamente 25% das ruas das casas sem nenhum tipo de calçada.

Tabela 21 – Saneamento Básico – Rede de Esgoto (AI)

Unidades urbanísticas	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angicos	318	10,6	2690	89,4	3008	100,0
Areias	1647	90,1	181	9,9	1828	100,0
Coqueiros	8431	66,3	4288	33,7	12719	100,0
Cristina/Palmital	14320	98	281	1,9	14601	100,0
Industrial/Centro/Caieiras	5783	95,7	259	4,3	6042	100,0
Justinópolis	9931	91,3	943	8,7	10874	100,0
Maria Helena	11191	96,4	423	3,6	11614	100,0
Menezes	3254	84,1	616	15,9	3870	100,0
Morro Alto/Nova Pampulha	9038	62,7	5373	37,3	14411	100,0
Nova América/SESC	13482	88,6	1728	11,4	15210	100,0
São Benedito	22567	91,8	2023	8,2	24590	100,0
São José da Lapa	1329	41,3	1890	58,7	3219	100,0
Serra Verde/Parque São Pedro	8750	83,8	1686	16,2	10436	100,0
Vassourão	74	3,0	2411	97,0	2484	100,0
Vila Esportiva	298	8,5	3205	91,5	3503	100,0
Área de Influência - Total	110414	79,8	27995	20,2	138409	100,0

Fonte: Pesquisa Origens e Destinos - Fundação João Pinheiro. 2002.

Tabela 22 – Coleta de Lixo (AI)

Unidades urbanísticas	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angicos	1235	41,0	1773	59,0	3008	100,0
Areias	1577	86,3	251	13,7	1828	100,0
Coqueiros	7729	60,8	4990	39,2	12719	100,0
Cristina/Palmital	14601	100,0	0	0,0	14601	100,0
Industrial/Centro/Caieiras	5956	98,6	86	1,4	6042	100,0
Justinópolis	10365	95,3	509	4,7	10874	100,0
Maria Helena	10977	94,5	637	5,5	11614	100,0
Menezes	3166	81,8	704	18,2	3870	100,0
Morro Alto/Nova Pampulha	10799	74,9	3613	25,1	14411	100,0
Nova América/SESC	15046	98,9	164	1,1	15210	100,0
São Benedito	24154	98,2	436	1,8	24590	100,0
São José da Lapa	3150	97,9	69	2,1	3219	100,0
Serra Verde/Parque São Pedro	10100	96,8	336	3,2	10436	100,0
Vassourão	2433	98,0	51	2,0	2484	100,0
Vila Esportiva	3428	97,9	75	2,1	3503	100,0
Área de Influência - Total	124716	90,1	13693	9,9	138409	100,0

Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Tabela 23 – Domicílios por tipo de Pavimentação (AI)

Unidades urbanísticas	Asfalto		Calçamento		Não Tem		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angicos	395	13,10	14	5,00	2463	81,90	3008	100,00
Areias	1254	68,60	0	0,00	574	31,40	1828	100,00
Coqueiros	3322	26,12	2546	20,02	6851	53,86	12719	100,00
Cristina/Palmital	6874	47,08	7589	51,98	138	0,95	14601	100,00
Industrial/Centro/Caieiras	6042	100,00	0	0,00	0	0,00	6042	100,00
Justinópolis	7451	68,52	821	7,55	2602	23,93	10874	100,00
Maria Helena	4517	38,89	1732	14,91	5366	46,20	11614	100,00
Menezes	1407	36,36	0	0,00	2463	63,64	3870	100,00
Morro Alto/Nova Pampulha	7345	50,97	2467	17,12	4600	31,92	14411	100,00
Nova América/SESC	13113	86,21	439	2,89	1658	10,90	15210	100,00
São Benedito	16209	65,92	3540	14,40	4842	19,69	24590	100,00
São José da Lapa	2398	74,50	512	15,91	309	9,60	3219	100,00
Serra Verde/Parque São Pedro	8330	79,82	831	7,96	1275	12,22	10436	100,00
Vassourão	1548	62,32	279	11,23	657	26,45	2484	100,00
Vila Esportiva	2273	64,89	1155	32,97	75	2,14	3503	100,00
Área de Influência - Total	82478	59,59	21925	15,84	33873	24,47	138409	100,00

Fonte RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

d) Pesquisa *Survey*:

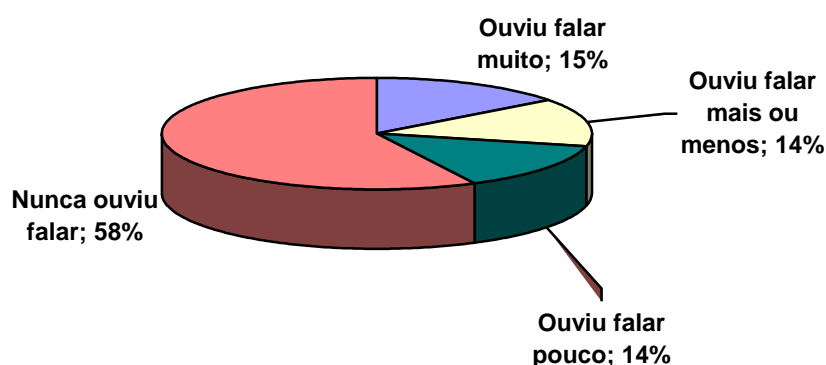
A pesquisa *Survey* foi uma pesquisa de opinião, realizada entre os dias 21 de Outubro e 26 de Outubro pela LUME, consultoria que realizou o RIMA, tendo como objetivo captar as opiniões da população do entorno sobre o empreendimento. Para a pesquisa, foram selecionadas 408 pessoas de forma aleatória entre os municípios de Vespasiano, Belo Horizonte e Santa Luzia. Essa pesquisa abordou assuntos como principais pontos positivos e negativos da região, percepções quanto

ao que mudará após o empreendimento e outros. Porém, vamos nos ater a algumas informações que podem ser úteis na análise final do trabalho.

Segundo os entrevistados, os principais aspectos positivos da região são: o transporte coletivo, o comércio local e surpreendentemente as escolas. Os moradores classificaram as escolas como boas, mas a ausência de cursos profissionalizantes foi apontada por eles, como um aspecto negativo, uma vez que os homens do entorno demandam cursos principalmente em computação (38%), mecânica (10%) e enfermagem (6%). Outros pontos negativos do entorno são: falta de área para lazer, segurança e ausência de policiamento nas ruas.

A maioria dos entrevistados (58%) nunca tinha ouvido falar no projeto, o que impressiona a falta de conhecimento diante do projeto e a possível falta de comunicação do governo com associações de bairro, para discutir os termos da implementação do Centro Administrativo. Porém, aqueles que tinham alguma informação avaliaram como positiva o empreendimento na região, apontando a geração de emprego e melhoria da segurança como principais vantagens. Entretanto, também apontaram como o aumento do trânsito, poluição e moradores desconhecidos como principais impactos negativos.

Figura 15: Conhecimento Prévio sobre o CAMG

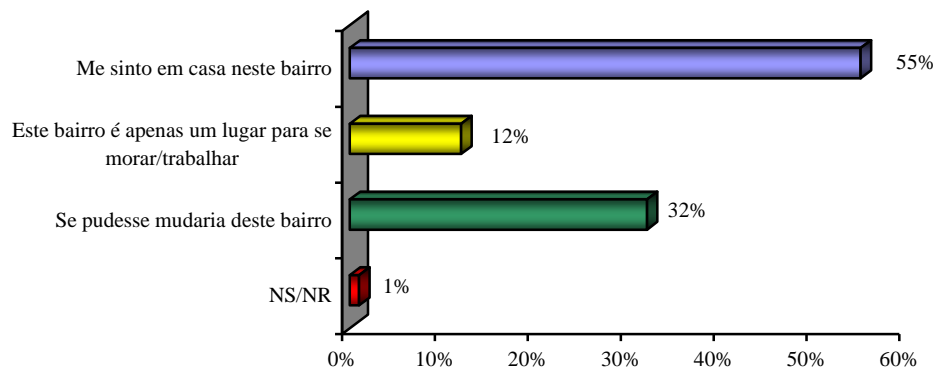


Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Um dado que chama atenção foi à relação do morador com o bairro, uma vez que há um número significativo pessoas (44%), que tem pouca identidade com o

bairro, possivelmente esse grupo vai abandonar o local, assim que houver as primeiras valorizações imobiliárias:

Figura 16 – Sentimento em relação ao bairro



Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

Outros dados que podem ser interessantes é o pouco engajamento dos moradores com as associações de bairro (figura 17), mostrando uma possível fraqueza da população em reivindicar alguma proteção estatal contra a especulação imobiliária.

Figura 17 - Conhecimento da Associação de Moradores do bairro



■ Sim ■ Não ■ NS/NR

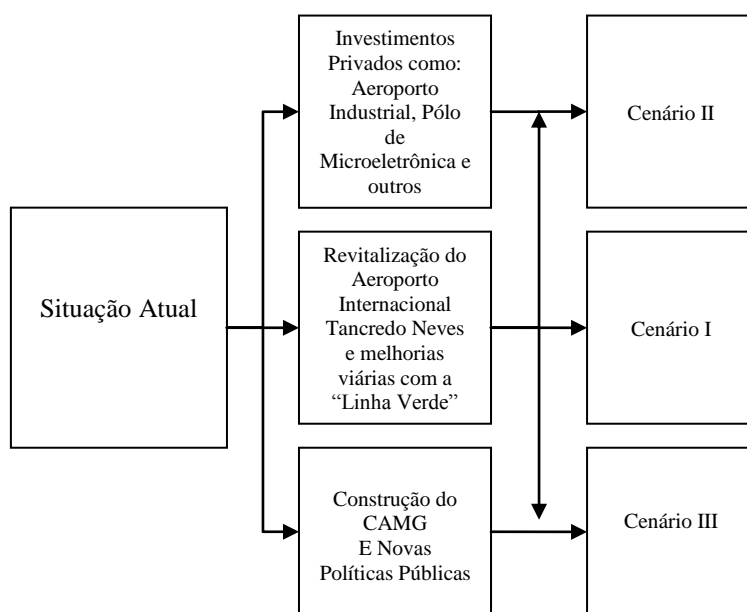
Fonte: RIMA (Relatório de Impacto Ambiente. 2006).

4.3 Mais um RIMA “Justificativo”:

O RIMA consolidou um completo e minucioso estudo sobre o cenário atual da região do entorno do Centro Administrativo de Minas Gerais, através de dados socioeconômicos, descrevendo a real situação de pobreza e a inferioridade dessa região, comparado-se com outras localidades de Belo Horizonte, como demonstrado na seção anterior.

Depois desse exaustivo trabalho de descrição da situação atual, o RIMA propôs a construção de três cenários, como demonstrado na figura abaixo, para uma possível situação da área em 2026. Cada cenário está atrelado a uma situação inicial, assim gerando diferentes impactos na região.

Figura 18-Construção de cenários:



Fonte: elaboração do autor.

O cenário I consiste nas ações e obras já em andamento, ou seja, a retomada do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e a ampliação e melhoria do acesso viário (Linha Verde). Nessa previsão não inclui o projeto do Centro Administrativo e nem outros possíveis investimentos privados como, por exemplo, aeroporto-industrial.

Assim, com essa situação inicial atrelada à conclusão das obras em andamento, os autores do RIMA apostam na permanência do *status quo*, ou seja, a continuação do

desenvolvimento da área mediante compra e venda de lotes baratos, e um crescimento demográfico acima da média das outras localidades de Belo Horizonte¹².

Haverá, nesse cenário, uma grande expansão da ocupação da área por pessoas com menos recursos, esses demandarão do governo uma série de melhorias de infraestrutura. Entretanto, a expansão de serviços oferecida pelo Estado será muito aquém do necessário, deteriorando ainda mais a qualidade de vida das pessoas que ocupam a região. Dessa forma, perpetuará a expansão da pobreza, e reduzirá a qualidade dos índices socioeconômicos da área, caracterizando-a como um bolsão de pobreza da região metropolitana.

No cenário II, elaborado pelo RIMA, além das ações em andamento haverá uma série de investimentos privados como: o aeroporto industrial, pólo de microeletrônica, o empreendimento do *Precon Park* e outros.

Assim, a região norte ganhará um novo dinamismo econômico, transformando-se num pólo da indústria de alta tecnologia, atraindo uma série de outros investimentos públicos e privados, principalmente com instalação de condomínios sofisticados de alto luxo, dotados de todas as infra-estruturas urbanas, tão carentes no passado. Dessa forma, esses investimentos teriam impacto decisivo na valorização imobiliária da região, o que pode ocasionar a expulsão dos mais pobres (fenômeno da gentrificação urbana). Os autores do RIMA classificam como predatória a ocorrência do cenário II, no qual o desenvolvimento local estará à mercê das leis do mercado (livre jogo do mercado), fazendo com que a qualidade de vida dos habitantes dependa exclusivamente dessas leis.

A população originária da área do entorno, expulsa pelo capital imobiliário, migrará para regiões ainda mais distantes, como, por exemplo, os municípios de São José da Lapa e Vespasiano.

O cenário III é o único cenário produzido pela equipe do RIMA, que reflete a construção do Centro Administrativos e seus impactos para área. Porém, esse cenário vem acompanhado de um conjunto de medidas e políticas¹³ propostas pelo próprio RIMA, para amenizar os possíveis impactos negativos da implementação do projeto. Além dessas políticas, é apontada pelo mesmo como vital a criação de uma agência

¹² O RIMA estima que a população do entorno do empreendimento chegará a 3.172.121 pessoas em 2026.

¹³ O RIMA propôs uma série de políticas para amenizar os impactos negativos, sendo essas: programa de infra-estrutura urbana, apoio habitacional, apoio a cultura, lazer e integração social, apoio ao desenvolvimento sustentável do vetor norte, apoio a profissionalização e programa de reassentamento de famílias.

metropolitana¹⁴ (representando as cinco cidades envolvidas), que poderia responder com mais agilidade e eficiência aos problemas urbanos, oriundos da construção do CAMG na área, maximizando os impactos positivos e minimizando os negativos.

Assim, os autores do RIMA acreditam que o vetor norte poderia ter um crescimento planejado e sustentável, sem onerar a população de baixa renda com sua expulsão (gentrificação urbana), uma vez que haveria um programa habitacional, que permitiria uma ocupação por um público diversificado (convívio pacífico de condomínios luxuosos com unidades de habitação popular).

A transferência de sua sede administrativa para uma região de pobreza, reconhecida e negligenciada por anos, demonstra uma tentativa do governo de incluir socialmente o vetor norte nas políticas sociais, ou seja, através de uma melhoria de serviços prestados pelo governo no local. Essa expansão de serviços aumentaria a qualidade da vida dos que habitam o entorno do empreendimento, como também aumentaria a identidade cultural do morador com o bairro, uma vez que o Centro Administrativo há de se tornar um ícone de todo o Estado.

Entretanto, a meu ver, pode-se problematizar a criação de apenas três cenários pelo RIMA, uma vez que se pressupõe o completo sucesso das políticas elaboradas pelo próprio relatório, para minimizar os impactos negativos. Assim, o RIMA estaria negligenciando um quarto ou até mesmo um quinto cenário, proveniente das falhas desses programas propostos.

Esse mundo fantástico, elaborado pelos autores do RIMA, rompe com a realidade histórica do planejamento nacional, no qual interesses escusos das classes dominantes sempre permeiam as ações do Estado. Todavia, no último cenário criado pelo relatório e o único que aborda o CAMG (alvo central do próprio RIMA), conta com um Estado totalmente benevolente, que age somente pelo benefício da população. Será ingenuidade de alguns dos melhores doutores, dotados de tanto conhecimento ou o próprio RIMA poderia ser questionado como um instrumento de interesse escusos?

Os relatórios de impacto ambiental surgiram no Brasil (importado dos países desenvolvidos) como um instrumento para aprovação dos projetos regulamentados nos anos de 1980. Esses estudos são feitos para avaliar os impactos no meio ambiente e meio antrópico, que um projeto pode exercer sobre a localidade. Esse instrumento

¹⁴ A Agência Metropolitana foi criada pela lei complementar 107/2009 em 12/01/09.

ganhou legitimidade, devido à maior preocupação no final século com as questões ambientais.

“Normalmente, comenta-se que nem o sistema internacional, baseado em Estados soberanos, nem a estrutura da gestão do estado moderno, baseada em políticas setoriais, têm condições de abordar corretamente os problemas ambientais colocados em suas agendas, por serem esses em sua maioria de tipo transnacional e transetorial.” (LEIS. 1997)

Entretanto, pode-se supor que no Brasil esse instrumento só tem caráter “justificativo”, na implementação de algum projeto, ou seja, esse instrumento não tem sido utilizado para aprovar os projetos, mas para justificar sua implementação. Os relatórios, em nenhum momento, questionam a necessidade da implementação dos projetos, buscando sempre soluções conciliatórias, que evitem o conflito com os governos, adquirindo um caráter reformista, tornando-se um instrumento com pouco poder funcional, e servindo meramente para mostrar para a população que algo tem sido feito para preservar o meio ambiente.

“Estudos desse tipo não permitem que a avaliação do impacto seja (como deveria ser) um subsídio prévio (ex-ante) à definição final do projeto, e não uma rotina burocrática onde a realização ou não da audiência pública faz pouca diferença” (LEIS. 1997)

Dessa forma, o RIMA tem sido feito para legitimar obras. Devido sua complexidade técnica, poucas pessoas da população têm capacidade de entender o que foi levado em conta pelo estudo, e o governo tende a esconder as partes negativas. O governo vem desvirtualizando uma ferramenta importante de avaliação *ex-ante*, e usando-o para somente legitimar suas ações.

O RIMA deveria ser amplamente discutido pela população em debates, no intuito de buscar o aperfeiçoamento das ações estatais de real interesse da maioria da população.

4.4 Concepção Urbana e Impactos da Construção do Centro Administrativo de Minas Gerais no Vetor Norte de Belo Horizonte:

No trabalho, buscou-se apontar algumas contradições e críticas à construção do Centro Administrativo de Minas Gerais no vetor norte de Belo Horizonte. Essas problemáticas basearam-se em três eixos centrais: o primeiro, referente à concepção urbanística do projeto, enquanto os segundo e terceiro eixos referem-se respectivamente à possível catalisação da deterioração do centro urbano e os impactos negativos na área.

A concepção urbanística pode ser considerada ultrapassada, uma vez que o projeto retoma as ideias modernistas, inspiradas na “Carta de Atenas” de Le Corbusier e a concepções de cidade-monumento como meio de resolver os problemas urbanos. Entretanto, o modernismo já havia sido objeto de crítica desde a década de 70.

Dentre as várias concepções e tendências no planejamento urbano e urbanismo, nas últimas décadas, pode-se destacar o desuso do zoneamento funcional nos moldes da “Carta de Atenas” e, ao contrário disso, a flexibilização da legislação de controle de uso e ocupação do solo, tendo em vista garantir a diversidade de usos e de atividades urbanas, nas diferentes áreas da cidade, como fatores para propiciar a vitalidade e segurança urbana. Além disso, uma tendência geral é a preocupação com os impactos ambientais e a previsão de mecanismo de mitigação destes impactos, ao lado da participação da população nas intervenções urbanas. Esta última tendência evidencia-se em diversos países, e tem importância crucial no Brasil, como a própria Constituição de 88 e o Estatuto da Cidade denotam. Nestes termos, como posto por Villaça (1999), o grande eixo de mudança do planejamento urbano no país refere-se à incorporação da participação nos processos de elaboração dos planos e intervenções.

Já se destacou, neste trabalho, também a tendência de intervenção do governo na cidade, completamente distinta das ideias modernistas, uma vez que o planejamento convencional das décadas de 50 e 60 (modernista) de limitar e orientar o crescimento econômico urbano não mais condizia com a realidade da época, já que o mundo não apresentava um crescimento tão próspero, como nas décadas anteriores.

Dessa forma, o novo foco do planejamento mundial passou a ser: criar instrumentos capazes de tornar as cidades atraentes para o investimento privado. Assim, os governos locais, no intuito de transformar suas cidades em cidades realmente competitivas passaram a atuar de forma descentralizada e transparente, não mais limitando e orientando o crescimento, deixando ao mercado decidir, onde melhor alocar seus recursos.

Entretanto, Minas com o que eu denomino a construção da “Mini-Brasília” retoma as ideias modernistas, indo no contra-fluxo das concepções vigentes. A

construção do CAMG é um empreendimento de grande complexidade técnica e financeira, que será usada como o “marco” do segundo mandato do atual governador.

Há diversas semelhanças entre Brasília e o CAMG, uma vez que possuem similar justificativa e concepção urbana, ou seja, ambos os projetos foram considerados vitais para o desenvolvimento integrado de todas as áreas dos respectivos governos. Assim, JK justificava a construção de Brasília como forma de desenvolver e integrar parte esquecida do Brasil (influência modernista de orientar o desenvolvimento), enquanto Minas tem justificado o CAMG como forma de desenvolver a parte ainda subdesenvolvida da região metropolitana de Belo Horizonte (vetor norte). A outra semelhança é a concepção do urbanismo modernista, que Minas Gerais apesar de meio século depois, retoma em seu projeto. Essas semelhanças ficam mais visíveis na descrição do CAMG por Oscar Niemeyer¹⁵, feita em uma audiência pública realizada pelo RIMA.

“Em Minas Gerais, um clima de idealismo e coragem, como nos velhos tempos de JK, volta a surgir, com a decisão do Governador Aécio Neves de criar o novo Centro Administrativo, com a construção de um conjunto tão imponente, que previu uma avenida passando diante dele a demonstrar como a arquitetura pode simplificar as questões mais complexas que um centro administrativo envolve. É preciso não ter medo da monumentalidade, é o que já dizia Le Corbusier. Isso permitiu que, com apenas dois grandes prédios e o Palácio, se realizasse o Centro Administrativo desejado, sem ocupar demasiadamente o terreno, preservando-se a boa relação que deve existir entre a arquitetura e os espaços livres. Os espaços livres fazem parte da arquitetura. Só no Palácio propriamente dito, cabe lembrar a audácia de sua estrutura – quatro colunas a sustentar o edifício. O exemplo da arquitetura a se integrar corajosamente à técnica mais apurada que o concreto pode exhibir. Quanto às Secretarias, vale afirmar que substituí-las por apenas dois prédios é um milagre que só a arquitetura moderna nos permite realizar. O resto, as grandes áreas verdes existentes, demonstra como é possível mantê-las num conjunto tão complexo como é o Centro Administrativo. Concluída a construção, volto a lembrar, os que passarem pela avenida terão a oportunidade de ver, surpresos, esta obra que, com tanto entusiasmo, foi projetada” (OSCAR NIEMEYER, 10 de abril de 2007).

¹⁵ Oscar Niemeyer foi o principal arquiteto responsável pela construção de Brasília, tornando-se ícone da arquitetura modernista pelo mundo. Ele também é o autor do projeto do Centro Administrativo de Minas Gerais.

A “mini-Brasília” dos mineiros pode ser considerada modernista, na medida em que, inspirados nas ideias da “Carta de Atenas”, irão transferir a maior parte de sua sede administrativa para o vetor norte, fazendo da área um pólo ou zona da administração pública estadual. Assim, o Estado incentivará também a transferência daqueles que prestam serviços para a administração pública e dos próprios funcionários, criando na área quatro zonas cada qual com sua funcionalidade. Dessa forma, a primeira, referente ao trabalho no próprio CAMG; a segunda, a habitação dos próprios funcionários, a terceira da prestação de serviços ao Estado e os novos moradores, e por fim, com o Parque Serra Verde, uma área de recreação.

O Estado de Minas, mais uma vez, está reavendo antigas concepções, uma vez que o CAMG fica localizado a aproximadamente 20 km do centro da cidade (ligado principalmente por uma única via de acesso a MG-10), sem ainda um transporte público adequado, através de linhas de ônibus suficientes e o metro. Dessa forma, o governo incentivará o uso massivo do transporte individual, na contramão das ideias contemporâneas de priorização do transporte coletivo, como, por exemplo, Curitiba vem fazendo de forma pioneira, desde a década de 70.

Por fim, como há uma única via de acesso ao CAMG, essa limitação poderá levar a uma situação caótica do transporte urbano da capital mineira. Assim, em vez da prometida eficiência na administração pública, o centro pode incorrer em sinônimo de ineficiência e desmotivação do funcionalismo público. Além disso, governo pode-se colocar em situação de fragilidade diante das greves dos funcionários, uma vez que, ao interromper essa única via, a greve estará paralisando toda a máquina pública. Dessa forma, pode aumentar o poder de barganha dos grevistas perante o Estado.

A outra crítica, também referente à concepção urbana, é sua similaridade com as cidades-monumentos, típicas nas décadas de 30 e 40, já que o governo propôs-se a gastar R\$ 1 bilhão na construção de sua nova sede administrativa, projeto esse elaborado por um dos maiores ícones da arquitetura mundial: Oscar Niemeyer. Assim, pouco se tem falado, entre a opinião pública e os meios de comunicação, sobre as consequências urbanas desse empreendimento, pois o alvo da discussão é a beleza do projeto e a inovadora construção do Palácio com o maior vão aberto do mundo. Outro trecho da declaração de Niemeyer, na audiência pública do RIMA, dá a ideia do monumentalismo da obra: “Acho que este conjunto vai ficar tão belo, tão imponente,

que diante dele criei uma larga rua de passeio-só pedestres-onde o povo satisfeito, possa também apreciar a beleza desta obra que ao meu ver, vai marcar o início da arquitetura monumental que, em certos casos, se faz fundamental”.

Os urbanistas defensores daquele modelo, assim como o governo de Minas, acreditam que a construção de uma imponente sede administrativa poderia resolver o problema do caos urbano, no qual a harmonia visual levaria a harmonia social (enfeitar o caos). Assim, o governo com o CAMG acredita resolver os problemas do histórico bolsão de pobreza do vetor norte.

Entretanto, desde a década de 60 esse estilo de urbanização já havia sido criticado por celebres como: Berman, Mumford e Jacobs, por não resolver os problemas urbanos, mas ser usado somente para mostrar a grandeza ou sucesso de um governo.

Pode-se dizer que Minas está retrocedendo com a construção da “Mini-Brasília”, uma vez que a concepção urbana usada no projeto já entrou em desuso há alguns anos, como descrito por BERMAN, 1982:

“Jane Jacobs escreveu um livro profético sobre esse urbanismo: *Morte e Vida das Grandes Cidades Norte-Americanas*, publicado em 1961. O primeiro, brilhante, argumento de Jane Jacobs é que os espaços urbanos criados pelo modernismo eram fisicamente limpos e ordenados, mas social e espiritualmente mortos; o segundo, que foram tão-só os vestígios da congestão, do barulho e dissonância geral do século XIX que mantiveram viva a vida urbana contemporânea; o terceiro, que o velho “caos” urbano na verdade constituía uma ordem humana maravilhosa rica e complexa, de que os modernistas não se deram conta apenas porque seus paradigmas de ordem eram mecânicos, redutivos e frívolos, por fim, que tudo que passa por modernismo, em 1960, pode logo se tornar evanescente e obsoleto.”

O segundo eixo da crítica refere-se à catalisação do processo de decadência do centro da cidade já em andamento ao longo das últimas décadas. Essa horizontalização das cidades e o abandono dos centros vêm ocorrendo gradativamente, desde que os operários decidiram abandonar os centros em busca da “casa própria”, mesmo que esse sonho fosse mediante lotes irregulares, distantes e com pouca infra-estrutura.

Assim, os centros foram se tornando ociosos durante as noites e finais de semanas, cenário perfeito para a expansão das atividades ilícitas como, por exemplo, o tráfico de drogas, a prostituição e os assaltos. Dessa forma, o centro de Belo Horizonte

tem deixado de ser um espaço de lazer das famílias mineiras, tornando-se um lugar degradado e perigoso. Com medo, a elite mineira vem se refugiando na zona sul através dos condomínios de luxo em Nova Lima e os centros comerciais como o BH Shopping.

Por essa decadência, muitas cidades vêm tentando reaver o prestígio dos centros, através dos grandes projetos urbanos, como, por exemplo, Bahia com a reforma do Pelourinho, Curitiba com a reforma da rua XV de Novembro, Baltimore e Londres. Entretanto, Minas tem executado um grande projeto urbano, que irá, ao contrário dos exemplos acima citados, acelerar o processo de degradação do centro da cidade, uma vez que vai transferir suas sedes administrativas espalhadas pelo centro para o vetor norte. Além disso, possivelmente haverá um esvaziamento da Praça da Liberdade de sua importância simbólica e de referencial para a população, como centro de poder, desde o Plano de Aarão Reis.

Assim, serão aproximadamente 20.000 indivíduos circulando a menos no centro com a construção do CAMG. De acordo com uma pesquisa¹⁶ feita pela coordenação do Centro Administrativo (SEPLAG), cada funcionário público gasta cerca de R\$ 8,80 em alimentação por dia no trabalho; com a transferência para o CAMG, os estabelecimentos de alimentação perderão cerca de 160 mil reais¹⁷ por dia. Pode-se supor um impacto maior se considerarmos a circulação de pessoas ou que prestam serviços ao Estado, ou que precisam de seus serviços.

Em 1970, outro estado brasileiro cometia o mesmo erro; a Bahia, o CAB (Centro Administrativo da Bahia) foi a “gota d’água” para a completa e rápida deterioração do Pelourinho, na década de 80, uma vez que junto com a transferência da sede administrativa, transferiram-se o restante dos setores de serviços e empresas que persistiam na região central. No final da década de 80, o governo teve que implementar outro GPU (revitalização do Pelourinho), empregando um volume vultoso para atenuar, os impactos negativos provenientes da transferência de sua sede administrativa. Assim, pode-se considerar a possibilidade de que, como Salvador, Belo Horizonte também sofrerá uma aceleração da degradação do centro, após a implementação do CAMG.

O IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) sugere certa irracionalidade na implementação do novo Centro Administrativo, em detrimento da localização das atividades no centro da cidade, já que é um lugar dotado de todas as infra-estruturas em

¹⁶ Pesquisa realizada pela Coordenação do Centro Administrativo (SEPLAG) no mês de Abril de 2009 para captar os hábitos de consumo de alimentação e transporte, entrevistados todos os funcionários dos órgãos que vão para o CAMG.

¹⁷ Esse número foi encontrado através da conta: R\$ 8,80 gasto por dia X 20.000 funcionários públicos.

boa qualidade, como, por exemplo, prédios vazios, linhas de ônibus interligando toda a cidade, rodoviária e outros, para um lugar onde tudo isso terá que ser construído, onerando os cofres públicos. Essa opinião está também expressa pelo IAB-MG:

“O Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG), no entanto, é contrário ao local em que o Centro vem sendo implantado por entender que o núcleo central de Belo Horizonte era a melhor opção, por vários motivos: 1) situa-se ao lado de uma área ainda com terrenos vazios e galpões, que poderia abrigar eventuais novas construções; 2) possui prédios vazios, alguns de ótima qualidade, construídos nos anos 1940 e 1950, que, recuperados e ocupados, cobririam parte da área necessária para as funções administrativas do estado; 3) abriga o uso habitacional, que poderia ser ampliado de modo atender à demanda de moradia gerada por empregos diretos e indiretos; 4) possui uma gama de serviços, de alimentação à teatros e cinemas e 5) é próximo à Praça da Liberdade, onde se encontra o atual Centro Administrativo, que poderia continuar a abrigar algumas funções”

Por fim, o último eixo da crítica refere-se aos possíveis impactos negativos, que esse grande projeto urbano vai exercer no vetor norte de Belo Horizonte. Como todo GPU, a construção do CAMG visa dar um novo dinamismo econômico na área, servindo como meio de atrair investimentos privados para a região.

Com atração de uma grande quantidade de investimentos, será demandada uma grande quantidade de mão-de-obra, todavia como descrito na seção 4.2, os moradores locais não possuem qualificação necessária, podendo levar a uma migração intensa dos indivíduos da zona sul para a zona norte.

Assim, podemos imaginar que o CAMG vai dar um novo dinamismo econômico para área, acelerando a ocupação dos terrenos desocupados, levando a uma valorização imobiliária da região, processo esse que já está em andamento, mesmo antes do fim das obras, como descrito no jornal Estado de Minas 23 de agosto de 2007:

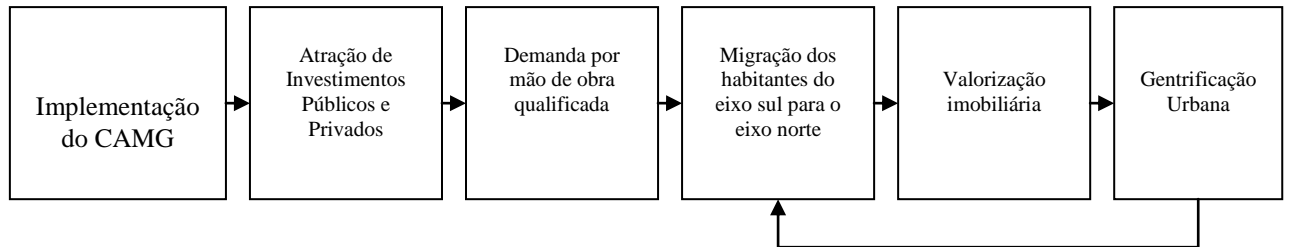
“Há seis meses, meu filho comprou um apartamento de dois quartos aqui por cerca de R\$ 20 mil. Hoje vale R\$ 80 mil e mesmo assim ninguém vende. Estão esperando valorizar mais”, afirma Inês. Sua vizinha colocou na porta da casa uma placa de venda do imóvel pelo valor de R\$ 45 mil. “No final, o negócio foi fechado por R\$ 150 mil. Foi mais pelo terreno, pois é uma casa de três quartos simples”, observa. Inês reclama do transporte público, que está mais complicado em função do aumento do número de

usuários, assim como o preço mais alto da mão-de-obra. “Não estamos achando mais pedreiros e o preço cobrado está muito alto”.

A valorização imobiliária pode ocasionar, em alguma medida, um processo de gentrificação urbana, uma vez que o indivíduo que tem um grande terreno na área, com uma casa mal construída, prefere vender sua casa, migrando para o extremo norte: nas cidades de Confins, São José da Lapa, Riberão das Neves e outras, para uma casa com um pouco mais de infra-estrutura. Dando início na área do empreendimento a grandes projetos de condomínios residenciais e centros comerciais sofisticados e luxuosos, substituindo gradativamente aqueles comerciantes locais. Esses projetos serão incompatíveis com o estilo de vida dos antigos moradores, que começam a gradativamente perder a identidade com local. Dessa forma, o ambiente começa a dar incentivos, para que esse antigo morador abandone a área, dando lugar aos novos moradores e seus hábitos (migração estruturalista). Esse fenômeno foi claramente visto na Inglaterra com o GPU da *Docklands*, pois esse ambiente foi se sofisticando tornando-se inapropriado para a população local, que gradativamente foi abandonando o local.

As outras cidades, mais ao extremo do vetor norte, podem ser marginalizadas do processo de modernização, constituindo-se em bolsões de mão-de-obra barata para os serviços não qualificados necessários. Assim, o lugar, que era homogeneamente pobre, passará a ser uma área marcada pela desigualdade e fragmentação, levando ao convívio não harmonioso dos antigos moradores com os novos.

Figura 19 - Situação Hipotética da área após a implementação do CAMG:



Fonte: elaboração do autor

Em nenhum momento, questionou-se que o GPU trará o desenvolvimento econômico para o vetor norte. Entretanto, o que é necessário saber é quem colherá os benefícios desse desenvolvimento, sendo que, de um lado, há uma população de baixa renda com nenhum poder político; e do outro há o capital imobiliário, que sempre influenciou os projetos urbanos no Brasil. Não há nada melhor que um grande projeto urbano, em um lugar ermo, para gerar uma grande e desenfreada especulação imobiliária, que tem sido a principal fonte de “lucro” do capital imobiliário.

Porém desinformados, os moradores locais comemoram a vinda do CAMG com a esperança de melhoria de vida daqueles que sempre foram esquecidos pelos governos passados. Entretanto, infelizmente há possibilidades de que, daqui a alguns anos, esses não estarão mais morando na área (fruto da especulação imobiliária, e a gentrificação urbana) e o capital imobiliário (incluindo as grandes construtoras de Minas) já terão lucrado muito com a especulação imobiliária proveniente da transferência do governo para o CAMG. Esse lucro poderá ser às custas da aceleração da decadência do centro de Belo Horizonte, e a expulsão dos moradores do vetor norte para outras cidades do extremo norte. Assim, outro governo, daqui a alguns anos, vai ter que propor outro GPU para revitalizar a praça Sete, e o capital imobiliário mais uma vez lucrará com o processo.

5. Considerações Finais:

O presente trabalho dividiu-se em três eixos centrais: o primeiro referente à concepção urbanística do projeto do Centro Administrativo de Minas Gera, enquanto os segundo e terceiro eixos referem-se respectivamente a possível catalisação da deterioração do centro urbano e o questionamento sobre os possíveis impactos negativos na área. Apesar do porte da referida intervenção, até o momento não há nenhum trabalho acadêmico sobre o assunto nestes enfoques e esta monografia pode ser considerada um primeiro esforço nesta direção, esperando-se que outros estudiosos se detenham sobre estas questões.

O Centro Administrativo de Minas Gerais tem sido apresentado pelo próprio Estado e pelos meios de comunicações como principal projeto do governo atual, e muito se tem falado sobre os impactos para o desenvolvimento econômico do vetor norte, beneficiando com melhoria na qualidade de vida os que hoje habitam a região. Por isso, buscou-se no trabalho problematizar aqueles benefícios prometidos e os possíveis impactos negativos.

Assim, devido à insuficiência de dados mais concretos para um estudo empírico por a obra ainda estar em andamento, tentou-se através de casos similares de grandes projetos urbanos pelo mundo e um estudo minucioso do RIMA (Relatório de Impacto Ambiente) projetar alguns impactos do CAMG não somente para o vetor norte, mas para toda Belo Horizonte. Além disso, buscou-se através de uma revisão bibliográfica questionar a concepção urbana usada no projeto.

Ao examinarmos a concepção do CAMG, identificamos bases e idéias do urbanismo modernista expressas claramente no projeto, nos moldes da Carta de Atenas dos anos 1930, notando-se que estas premissas têm sido objeto de críticas pelo menos desde os anos 1960. Neste sentido, destaca-se que o arquiteto Oscar Niemeyer é uma das grandes expressões mundiais do modernismo.

Ou seja, pode-se considerar o CAMG como uma obra de concepção modernistas, uma vez que irá transferir e concentrar a maior parte de sua sede administrativa em uma área específica no vetor norte, fazendo da área um pólo ou zona da Administração Pública Estadual, como preconizava o zoneamento funcional. Dessa forma, atrelam-se os princípios expressos na “Carta de Atenas”, de que cada área deve ter uma funcionalidade típica. Além disso, podemos fazer referência à obra do CAMG com a cidade-monumento, já que o governo mineiro tem gastado vultosos recursos na

construção de um Centro Administrativo de grande beleza e monumentalidade arquitetônica. Se a harmonia visual contribui para a harmonia social, ou seja, que essa obra monumental acarretará em melhorias sócias ao entorno do empreendimento, é uma outra questão.

Ainda em relação à concepção, mostrou-se ainda que grandes projetos urbanos tem constituído uma tendência mais contemporânea, mas que estes tem sido realizados mais no sentido de recuperar ou requalificar áreas históricas degradadas.

Com o estudo do RIMA, pode-se perceber a real situação de miséria que o vetor norte se encontra, sendo um bolsão homogêneo de pobreza que serve de mão de obra desqualificada para as outras áreas de Belo Horizonte. O estudo partiu do questionamento de que o CAMG poderia servir como possível catalisador da degradação dos centros urbanos e que os possíveis beneficiários desse projeto são o capital imobiliário e as grandes construtoras, uma vez que o empreendimento poderia levar à especulação imobiliária, que culminaria na migração ou no termo mais popular na expulsão dos mais pobres para regiões ainda mais distantes dos centros da cidade. Assim, a região do entorno do projeto estaria desenvolvida, porém infelizmente com uma população possivelmente renovada. Enquanto, o centro da cidade aumentaria sua decadência, já que algumas sedes administrativas localizadas pelo centro que davam ainda algum dinamismo econômico para área serão transferidas para o vetor norte, levando assim com eles as últimas atividades que persistiam na região.

Entretanto, o relatório na construção de cenários para a região em 2026, dedicou-se a construção de somente um cenário que englobaria a implementação do CAMG (conjunta com políticas urbanas, habitacionais e ambientais não detalhadas que limitariam os impactos negativos.) , podendo-se considerar que o EIA/RIMA super valoriza os impactos positivos do empreendimento. Dessa forma, o relatório contemplava nesse cenário o completo sucesso destas medidas, não se preocupando em construir nenhuma projeção alternativa que pudesse comprometer a imagem do projeto. Todavia, não é nenhuma novidade que esse relatório não possua a sua real funcionalidade de questionar as obras, já que no Brasil e em outros países, essa ferramenta, na prática, tem tido o papel mais de justificar os empreendimentos.

Buscou-se através de uma extensa revisão bibliográfica e estudos de casos de outros projetos avançar em relação às questões em foco.

Um bom exemplo usado no estudo foi Salvador, que a construção do CAB (Centro Administrativo da Bahia) em 1970 foi decisiva para a catalisação da decadência do Pelourinho, que teria que ser revitalizado anos depois, uma vez que a transferência da sede administrativa levou para a orla sul todas as atividades comerciais, residenciais e empresarias. Assim, a orla sul foi tornando-se uma das áreas mais luxuosas de Salvador.

Outro exemplo foi Londres com o projeto de *Docklands* que revitalizou a decadente área portuária. Esse projeto atraiu uma grande quantidade de investimentos na região, culminando em uma grande especulação imobiliária. Em consequência, a população originária começou a abandonar o local, na medida em que abriu a possibilidades deles venderem seus antigos casebres por um bom preço e como o ambiente estava se tornando de alto luxo (instalação de condomínios e centros comerciais de alto padrão), o morador perdeu a identidade com o ambiente, perdeu-se o “valor de uso”. Dessa forma, a antiga área decadente tornou-se um dos lugares mais luxuosos e sofisticados de Londres e poucos antigos moradores permaneceram no local.

Considerando estas experiências, pode-se questionar e problematizar as projeções para Belo Horizonte e os possíveis problemas a serem enfrentados pelos municípios afetados, postos os papéis e atribuições dos municípios em relação ao desenvolvimento urbano e o fato de que a condição destes é também bastante heterogênea em termos de recursos. Neste sentido, destaca-se a importância da implementação das políticas compensatórias sugeridas pelo RIMA, principalmente referentes aos os programas de habitação, oferecendo crédito diferenciado a população de baixo poder positivo a se manter na área em casas com mais infra-estrutura; programas de valorização cultural para aumentar a identidade cultural do indivíduos com o ambiente e programa de capacitação profissional para inserir a população local no desenvolvimento econômico.

É relevante notar a recente criação e implementação da Agência Metropolitana (representando todas as cidades da RMBH) que mostrara-se vital para uma ação eficiente do Estado para minimizar tais externalidades, por meio de acompanhamento e monitoramento destes processos, bem como por meio de políticas e programas endereçados à esta área, ou mesmo de suporte e revitalização do centro de Belo Horizonte.

Assim, espera-se que este o estudo tenha aberto caminhos para outros autores ratificarem ou retificarem as projeções feitas nesse trabalho, especialmente após a implementação do Centro e seu funcionamento.

Referências

ALMEIDA, E. *A vocação da marginal direita do Rio Pinheiros para implementação de empreendimentos de uso misto*, 2007. Disponível em: <http://www.realestate.br/arquivos%20PDF/Mono_Elaine.pdf>. Acesso em: 06/03/2009.

ANDRADE, L.M.S. *O conceito de cidades-jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis*. *Arquitextos*, n.42, Nov.2003. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq042/arq042_02.asp>. Acesso em: 06/03/2009.

ANDRADE, M. *Acessibilidade e o valor da terra urbana, caso: o metro de Recife*, 2006. Disponível em: <http://www.bdttd.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1415>. Acesso em: 01/04/2009.

AMORIM, O. *Evolução e Perspectivas do Papel da cidade de médio porte no Planejamento Urbano brasileiro*. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo1_evolucao.pdf>. Acesso em: 10/03/2009.

ARANTES, Oítília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. 2 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. 192p.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. 9 ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1992. 360p.

BORGES, J. *A governança local na reestruturação das áreas portuárias*, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/30903809.html>. Acesso em: 01/04/2009.

BRAGA, P. *Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Salvador: Patrimônio Cultural, turismo e participação social*, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/autor/Paula%20Marques%20Braga.html>>. Acesso em: 01/04/2009.

CAMPOS, B.A. *Diretrizes para análise de impactos em meio urbano baseadas em estudos de impacto de vizinhança (EIV)*. 2005. Dissertação (Mestrado)- UFSC, Florianópolis, 2005. Disponível em: <www.teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/2054.pdf>. Acesso em: 03/02/2009.

CASTELLS, M. BORJA, J. *As cidades como atores políticos*. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.45, p. 152-166, jul 1996.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades, uma analogia*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

COMPANS, R. *Intervenções de Recuperação de Zonas Urbanas Centrais, casos nacionais e internacionais*. Disponível em: <<http://www.centrodametropole.org.br/diversidade/numero2/caminhos/08Rose%20Compans.pdf>>. Acesso em: 01/04/2009.

DEL RIO, V.; GALLO, H. *O legado do urbanismo moderno no Brasil: paradigma realizado ou projeto inacabado?* Arqtextos 006, Nov 2000. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp023.asp> . Acesso em: 20/03/2009

DURIGUETTO, M. *A lógica mercantil do planejamento das cidades, 2007*. XXIII Simpósio Nacional de História. Disponível em: <snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Maria%20L%20Facia%20Duriguetto>. Acesso em: 10/03/2007.

FERNANDES, A. *Empreendedorismo urbano em Salvador: A recuperação do Centro Histórico do Pelourinho*. Disponível em: <www.icesi.edu.co/ciela/antiores/Papers/ppem/10>. Acesso em: 10/03/2009.

FERREIRA, I. *Polarização e Segregação socioespacial em uma metrópole periférica, 2006*. Disponível em: www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=868&article=21&mode=pdf . Acesso em: 12/02/2009.

LÚMEN, Consultoria. Relatório de Impacto Ambiente da obra do Centro Administrativo de Minas Gerais, 2006. 1535p.

MANZI, A. *Grandes Projetos Urbanos na Cidade de Curitiba: Impactos e Externalidades, 2008*. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=38324841>>. Acesso em: 15/03/2009.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades alternativas para a crise urbana*. 1 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. 204p.

MAUTNER, Y. *O Processo de Urbanização no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1999. p 245-260.

MEDRANO, L. Novas estruturas urbanas. Acervo, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.35-50, 2004

MEYER, R. *Atributos da Metrópole Moderna*. Disponível em: <www.scielo.br/cgi-bin/fbpe/fbtext?pid=S0102-88392000000400002>. Acesso em: 10/03/2009.

HALL, P. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HARVEY, D. *A concepção pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. *Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Espaço & Debates, São Paulo, n.36, p. 48-64, 1996.

HARVEY, D. *Spaces of Hope*. Berkeley: University of California Press, 2000.

MOURA, R. *A cidade vigiada. The Truman Show, de Peter Weir, 1998*. Out. 2004. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq053/arq053_02.asp> . Acesso em: 25/02/2009.

NOBRE, E. *Renovação Urbana em Battery Park City, 1996*. Disponível em: <www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/battery_park>. Acesso em: 15/03/2009.

NOBRE, E. *O projeto de London Dockland, 1999*. Disponível em <www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/docklands>. Acesso em: 15/03/2009

NOBRE, E. *Intervenções Urbanas em Salvador: turismo e getrificação urbana no processo de renovação urbana do Pelourinho*. X Encontro Nacional da Anpur.

NOBRE, E. *Berlim: Projeto de Reconstrução Urbana, 2000*. Disponível em: <www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/berlim>. Acesso em 15/03/2009.

REZENDE, D.A; CASTOR, B.V.J. *Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas*. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

SÁNCHEZ, F. *Produção de Sentido e Produção de Espaço: convergência discursiva nos grandes projetos urbanos*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p 39 – 56, jul – dez de 2004. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/fernanda_outros>. Acesso em: 15/03/2009.

SCHIFFER, Sueli Ramos; DEÁK, Csaba. *O processo de urbanização no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999. 346p.

SPOSITO, M.E.B. *A cidade dentro da cidade. Uma edge city em São José do Rio Preto*. Scripta Nova. Revista electronica de geografia y ciencias sociales, Barcelona: v.7, n. 146 (045), 1 de ago. 2003.

ULTRAMARI, C. *Grandes projetos urbanos no Brasil: conceitos, contextualização e discussão de três casos*. Perspectivas Urbanas (online), v.1, p.1, 2007.

ULTRAMARI, C. *Hotel de um milhão de dólares*. Arquitextos 053, out.2004. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq053/arq053_03.asp>. Acesso em :01/04/2009.

ULTRAMARI, C. *O fim das utopias urbanas: do urbano ao ambiente urbano*. São Paulo: Studio Nobel, 2005.

ULTRAMARI, C.; PEREIRA, G.F. Grandes projetos urbanos: conceitos e referencias. In: SEMINÁRIO PROJETOS URBANOS CONTEMPORANEOS NO BRASIL. 2006, São Paulo: Universidade São Judas Tadeu.

VAINER, Carlos. “Deslocamento compulsórios, restrições à livre circulação: Elementos de um reconhecimento teórico da violência como fator migratório”. XI Encontro Nacional dos Estudos Populacionais da ABPED.

VILLAÇA, F. *O Processo de Urbanização no Brasil. 1 ed.* São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1999. p 169 – 244.